

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**FÁBIO ANDRÉ FARIAS**

**A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DE**  
**EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS:**  
**Estudo de caso da construtora Alpha**

**São Leopoldo**

**2021**

FÁBIO ANDRÉ FARIAS

**A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DE  
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS:  
Estudo de caso da construtora Alpha**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Administração, pelo Curso de  
Administração da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz

São Leopoldo

2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à universidade, especialmente aos professores e mestres que ajudam a formar e instruir as pessoas, que estimulam o pensamento crítico, contribuindo, assim, com a educação.

Ao meu orientador, professor Lucas, sempre acolhedor e disposto a auxiliar, possibilitando meu desenvolvimento, não só nesta atividade, mas como acadêmico, profissional e pessoa.

Aos entrevistados, pelo seu tempo e disposição em participar e ajudar-me nesta etapa.

À minha família, principalmente aos meus pais, por todo o suporte desde sempre, pelo exemplo, pelo estímulo constante ao estudo e à busca de conhecimento.

Às minhas pequenas maravilhosas Lana e Emília, cujos encantadores sorrisos, carinhosos abraços e beijos recarregaram sustentavelmente minhas baterias nesta caminhada. “Papadi” ama muito vocês!

À minha esposa Lu, que embarcou nesta jornada comigo, pela cumplicidade, pelo apoio, pelo estímulo, pelas discussões e por cuidar impecavelmente das nossas maravilhosas, abdicando de suas atividades durante minha frequente ausência.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram para que esse momento chegasse, e a todos que atuam com ou estimulam a responsabilidade socioambiental.

Muito obrigado!!

“Eu deveria tê-la julgado pelos atos, e não pelas palavras” (SAINT-EXUPÉRY, 2017, p. 49).

## RESUMO

O presente estudo objetivou identificar como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha, que atua na grande Porto Alegre/RS. Para tanto, a fundamentação teórica abordou sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, sociedade sustentável, responsabilidade social, ambiental e socioambiental, e como isso tudo se insere no contexto da construção civil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de nível exploratório, realizada em forma de estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, de análise documental e de levantamento bibliográfico. A técnica utilizada para analisá-los foi a análise de conteúdo. Como principais resultados, a pesquisa demonstrou que a construtora estudada possui um planejamento robusto de todas as etapas da construção do empreendimento, porém não ficou evidenciado se todo o ciclo de vida de uma edificação é pensado, indicativo de sustentabilidade na fase de concepção. Verificou-se que a empresa prioriza as áreas comuns, áreas de lazer de seus condomínios, procurando promover o convívio social, visando entregar qualidade de vida. Constatou-se que a construtora possui práticas sustentáveis na execução dos empreendimentos, porém ainda ocorrem desperdícios, existindo espaço para melhorias. Concluiu-se, assim, que os empreendimentos são parcialmente sustentáveis e que a responsabilidade socioambiental se manifesta, entre outros pontos, no estudo exaustivo da implantação, na inserção do empreendimento na paisagem e, principalmente, na atuação da incorporadora na adoção de espaços públicos, performando sua revitalização e manutenção, contribuindo com o bem-estar coletivo.

**Palavras-chave:** Responsabilidade socioambiental. Sustentabilidade. Concepção de empreendimentos. Construção civil.

## **ABSTRACT**

This study aimed to identify how social and environmental responsibility is manifested in the design and execution of real estate projects by construction company Alpha, which operates in the greater Porto Alegre/RS. Therefore, the theoretical foundation addressed sustainability, sustainable development, sustainable society, social, environmental, and socio-environmental responsibility, and how it all fits into the context of civil construction. This is a qualitative, exploratory research, carried out in the form of a case study. Data were collected through interviews with a semi-structured script, document analysis and literature review. The technique used to analyze them was content analysis. As main results, the research showed that the studied construction company has a robust planning of all stages of construction of the project, but it was not evidenced whether the entire life cycle of a building is thought of, indicative of sustainability in the design phase. It was found that the company prioritizes common areas, leisure areas of its condominiums, seeking to promote social interaction, aiming to deliver life quality. It was found that the construction company has sustainable practices in the execution of the projects, but there is still waste, with room for improvement. It was concluded, therefore, that the projects are partially sustainable, and that socio-environmental responsibility is manifested, among other things, in the exhaustive study of the implementation, in the insertion of the project in the landscape and, mainly, in the company role in the adoption of public spaces, performing its revitalization and maintenance, contributing to the collective well-being.

**Key-words:** Social and environmental responsibility. Sustainability. Real estate design. Civil construction.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Representação usual de sustentabilidade.....	18
<b>Figura 2</b> - A partir de 1970: tendências históricas do conceito da RSC.....	38
<b>Figura 3</b> - Organograma da incorporadora e construtora Alpha .....	64
<b>Figura 4</b> - Etapas de um empreendimento .....	66
<b>Figura 5</b> - Etapas da fase de concepção na construtora Alpha .....	73
<b>Figura 6</b> - Recorte de anúncio de um empreendimento da construtora Alpha .....	78

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Principais dimensões da justificativa .....	16
<b>Quadro 2</b> - Diferentes conceitos sobre Desenvolvimento.....	24
<b>Quadro 3</b> - Diferentes conceitos sobre Sociedade Sustentável.....	33
<b>Quadro 4</b> - Conceitos de Responsabilidade Social .....	39
<b>Quadro 5</b> - Concepções de Responsabilidade Ambiental .....	44
<b>Quadro 6</b> - Concepções de Responsabilidade Socioambiental.....	48
<b>Quadro 7</b> - Responsabilidade socioambiental na construção civil.....	54
<b>Quadro 8</b> - Perfil dos entrevistados .....	65
<b>Quadro 9</b> - Principais características e valores mencionados .....	81
<b>Quadro 10</b> - Manifestações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental .....	90
<b>Quadro 11</b> - Sugestões de melhorias identificadas pelos entrevistados .....	92



## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBCS	Conselho Brasileiro de Construção Sustentável
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
DS	Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBR	Norma (técnica) Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RSA	Responsabilidade Socioambiental
UNO	<i>United Nations Organization</i> - Organização das Nações Unidas
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> - Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1.1 Definição do problema de pesquisa</b> .....	<b>10</b>
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>12</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	12
1.2.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>1.3 Justificativa</b> .....	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1 Sustentabilidade: do desenvolvimento sustentável para uma sociedade sustentável?</b> .....	<b>17</b>
2.1.1 Desenvolvimento Sustentável .....	20
2.1.2 Sociedade Sustentável.....	25
<b>2.2 Responsabilidade socioambiental e o contexto organizacional</b> .....	<b>34</b>
2.2.1 Responsabilidade Social .....	37
2.2.2 Responsabilidade Ambiental .....	41
2.2.3 Responsabilidade Socioambiental .....	44
<b>2.3 Construção civil e sustentabilidade</b> .....	<b>49</b>
2.3.1 Responsabilidade socioambiental na construção civil.....	51
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>56</b>
<b>3.1 Delineamento da pesquisa</b> .....	<b>56</b>
<b>3.2 Unidade de análise e sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>57</b>
<b>3.3 Técnicas de coleta de dados</b> .....	<b>58</b>
<b>3.4 Técnica de análise dos dados</b> .....	<b>60</b>
<b>3.5 Limitações do método e da pesquisa</b> .....	<b>62</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>63</b>
<b>4.1 Apresentação da construtora Alpha e dos sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>63</b>
<b>4.2 A concepção dos empreendimentos na construtora Alpha</b> .....	<b>66</b>
<b>4.3 Principais características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora Alpha</b> .....	<b>73</b>
<b>4.4 A relação dos empreendimentos com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental</b> .....	<b>82</b>
<b>4.5 Sugestões de melhorias identificadas pelos entrevistados</b> .....	<b>91</b>

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade mais justa e sustentável é responsabilidade de todos, seja enquanto indivíduo (ator social) ou enquanto coletividade (sociedade civil organizada, empresas, governos etc.). Uma sociedade justa, para Rawls (2002 *apud* BRAGA, 2009, p. 113), “é, em princípio, uma comunidade política onde prevalecem a cooperação, o senso de justiça e as virtudes da cidadania”. Nela, os direitos da cidadania são assegurados, não estão sujeitos à negociação política nem expostos a manobras interesseiras. Nesse sentido, Henderson (2006) acredita que a capacidade para a criação de vínculos e o comportamento cooperativo, inclusive o altruísmo, são os verdadeiros fundamentos de todas as organizações humanas e de suas maiores conquistas científicas e tecnológicas.

A promoção da justiça, da inclusão, e da sustentabilidade é um movimento global, e está expresso no relatório final da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro (Rio+20). Intitulado *The Future We Want* (“O futuro que queremos”), ele traz em seu 6º item o seguinte texto:

6. Reconhecemos que as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável e, a este respeito, lutamos por um mundo que seja justo, igualitário e inclusivo, e nos comprometemos a trabalhar juntos para promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo, o desenvolvimento social e a proteção ambiental para, assim, beneficiar a todos (UNO, 2012, p. 1, tradução nossa).<sup>1</sup>

Diante ao exposto, observa-se que a construção de uma sociedade sustentável parece estar intimamente ligada a um desenvolvimento sustentável, mais incluyente.

Um dos conceitos mais difundidos e conhecidos de desenvolvimento sustentável é o constante no relatório de Brundtland (1987), chamado Nosso Futuro Comum: “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. Sachs (2008) buscou explorar mais o conceito, estipulando cinco pilares do desenvolvimento sustentável: a) o social (pessoas); b) o ambiental (natureza); c) o territorial (distribuição espacial dos recursos, populações e atividades); d) o econômico (viabilidade

---

<sup>1</sup> “6. We recognize that people are at the centre of sustainable development and, in this regard, we strive for a world that is just, equitable and inclusive, and we commit to work together to promote sustained and inclusive economic growth, social development and environmental protection and thereby to benefit all.”

econômica) e e) o político (governança democrática). Para ele, dada a desigualdade social imposta pelo crescimento não sustentado, há que se buscar um desenvolvimento incluyente, que, por definição, é uma oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido como “excludente” (do mercado de consumo) e concentrador de riqueza e renda (SACHS, 2008).

Fundamentalmente, o desenvolvimento sustentável alia “eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica”, e “sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento”, já bastante desgastados (BRÜSEKE, 1994, cap. 2, p. 18). Neste cenário, discute-se amplamente o papel das empresas na sociedade, dada a grande influência na vida das pessoas e nas estratégias organizacionais. É crescente a valorização de uma postura empresarial mais sustentável, voltada para o relacionamento com a sociedade, para os impactos ocasionados sobre ela, e não só para a obtenção de lucros. Se antes a busca pela lucratividade era o único foco, enxergando a sociedade e os empregados como meros recursos econômicos de produção, agora há maior cuidado com o meio ambiente e maior atenção ao retorno gerado às diferentes partes afetadas pelas atividades empresariais (SOUZA; COSTA, 2012).

Uma empresa, além de agente promotor de desenvolvimento econômico, é uma organização social, formada por grupos de pessoas que buscam a satisfação de suas necessidades. Assim, conciliar diferentes interesses é uma necessidade já imposta às empresas. Nesse sentido, a sustentabilidade, sob a ótica empresarial, desafia organizações e administradores a atender os aspectos econômico, ambiental e social nos negócios, visando tanto o ambiente interno quanto o ambiente externo à organização, pois, numa sociedade empobrecida, cada vez menos produtos e serviços serão consumidos, comprometendo a viabilidade econômica de uma empresa no longo prazo (ALESSIO, 2008).

Com efeito, numa visão mais holística, a divisão entre o espaço interno e externo das organizações deixa de existir. Para Busch e Ribeiro (2009), as soluções devem ser compartilhadas e as empresas devem contribuir ativamente para as soluções, pois podem ser questionadas, processadas e cobradas por seus atos. Nessa perspectiva, o conceito de responsabilidade social das empresas evoluiu da noção assistencialista de “filantropia corporativa” para fazer parte do comportamento econômico e da gestão estratégica das grandes empresas (ALESSIO, 2008).

A Responsabilidade Social é conceituada por Daft (1999, p. 88 *apud* CÔRTEZ *et al.*, 2011, p. 385) como “a obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da organização e da sociedade”. Ela depende de uma conduta ética e do atendimento às leis na condução dos negócios. Mais abrangente, a Responsabilidade Socioambiental compreende ações que respeitem o meio ambiente e políticas que tenham a sustentabilidade como principal objetivo (BRASIL, [2020?]).

A preocupação com a sustentabilidade tem proporcionado transformações e introdução de novos conceitos gerenciais nas organizações, inclusive na área da Construção Civil, foco do presente estudo. E isso viabilizou-se pelo aperfeiçoamento profissional de seus administradores, pelo aumento da concorrência e pelo maior grau de exigência do consumidor, que valoriza cada vez mais empresas e produtos certificados em qualidade, ética e responsabilidade ambiental. Empresas líderes não consideram mais os gastos com aspectos ambientais, por exemplo, como custos ou apenas para atender à legislação, mas como investimentos e vantagem competitiva. Algumas, inclusive, utilizam como “*green marketing*”<sup>2</sup> (CÔRTEZ *et al.*, 2011).

Considerando o exposto até aqui, observa-se que a construção civil é um dos segmentos da atividade empresarial que mais afeta a sociedade. Enquanto intervenções em um local, dependendo de sua proporção, as edificações modificam a vida das pessoas de uma rua, de um bairro ou até mesmo de uma cidade, trazendo efeitos tanto a curto como a longo prazo.

A construção de edifícios causa impactos ambientais e visuais, seja na forma da utilização dos recursos naturais, na geração de resíduos, na poluição sonora ou visual, na valorização ou desvalorização imobiliária da área afetada etc. (SPADOTTO *et al.*, 2011). Ou seja, a área onde um empreendimento será executado terá a sua paisagem alterada e a mobilidade urbana poderá ser afetada. Efeitos no sistema de esgoto e na rede pluvial poderão ser verificados (grandes empreendimentos); a economia local da microrregião onde a obra será implantada também poderá sofrer modificações.

Nesse contexto, portanto, fica configurada, naturalmente, a responsabilidade das construtoras para com os impactos ambientais, econômicos e sociais, positivos

---

<sup>2</sup> “*Marketing verde*” ou *marketing* ambiental, designando produtos ou serviços ecologicamente conscientes.

ou negativos, de seus produtos imobiliários em uma região. Dada a extensão e profundidade da influência que a execução de um empreendimento pode ocasionar, seja na atividade direta, no ambiente interno, seja indiretamente, no âmbito externo às edificações, estas empresas possuem um papel de destaque no fomento do desenvolvimento sustentável, portanto, na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Dadas as considerações apresentadas, o presente estudo busca verificar a presença da sustentabilidade na atuação de uma incorporadora e construtora. Analisar como ela percebe esses impactos e de que forma essas questões balizam ou não as suas atividades. Isso poderá ser verificado a seguir.

### **1.1 Definição do problema de pesquisa**

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a construção civil compreende a construção de edifícios de todos os tipos, as reformas, complementações e alterações de imóveis, e as manutenções correntes. Também contempla a montagem *in loco* de estruturas pré-fabricadas de casas, abrigos e edifícios para fins diversos. A divisão 41, seção F do CNAE 2.0 (Res 02/2010) compreende ainda a realização de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda (incorporação imobiliária).

O segmento da Construção Civil contribuiu com cerca de 4% do PIB Brasil em 2018 (IBGE, 2020). Dados do 2º trimestre de 2020, divulgados pelo IBGE, apontam que a economia nacional caiu 9,7%, enquanto a construção civil caiu 5,7%.<sup>3</sup> Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), essa queda menos acentuada em relação ao PIB nacional reforça a importância da Construção Civil para o Brasil. O setor também é responsável por diversos empregos formais, diretos e indiretos. Na última década respondeu por 50% dos investimentos no País, sendo um grande gerador de renda e emprego (CBIC, 2020).

---

<sup>3</sup> Números em relação ao 1º trimestre de 2020, em meio à pandemia do novo Coronavírus, em um cenário caracterizado por isolamento social e paralisação de atividades. A queda observada pelo PIB nacional foi recorde desde o início da série, em 1996. Mais informações em: [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2020/09/informativo\\_economico\\_pib\\_2\\_trim\\_20.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2020/09/informativo_economico_pib_2_trim_20.pdf).

Com base nos dados apresentados, percebe-se a relevância do setor e sua capilaridade nas atividades econômicas e na sociedade. Assim, é imperioso que se considere o negócio da construção civil com uma perspectiva de sustentabilidade. Esta atividade, além de proporcionar desenvolvimento econômico, pode ocasionar diversos impactos sociais e ambientais, das mais variadas proporções (tanto positivos quanto negativos).

A implantação de uma edificação pode causar poluição sonora e visual; pode alterar a insolação de um imóvel por sombreamento e, assim, desvalorizá-lo. Também pode afetar drasticamente um ecossistema, inclusive extingui-lo (inundações, impermeabilização dos solos). Em outras palavras, estas intervenções exercem grande influência na vida das pessoas, trazendo benefícios ou inconvenientes para quem reside ou transita por um local afetado por uma obra (SPADOTTO *et al.*, 2011).

Segundo os mesmos autores (2011), muitos destes impactos negativos podem ser minimizados e alguns até evitados se as construtoras adotarem soluções técnicas adequadas. Aliando-se a isso uma consciência ecológica, e promovendo-se um relacionamento de integração com a comunidade onde elas estão se inserindo, acredita-se que as construtoras podem melhor direcionar suas atividades de forma a contribuir para o bem-estar de todos os envolvidos (diretamente ou não), e em harmonia com o meio ambiente.

A construtora e incorporadora<sup>4</sup> Alpha (nome fictício adotado, para fins de resguardo da identidade) atua neste segmento da Construção Civil. Ela possui mais de 48 anos de atuação no mercado gaúcho, e é resultado de parcerias com outras empresas do setor. Conta com mais de 500 colaboradores diretos, é certificada com o ISO 9001 e classificada com nível A pelo PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat). Em seu portfólio possui mais de 40 empreendimentos desenvolvidos, sendo mais de 900 mil m<sup>2</sup> construídos (SITE DA CONSTRUTORA ALPHA, c2021).

Assim, diante do exposto acima, a questão problema desta pesquisa emerge da seguinte forma: **como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha?**

---

<sup>4</sup> Neste estudo, os termos incorporadora e construtora são usados de maneira intercambiável, como se fossem sinônimos, para se referir à empresa Alpha.



## 1.2 Objetivos

Para responder ao problema de pesquisa, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos que seguem.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, propõe-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender o processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha;
- b) Identificar as características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora Alpha;
- c) Relacionar as características identificadas nos empreendimentos com os aspectos vinculados à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- d) Sugerir, se for o caso, melhorias na concepção dos empreendimentos em relação às questões socioambientais.

## 1.3 Justificativa

Há muito se discute sobre a preservação do meio ambiente, sobre impactos sociais, sobre sustentabilidade, sobre desenvolvimento sustentável; sobre a necessidade de uma mudança de paradigma. Não são conceitos e ideias novas, até porque não é de hoje, pois, que o modo de produzir e consumir da sociedade moderna (agora contemporânea) é simplesmente insustentável (CAPRA, 2000; LATOUCHE, 2006; PORTILHO, 2005; PURVIS; MAO; ROBINSON, 2019).

Não é sustentável ambientalmente porque os recursos naturais são finitos. A dominação da natureza pelo homem trouxe severas consequências. Não é sustentável socialmente porque a concentração de renda e as desigualdades sociais são cada vez maiores. Qualidade de vida é algo inacessível para a maioria, até mesmo

viver com dignidade (ter um emprego), tornou-se um privilégio (AKTOUF, 1996; LATOUCHE, 2012; LIMA, 2017; SEN, 2010; SACHS, 2008).

A ideia do crescimento econômico infinito e o consumo cada vez mais crescente estão levando a Terra à exaustão. A forma como a sociedade e a economia são alimentadas, abastecidas e financiadas está levando a natureza e os benefícios que ela fornece ao limite (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007; MORIN, 2003; WWF, 2020). O Índice Planeta Vivo (LPI)<sup>5</sup> registrou uma redução de 68% no tamanho das populações de espécies entre 1970 e 2016. O LPI das populações de água doce<sup>6</sup> apresenta uma redução de 84% de 1970 a 2016. Alimentação e tratamentos médicos dependem da biodiversidade. Toda a atividade econômica depende, em última instância, da natureza (WWF, 2018).

Nessa árdua e complexa tarefa de transição para uma cultura de sustentabilidade, as empresas têm papel central (ELKINGTON, 2012). Primeiro porque possuem condições financeiras e poder político para modificarem suas atividades, incorporando os conceitos de desenvolvimento sustentável (BUSCH; RIBEIRO, 2009). Segundo, porque o modo como muitas delas atuaram e ainda atuam, com base no capitalismo convencional ou industrial, supervalorizando lucro monetário em detrimento das pessoas e do meio ambiente, promovendo consumo desenfreado, é responsável pela degradação ambiental e social (ELKINGTON, 2012; HAWKEN, LOVINS; LOVINS, 2007; MORIN, 2003).

No comando das empresas estão os administradores. Teorias organizacionais, teorias da administração ditam como gerir um negócio, qual caminho seguir (sustentável ou não). Os gestores devem estar cientes dos impactos de suas decisões, de como afetam a sociedade e a natureza. Como afirma Aktouf (1996, p. 228), a empresa não está isolada, ela “constitui-se em um dos agentes centrais da concretização de uma escolha de sociedade e dos relacionamentos humanos”.

---

<sup>5</sup> O Índice Planeta Vivo (LPI na sigla em inglês) é uma medida do estado da biodiversidade mundial com base nas tendências populacionais de espécies de vertebrados de habitats terrestres, de água doce e marinhos. O LPI foi adotado pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) como um indicador de progresso em direção a sua meta para 2011-2020 de “tomar medidas eficazes e urgentes para deter a perda de biodiversidade”. Mais informações em: <https://livingplanetindex.org/home/index>.

<sup>6</sup> O Índice Planeta Vivo para populações de água doce representa 3.741 populações de 944 espécies. Todos os índices são ponderados pela riqueza de espécies, dando aos grupos taxonômicos ricos em espécies em sistemas de água doce mais peso do que grupos com menos espécies. Mais informações em: <http://stats.livingplanetindex.org/>

Portanto, o presente estudo é relevante para os gestores ao instigar reflexões sobre suas atividades, seus impactos e seu importante papel na sociedade.

Nessa linha, cabe também às escolas de administração promoverem uma formação voltada para a sustentabilidade, para um desenvolvimento sustentável, ou seja, para as necessidades atuais. Para tanto, é preciso que o ensino contemple uma visão sistêmica, holística, que os alunos tomem ciência da interconexão e interdependência da empresa com sociedade e natureza. Além de saberem usar os ferramentais técnicos de gestão, os egressos devem ser capazes de pensar criticamente, cientes e conscientes de seus limites e de como suas decisões enquanto futuros gestores de empresa afetarão todos os envolvidos, inclusive gerações futuras (AKTOUF, 1996; KOPELKE; BOEIRA, 2016).

Da mesma forma, este trabalho é relevante às escolas de engenharia, que formam profissionais envolvidos na geração de conhecimento e tecnologias, os quais instrumentalizam soluções técnicas aos problemas e necessidades da sociedade. Essas soluções devem estar pautadas pelos impactos que ocasionarão, minimizando ou evitando degradações socioambientais. Nesse sentido, a formação do engenheiro deve possibilitar competências para que estes profissionais pensem e projetem soluções sustentáveis, para que promovam qualidade de vida com sustentabilidade para as gerações atuais e futuras. Portanto, o presente trabalho também se justifica ao levar esta reflexão para este público de interesse (LOUREIRO; DO VALLE PEREIRA; JUNIOR, 2016).

Neste contexto, as empresas da Construção Civil, enfoque do presente estudo, também possuem relevante influência e impacto nas dimensões sociais e ambientais. Nesse sentido, a responsabilidade socioambiental das construtoras pode ser estabelecida, além da dimensão econômica: **1) do lado mais social** - pelos empregos que geram, pela forma como afetam a sociedade na execução de uma obra no curto e longo prazo, pelo desenvolvimento local propiciado, e por seu principal produto constituir-se, não somente em um sonho de consumo (a casa própria), mas pelo que representa, pelo seu significado: um lar; e **2) ambientalmente** – pela grande utilização dos recursos naturais (água, pedras, areia, por exemplo), pela modificação da harmonia naturalmente estabelecida e pela modificação da paisagem (aspecto visual).

Portanto, essas empresas poderão, assim, ponderar ou repensar suas atuações de forma a direcioná-las em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse

sentido, poderão, se necessário, reconsiderarem suas estratégias, incorporando valores sustentáveis, visando a permanência dos seus negócios no longo prazo frente a um consumidor cada vez mais exigente e preocupado com os problemas sociais e ambientais da atualidade. Como aponta Godoy (2020, p. 48), empresa socioambientalmente responsável e sustentável é aquela que, voluntariamente, “atua nas três dimensões: proteção ambiental; apoio e fomento ao desenvolvimento local, regional e global; e estímulo e garantia da equidade social”.

Leituras sobre as interconexões e interdependências dos sistemas e sobre a necessidade de uma mudança de paradigma acompanham este autor desde muito tempo. É plausível afirmar que Fritjof Capra, com seu livro Sabedoria Incomum, tenha incitado o início deste processo no âmbito organizacional. Em seus livros, como em Teia da Vida, Capra (2000) enfatizava a mudança de percepções e de formas de pensar, de novos valores, de mudar o sentido de alguns comportamentos e alertava para a infelicidade de se supervalorizar outros (e.g. transição de competição para cooperação). Essas reflexões continuam pertinentes no contexto atual, e por esse motivo, mostram-se caras a este pesquisador: por também estarem presentes na sua trajetória e fazerem parte do seu arcabouço teórico. Em outras palavras, existe algo em comum, um tema relevante e de interesse, onde passado, presente e futuro se conectam, promovendo a reflexividade na persecução de um bem comum.

As externalidades negativas ainda se mostram bastante exacerbadas, como já mencionado anteriormente (desigualdade social, concentração de riqueza nas mãos de poucos, convivência conflitante entre abundância e escassez, comida sendo jogada fora enquanto muitos morrem de fome, destruição de ecossistemas cruciais para a vida humana). Não por acaso, o primeiro dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU é a Erradicação da pobreza (Agenda 2030, 2020?).

Com estas constatações, pode-se concluir que ainda há necessidade e espaço para divulgação dos conceitos de sustentabilidade, de responsabilidade socioambiental, buscando-se com que se reflita sobre um modo de vida sustentável, incluyente e caminhe-se para uma sociedade sustentável.

A diminuição da miséria mental dos desenvolvidos permitiria rapidamente, em nossa era científica, resolver o problema da miséria material dos subdesenvolvidos. Mas é justamente desse subdesenvolvimento mental que não conseguimos sair, é dele que não temos nenhuma consciência (MORIN, 2003, p. 106).

Assim, este estudo se justifica no sentido de promover a reflexão sobre os valores condizentes com um desenvolvimento realmente sustentável; mais humano e na velocidade suportada pela natureza. Justifica-se por instigar uma conscientização a respeito do protagonismo que as empresas possuem nas escolhas da sociedade e nos efeitos sobre a biodiversidade. Pelo papel que os indivíduos possuem, tanto enquanto dirigentes de empresa, como enquanto consumidores, atores sociais e cidadãos, perante os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea.

**Quadro 1 - Principais dimensões da justificativa**

<b>Relevância para a sociedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os desafios atuais</li> <li>• Refletir sobre estes desafios</li> <li>• Promover a reflexão</li> <li>• Promover a conscientização</li> </ul>
<b>Relevância para as escolas de administração e engenharia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporar a sustentabilidade na formação dos profissionais</li> <li>• Promover o pensamento crítico acerca da interdependência do eixo negócio/sociedade/natureza</li> <li>• Egressos deverão estar cientes e conscientes de seus limites e de como suas decisões enquanto futuros gestores de empresa afetarão todos os envolvidos, inclusive gerações futuras</li> </ul>
<b>Relevância para as empresas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponderar ou repensar suas atuações de forma a direcioná-las em prol do desenvolvimento sustentável</li> <li>• Verificar estratégias, incorporando valores sustentáveis, visando a permanência dos seus negócios no longo prazo frente a um consumidor cada vez mais exigente e preocupado com problemas sociais e ambientais da atualidade</li> </ul>
<b>Relevância para o pesquisador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender melhor os desafios socioambientais</li> <li>• Compreender melhor os papéis dos diferentes atores sociais</li> <li>• Compreender melhor a integralidade e interdependência da realidade concreta</li> <li>• Instigar o bem comum</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

De modo a explorar os principais conceitos e teorias que embasam o presente estudo, este capítulo aborda inicialmente a problemática da sustentabilidade, sua emergência histórica a partir das discussões sobre as questões ambientais e sociais, que culminaram com o conceito de desenvolvimento sustentável. Para a reflexão, traz-se conceitos sobre uma sociedade sustentável e sua relação com as demais concepções apresentadas.

Posteriormente, aborda-se conceitos de responsabilidade ambiental, social e então, de responsabilidade socioambiental, bem como a inserção destes no contexto das organizações. Por fim, busca-se trazer a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental para o âmbito da construção civil, atividade foco deste trabalho, de forma a apresentar a relação entre estas concepções, possibilitando, assim, a realização da presente pesquisa.

### **2.1 Sustentabilidade: do desenvolvimento sustentável para uma sociedade sustentável?**

Sustentabilidade diz respeito à característica ou condição de algo que é sustentável, que se sustenta, de algo que se mantém em equilíbrio. Refere-se a algo contínuo, que permanece (ECOASSIST, 2019). A sustentabilidade (sua ponderação) está presente em diversas áreas do conhecimento, bem como em várias atividades humanas. É tema de debate em vários âmbitos atualmente (AGÊNCIA SENADO, 2019; UNB, 2020).

Em termos práticos, sustentabilidade compreende um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. A figura abaixo traz a representação usual do conceito de sustentabilidade, conforme Purvis, Mao e Robinson (2019), mostrando a intersecção das três esferas.

**Figura 1** - Representação usual de sustentabilidade



Fonte: elaborada pelo autor, com base em Purvis, Mao e Robinson (2019, p. 682).

Segundo Sousa (2020), o termo sustentabilidade surgiu posteriormente ao de desenvolvimento sustentável (DS), o qual emergiu, resultante de discussões anteriores<sup>1</sup>, no relatório Brundtland (1987) como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.” Em outras palavras, refere-se ao exercício de uma atividade econômica preservando-se o meio ambiente, contribuindo com o bem-estar e igualdade de todos os envolvidos.

Nesta linha, a agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 (Cúpula da Terra), trouxe um plano de ações com objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS). Atualmente são dezessete os ODS, compreendendo um plano de ação global, a Agenda 2030, documento adotado em 2015 na Assembleia Geral da ONU (AGENDA 2030, 2020?).

É de conhecimento da área da Administração, pelas funções básicas administrativas representadas pela sigla PODC (planejar, organizar, dirigir e controlar), que “o que não se pode medir, não se pode controlar” (frase atribuída a Peter Drucker, citada em Sobreiro, 2018, p. 16). É justamente neste sentido que residem as principais críticas ao desenvolvimento sustentável. Mais especificamente, na forma como é mensurado: no sobrepeso da economia sobre as outras duas dimensões (social e ambiental). Os indicadores para medir o desenvolvimento são principalmente vinculados ao PIB (esfera econômica), o que acaba configurando um

---

<sup>1</sup> Como exemplo, cita-se a publicação do Clube de Roma, em 1972, intitulada Os limites do Crescimento, no qual apontavam preocupações com o meio ambiente, alertando sobre os efeitos da poluição e da exploração dos recursos naturais.

formato mais atraente de se apresentar o mesmo crescimento pelo crescimento. Por isso Serge Latouche emerge com um movimento político denominado “decrecimento”. Um outro *slogan* em contraposição ao que ele chama de *slogan* do desenvolvimento sustentável.

Latouche (2012) explica que, em verdade, não se deseja, necessariamente, um decrecimento, pois a ideia seria igualmente absurda. Mas, sim, um a-crescimento, analogamente a forma a-teísmo. É uma forma de questionar o crescimento e pensar alternativas. Ele acredita que a maneira como o desenvolvimento sustentável é visto pelas principais correntes é uma ilusão, pois promete um desenvolvimento eterno. Ainda, que não se deveria medir, ou melhor, não se deveria acompanhar o crescimento econômico e usá-lo como parâmetro para avaliar o desenvolvimento (sustentável)<sup>2</sup>. O autor entende que o adequado seria utilizar parâmetros de qualidade de vida, de inclusão social, pegada ecológica, entre outros.

A ideia de “fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo” (frase atribuída ao ex-ministro Delfim Netto), apostando-se num efeito cascata do crescimento econômico, como se este, por si só, fosse capaz de conduzir uma sociedade ao desenvolvimento não se mostrou suficiente. Ainda acentuou desigualdades e exclusão social (OLIVEIRA, 2002).

Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade (OLIVEIRA, 2002, p. 43).

Neste sentido, então, a construção de uma sociedade sustentável não exige um desenvolvimento sustentável precedente, não é dependente dele. É sim, mais uma vez, resultado de uma quebra de paradigma, de uma mudança cultural, de um olhar multidisciplinar e sistêmico, de uma ruptura com a ótica tradicional do “economicismo redutor”, como denomina Sachs (2008), ou ainda, conforme aponta Latouche (2012), da “dessacralização do crescimento econômico”. Pois, como lembra Portilho (2005), esse mundo da abundância é também o mundo da escassez.

Considerando-se o cenário apresentado e dada a polissemia dos termos em epígrafe, opta-se por trazer, além da visão dominante, visões de alguns autores

---

<sup>2</sup> Nos jornais, as manchetes relacionadas a nível de desenvolvimento de um país, se vai bem ou se vai mal, são geralmente atribuídas ao PIB ou outros indicadores econômicos. Nota-se a carência de indicadores sociais distributivos, por exemplo.



considerados referência em suas áreas a respeito de desenvolvimento (sustentável). E, logo adiante, de forma a abordar as distinções inerentes, apresentar-se-á conceitos de sociedade sustentável, visto que este seria o objetivo final e congruente das atividades humanas.

### 2.1.1 Desenvolvimento Sustentável

Como visto anteriormente, a definição de desenvolvimento sustentável, tornada pública pelo relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1987, trouxe, em linhas gerais, a preocupação com as externalidades negativas do crescimento econômico obtido até então, dados os efeitos causados ao meio ambiente, principalmente. Em poucas palavras, trouxe limites ao crescimento econômico (título homônimo da publicação do Clube de Roma de 1972) e, portanto, condições para que ele prosseguisse, porém, de forma a respeitar a natureza e a continuidade dos recursos da terra. Ou seja, resumidamente, o conceito todo seguiria baseado em crescimento econômico, mas com restrições ambientais e sociais.

No encontro de Founex e, mais tarde, na Conferência de Estocolmo, ambas as posições extremas foram descartadas. Uma alternativa média emergiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB (SACHS, 2002, p. 52).

O conceito de desenvolvimento foi historicamente construído a partir dos exemplos das sociedades industriais europeias, consideradas desenvolvidas. Resultado, principalmente, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, segundo Amaro (2003), constituíram-se, aquelas, modelos de progresso e prosperidade a serem seguidos pelos demais países. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento foi desde o início associado ao crescimento econômico, tendo como premissas o economicismo, o produtivismo, o consumismo, o quantitativismo, o industrialismo, o tecnologismo, entre outros “mitos”, como se refere Amaro (2003).

Assim, na visão tradicional, desenvolvimento e crescimento econômico são considerados sinônimos. Esta ligação íntima é percebida na utilização de indicadores de crescimento econômico para mensurar o nível de desenvolvimento dos países

(AMARO, 2003). Geralmente medido pelo PIB e pela renda per capita, pois estes refletiriam o aumento geral da produção. Nesta visão, é definido como um processo histórico “de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade e dos salários” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2).

Como um processo, o conceito de desenvolvimento sofreu mudanças com o passar do tempo. Na visão da Organização das Nações Unidas (ONU), os países chegaram ao entendimento de que o desenvolvimento sustentável oferece o melhor caminho para melhorar a vida de todos os seres humanos. Sendo aquele que promove prosperidade e oportunidade econômica, maior bem-estar social e proteção ao meio ambiente (UN, 2020a?).

Segundo a Organização (2020b?), o desenvolvimento sustentável exige esforços combinados para a construção de um futuro inclusivo, sustentável e resiliente para as pessoas e o planeta. O equilíbrio de três elementos centrais é essencial para que ele seja alcançado: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Esses elementos estão interconectados e são fundamentais para o bem-estar das pessoas e das sociedades.

Ainda, para a entidade, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões também está compreendida nos objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo um requisito indispensável. Para tanto, deve ser incentivado um crescimento econômico sustentável, inclusivo e igualitário, que cria oportunidades para todos, de forma a reduzir desigualdades, elevar padrões básicos de vida, favorecendo a inclusão, e um desenvolvimento social equitativo. Deve-se promover, também, a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e ecossistemas (UN, 2020b?).

Sachs (2008), em referência aos textos de Amartya Sen (1990), *Ethics and Economics*, acredita que o conceito de desenvolvimento reúne a ética à economia. Que ele traz consigo objetivos muito mais abrangentes do que a simples multiplicação da riqueza material, diferentemente do crescimento econômico. Considera este último necessário, porém insuficiente para trazer benefícios a todos igualmente. O autor entende que igualdade, equidade e solidariedade estão compreendidas intrinsecamente no conceito de desenvolvimento, num enfrentamento entre

pensamento econômico mais ampliado *versus* o que ele se refere como “economicismo redutor”.

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, desnecessário, no nosso mundo de abundância (SACHS, 2008, p. 14).

Como afirma Sachs (2008, p. 15), o conceito mais abrangente de desenvolvimento “desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional”, pois exige trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço (satisfazer gerações atuais e futuras), ao mesmo tempo que busca equilibrar as dimensões social, ambiental e econômica, “eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas”. Dessa forma, o autor estabelece cinco pilares para estruturar o desenvolvimento sustentável:

- a- Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b- Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como ‘recipientes’ para a disposição de resíduos);
- c- Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d- Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e- Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença<sup>3</sup> (SACHS, 2008, p.15-16).

Amartya Sen compartilha com Sachs o mesmo princípio holístico ao examinar a concepção de desenvolvimento. Nas palavras do professor Sen (2010, p. 28), uma concepção adequada “deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda”. Ele salienta a importância do crescimento econômico, mas acredita que é preciso ampliar essa visão e “enxergar muito além dele”. Para ele, acumulação de renda e riqueza não devem ser objetivos, mas instrumentos úteis para outros fins.

---

<sup>3</sup> Nota do Autor: “Amartya Sen, em artigo recente, afirma o seguinte: ‘Não é nem um pouco óbvio porque o fortalecimento das liberdades democráticas não deva fazer parte das demandas centrais do desenvolvimento sustentável’. (*International Herald Tribune*, 16 de agosto de 2002).” (SACHS, 2008, p.16).

No entendimento de Sen (2010), grande parte da população sofre de diversas formas de privação de liberdade em todo o mundo. Tanto de maneira individual como coletiva. Essas privações ficam ilustradas quando se fala em acesso (neste caso, na falta dele) a saneamento básico, a uma alimentação decente ou água potável, ou a serviços de saúde. Também na falta de oportunidades de um sistema adequado de educação, de um trabalho remunerado decente, além das desigualdades existentes entre homens e mulheres, impondo diversas restrições ao sexo feminino.

Outras formas de privação de liberdade, segundo o autor, constituem-se na esfera dos direitos políticos e direitos civis básicos. Quando sistemas autoritários são implementados, por exemplo (argumentando-se, inclusive, serem mais vantajosos ao desenvolvimento econômico), nega-se a participação democrática dos indivíduos nas decisões públicas.

Todas estas privações limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas, impedindo-as de exercerem sua condição de agente de seu próprio destino enquanto indivíduo, enquanto ser humano e enquanto ser social. Assim, para Sen (2010), o desenvolvimento consiste na eliminação destas privações de liberdade.

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p.29).

Sachs (2004) também faz referência às liberdades individuais quando fala dos direitos humanos fundamentais. Ele defende que o desenvolvimento compreende, em último grau, a universalização dos direitos humanos de três dimensões: econômicos (direito a um trabalho decente, inicialmente), sociais e culturais; civis, cívicos e políticos; e, por fim, os direitos coletivos ao meio ambiente, à infância, à cidade, ao desenvolvimento.

Como mencionado anteriormente, desenvolvimento é um processo, um fenômeno histórico. Não obstante, é possível observar-se não só a evolução do conceito ao longo do tempo, contemplando suas próprias consequências, mas também a sua atemporalidade, na forma de diferentes entendimentos (sintetizados no quadro 2). Nesse sentido, Amaro (2003, p. 24-25) escreveu:

...julgo que a renovação do conceito de desenvolvimento, em íntima articulação com as rupturas paradigmáticas da Ciência pós-moderna, autoriza a descortinar uma nova forma de produzir e organizar o conhecimento científico, que já não sendo só disciplinar, também não será simplesmente multidisciplinar, pluridisciplinar ou mesmo interdisciplinar, mas poderá vir a ser transdisciplinar ou, de uma forma mais ousada, indisciplinar.

Para Amaro (2003), assim, o desenvolvimento somente poderá ser entendido na multidimensionalidade teórica e operacional em que se encontra, não sendo possível abrangê-lo em nenhuma disciplina específica. Para tanto, seria necessário a criação de uma Ciência do Desenvolvimento.

**Quadro 2 - Diferentes conceitos sobre Desenvolvimento**

Autor	Conceito
Visão tradicional, segundo Amaro (2003)	Desenvolvimento e crescimento econômico são sinônimos, sendo o processo de produção de bens e serviços de um país, medidos pelo seu PIB e renda per capita. Abordagem economicista, contemplando industrialização e ganhos de produtividade.
ONU (2020b?)	O Desenvolvimento está no equilíbrio de três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, fundamentais para o bem-estar dos indivíduos e da sociedade.
SACHS (2008)	O Desenvolvimento pressupõe a economia com ética, estruturado em cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político. Contempla a igualdade, equidade e solidariedade. Sem os quais não há desenvolvimento.
SEN (2010)	O Desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade nas escolhas das pessoas, tanto no uso dos bens e serviços, quanto na geração destes. A expansão da liberdade permite ao indivíduo ser agente de seu próprio destino, enquanto ser humano e ser social.

Fonte: elaborado pelo autor com base nas referências citadas.

Dessa forma, pode-se verificar que os entendimentos expostos se complementam e refletem objetivos coincidentes. Todos parecem buscar/atingir um patamar cujo conceito e características são mostrados no próximo item.

### 2.1.2 Sociedade Sustentável

O processo histórico de desenvolvimento obtido até o presente, ou seja, a forma como foi conduzida a busca pelo desenvolvimento trouxe, além de crescimento econômico, diversas consequências negativas (LATOUCHE, 2012; MORIN, 2003; PORTILHO, 2005; SACHS, 2008). Como sintetiza Portilho (2005, p. 23),

O consumo total da economia humana tem excedido a capacidade de reprodução natural e assimilação de rejeitos da ecosfera, enquanto fazemos uso das riquezas produzidas de uma forma socialmente desigual e injusta. Essas duas dimensões, exploração excessiva dos recursos naturais e inequidade inter e intrageracional na distribuição dos benefícios oriundos dessa exploração conduziram à reflexão sobre a insustentabilidade ambiental e social dos atuais padrões de consumo e seus pressupostos ético-normativos.

Do lado ambiental, a pegada ecológica<sup>4</sup> mundial é preocupante. Cientistas acreditam que o crescente consumo humano e o aumento resultante na demanda por energia, terra e água estão conduzindo à degradação dos sistemas naturais da Terra (WWF, 2018). Segundo a *Global Footprint Network* (c2019), dados de 2016 mostram que para expandir-se o padrão de consumo de um cidadão norte americano, por exemplo, seriam necessários 4,97 planetas Terra para atenderem a demanda de recursos naturais. Em 1990, início da série, esse número era de 4,77. Ou seja, apesar dos claros alertas da ciência sobre as consequências do impacto humano, pouca coisa mudou.

Na esfera social, como indica o Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse sistema produziu uma brutal desigualdade ao acesso a essas riquezas. Conforme o relatório, o 1% mais rico recebeu 27% do crescimento do rendimento entre 1980 e 2016, enquanto os 50% da base receberam 12% (PNUD, 2019).

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 21 milhões de pessoas em 2012 ainda se encontravam em condição de trabalho

---

<sup>4</sup> Pegada ecológica é uma medida de quanta área de terra e água biologicamente produtiva um indivíduo, população ou atividade requer para produzir todos os recursos que consome e para absorver os resíduos que gera. A Pegada Ecológica pode ser medida em hectares globais por pessoa, ou em “Número de Terras”, que representa quantos planetas seriam necessários se todos tivessem esta Pegada. Como o comércio é global, a Pegada de um indivíduo ou país inclui terra ou mar de todo o mundo. Sem outras especificações, a Pegada Ecológica geralmente se refere à Pegada Ecológica do consumo.

forçado (escravo) em todo o mundo, sendo 1,8 milhões na América Latina. Do total, em torno de 18.7 milhões (90%) são explorados por empresas ou indivíduos na economia privada, principalmente dos setores do trabalho doméstico, da agricultura, da construção, da manufatura e da indústria do entretenimento (ONU, 2016). Conforme a ONU (2016), “o trabalho escravo na economia privada gera, a cada ano, US\$ 150 bilhões de lucros obtidos de forma ilegal”.

A sociedade atual, dominada por uma economia de crescimento, cujo objetivo primordial é o próprio crescimento, não é sustentável e nem desejável, segundo Latouche (2012). Para ele, não é sustentável pois seu modo de vida ultrapassa a capacidade de regeneração da biosfera, o que representa dizer que seriam necessários de três a seis planetas para se propagar o que ele se refere como “modo de vida ocidental”. E não é desejável, segundo o autor (2012, p.46), citando três razões: aumenta as desigualdades e injustiças, gera um bem-estar ilusório, e não promove uma sociedade amigável, mas sim “uma antissociedade que padece de sua riqueza”.

A primeira razão, explica Latouche, pode ser ilustrada pelos vários relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tirando-se, como exemplo, que o Ocidente (que ele se refere à tríade Europa, América do Norte e Japão/Austrália/Nova Zelândia), representando menos de 20% da população mundial, consome mais de 86% dos recursos naturais. O segundo motivo decorre de que os custos marginais do crescimento novo não compensam. No consumo de bens e serviços, não são deduzidas despesas vinculadas, como degradação da qualidade de vida e do meio ambiente, nem despesas de “compensação” trazidas pela vida moderna, como remédios, transportes e lazeres. Nesse sentido, Latouche (2012, p. 47) aponta que Herman Daly (1996) desenvolveu o *Genuine Progress Indicator* (Indicador de progresso autêntico),

que reajusta o *Gross National Product* (Produto Interno Bruto) em função das perdas decorrentes das externalidades negativas do crescimento. Ele integra os ajustes que envolvem despesas “defensivas”, ligadas à degradação da qualidade de vida (poluição da água e do ar, poluição sonora, migrações alternantes, acidentes rodoviários, criminalidade urbana, perda de zonas úmidas e recursos não renováveis) e ao trabalho domiciliar não retribuído.

Sobre o terceiro ponto, explica o autor (2012, p. 48), os estudos socioeconômicos sobre felicidade chegam à conclusão de que o enriquecimento

material além de certo limite, aparentemente, não traz felicidade.<sup>5</sup> Ou seja, o crescimento é um mito em tais condições, “mesmo dentro do imaginário da economia de bem-estar, ou até da sociedade de consumo”.

Nessa mesma linha, Morin (2003) chama a atenção para o perigo ocasionado ao se colocar toda a fé no desenvolvimento e progresso derivados da “tríade ciência/técnica/indústria”, em que “o desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento”.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecnocômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida (MORIN, 2003, p. 78).

Segundo o mesmo autor (2003), essa fé cega no progresso e na promessa do desenvolvimento permitiu a prática de barbáries e a crença de que todo sacrifício seria necessário. As crueldades das transformações em nome do desenvolvimento exacerbaram as tragédias do subdesenvolvimento. Dessa forma, os desequilíbrios entre nações permanecem e as desigualdades se agravam: enquanto as potências mundiais se apropriam da alta tecnologia, do capital humano e preservam suas lavouras, o terceiro mundo submete-se à monocultura, à mercadorização de tudo, ficando submisso às nações desenvolvidas.

Morin (2003) prossegue, constatando que o caráter doutrinador do desenvolvimentismo, de “ocidentalizar”, acabou destruindo riquezas culturais de sociedades antigas tradicionais, desprezando instituições estabelecidas, saberes milenarmente acumulados, sabedorias de vida e valores éticos, destruindo também culturas rurais milenares em nome na modernidade urbana e industrial. A identidade das culturas, das sociedades nativas, assim, restou-se desconfigurada.

Para Morin (2003), o homem produtor ficou subordinado ao consumidor, onde, num processo circular, não mais se cria um produto para o consumidor, mas um

---

<sup>5</sup> Latouche cita como exemplo o livro *The loss of happiness in market democracies* (Lane, 2000), onde se conclui que “a melhoria do nível material de vida, nos Estados Unidos,” trouxe redução significativa da “felicidade real da maioria dos americanos, devida essencialmente à degradação efetiva das relações humanas fundamentais” (o que Lane chamou de *companionship*). N.A: Ver Michea (2009, p. 162).



consumidor para o produto. O consumo se torna um objetivo, o consumismo insaciável acarreta futilidades, conduzindo ao vazio. Assim, conclui ele (2003, p. 85), partilhando da constatação de Latouche, a “elevação dos níveis de vida pode estar ligada à degradação da qualidade da vida”.

Dessa forma, dadas as consequências negativas relatadas, Morin (2003) acredita que é necessário refutar esse desenvolvimento reduzido ao crescimento econômico tecno-industrial. O autor defende que o desenvolvimento deve ser concebido de maneira antropológica, que o verdadeiro desenvolvimento é o do ser humano, das suas potencialidades psíquicas, espirituais, éticas, culturais e sociais.

Como bem expressa o professor Faggion (2016, 0min25s),

Uma Sociedade Sustentável exige mudanças drásticas e urgentes no nosso modo de produzir e consumir, que questione a lógica imposta pela sociedade industrial, permeada pelo mito do progresso e do crescimento infinito.

Diante do exposto, pode-se notar o distanciamento e a insuficiência da economia convencional em transformar e transgredir as externalidades negativas ocasionadas pelo seu transcurso. Segundo Delgado (2019), Joseph A. Schumpeter, precursor da teoria dos ciclos econômicos e do desenvolvimento capitalista, já vislumbrava algum embaraço do sistema econômico em lidar com as desigualdades geradas por ele próprio no longo prazo. Para o economista brasileiro (2019, p. 27), “a economia convencional não apresenta fundamentação ética universalmente reconhecível”, e lembra como o Papa Francisco se refere a ela: “economia que mata”.

Se já existia preocupação com a degradação ambiental e com conflitos distributivos e sociais em 1972 (ano de publicação do relatório do Clube de Roma, “Os Limites do Crescimento”), atualmente, então, passados mais de 45 anos de aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais, bem como da degradação dos recursos naturais, observa-se, não só a necessidade de se promover um desenvolvimento mais sustentável, mas a urgência de se caminhar para uma sociedade sustentável.

Como afirma Lima (2017, p. 164), “mais do que pensar e praticar uma Economia Verde dever-se-ia pensar e praticar uma Sociedade Verde”, que integre todos os seres humanos e sistemas vivos e englobe todos os pilares da sustentabilidade. Assim, percebe-se que o desenvolvimento sustentável, por si só, talvez não seja capaz de

conduzir a sociedade a uma condição sustentável. Nesse sentido, então, infere-se que uma sociedade sustentável não pressupõe um desenvolvimento sustentável.

Uma sociedade sustentável pressupõe, como Morin (2003) apontou, um pensamento complexo, sensível, que leva em conta as liberdades, autonomias individuais, ao mesmo tempo que exige participações comunitárias. Pressupõe uma tomada de consciência, indivíduos com consciência ecológica e antropológica (que compreendam sua relação com a biosfera e sua condição terrestre), cientes da finitude dos recursos naturais e da finitude humana. Que empreendam essa consciência, seu pensamento e sua técnica para compreender e melhorar, não para dominar.

Um aspecto relevante, que parece contribuir em direção à sociedade sustentável, como aponta Portilho (2005), é o deslocamento do discurso e análise da problemática ambiental dos padrões de produção para os padrões de consumo. A crise ambiental era atribuída aos modos de produção, com alto consumo de recursos e energia, bem como poluentes. A problemática passou, então, a ser redirecionada, sendo relacionada aos padrões de consumo e estilo de vida.

A mesma autora (2005) explica que, concomitantemente, verifica-se a transferência das atividades estruturantes da sociedade da produção para o lazer e consumo, de forma que a identidade cultural e a participação coletiva passam a se estabelecer, principalmente, no ato de consumir. Na sociedade contemporânea emerge a cultura do consumo, passando a compor atividades sociais e culturais. O consumidor é visto como ator social, que se movimenta da esfera privada (enquanto consumidor individual) para a esfera pública (enquanto cidadão coletivo).

As ações individuais no campo das escolhas de consumo têm sido vistas [...] como uma boa estratégia de mudanças em direção a uma sociedade sustentável (PORTILHO, 2005, p. 56).

Assim, como esclarece Portilho (2005), ocorre a politização do consumo, consumir se torna um ato político. De tal forma, aliando-se o ato de consumir à questão ambiental, surgem o “consumo verde”, o “consumo sustentável”. Nessa direção, movimentos de consumidores podem obter força política coletiva para a construção de uma sociedade sustentável. Importante lembrar, como destaca Godoy (2020), que para que esse movimento coletivo ocorra, é preciso que haja cooperação entre os indivíduos.

Além de cooperação, na “sociedade de decrescimento” de Latouche (2012) é preciso haver um pouco de altruísmo e uma relação diferente com a natureza, agindo-se, por exemplo, como zelosos jardineiros ao invés de predadores. É necessário, segundo ele (2012), questionar e mudar radicalmente os valores da “sociedade de crescimento”, cujo valor supremo é “ganhar o máximo possível de dinheiro [...], nem que seja preciso esmagar os outros [...], destruindo a natureza, sem piedade e sem limites”. Ou seja, questionar os valores e os conceitos que norteiam o mundo e a realidade atualmente, dominados pela economia.

Para auxiliar a repensar, Amaro (2003) lembra que a própria palavra desenvolver traz interessantes acepções. Basta olhá-la da seguinte forma: desenvolver. Traz à tona, assim, o sentido proposto por Latouche (2012), de deixar-se de estar envolto, de libertar-se dos invólucros, e no propósito presente, mais especificamente, de libertar-se das amarras da fé cega no progresso, no crescimento, como defendeu Morin, visto anteriormente.

No processo de questionar o domínio da economia, Latouche (2012) salienta a importância de se ter uma ética pessoal, como a simplicidade voluntária, lembrando que a vida simples, frugal, já possuiu grande valor na sociedade, e que o economicismo moderno tratou de desvalorizá-la. Nesse sentido, o autor questiona o entendimento de riqueza, afirmando que ela está presente também no fato de se ter amigos, desfrutar-se de momentos e realizar-se atividades prazerosas. Assim, reduzir é uma atitude necessária: reduzir a pegada ecológica, reduzir o consumo e o desperdício. Ainda, e mais importante, é preciso reduzir o tempo de trabalho, para se “viver melhor e redescobrir o sentido da vida”.

Juntamente com reduzir, redistribuir também está na concepção de Latouche (2012) para uma sociedade sustentável, e estes objetivos estão diretamente ligados aos conceitos de escassez e abundância. Conforme o autor (2012), a escassez foi criada pela economia, e começou a ser implementada a partir do século XVI na Inglaterra, pela apropriação dos bens comuns da natureza (*enclosures* ou cercamentos), a exemplo da “expropriação dos camponeses daquilo que era uma dádiva da natureza, a fecundidade das espécies”, seguindo até hoje, com as privatizações da água e de sistemas vivos. Dessa forma, a escassez é criada artificialmente, para que agricultores “paguem pelas sementes para poder reproduzir o trigo, o milho etc.”.

Complementando Latouche, Belluzzo e Galípulo (2019) apontam que a escassez se manifesta atualmente na criação de necessidades para os ávidos consumidores, bem como no rentismo e financeirização. Para eles, o rentismo é um aperfeiçoamento do capitalismo, que apropria renda e riqueza, transferindo-as aos possuidores de títulos.

Apesar das críticas à economia capitalista, Belluzzo (2019) afirma que mesmo os críticos mais severos reconhecem que esse sistema, com sua indústria, possibilitou uma realidade possível para que muitos indivíduos suprissem suas necessidades, trazendo bem-estar e cultura material. Proporcionou também uma forma de contornar limitações da natureza e opressões, encurtando distâncias e expandindo liberdades. De seu lado, Sen (2010) escreve que o objetivo final do desenvolvimento, entendido por ele como expansão das liberdades humanas, não depende unicamente do crescimento, mas este pode se constituir em um importante meio para promovê-lo.

Giraud (2017) salienta que “o crescimento do PIB para os países pobres é prioritário”. No entanto, outra forma de desenvolvimento pode ser pensada para os outros países. Por isso, ele acredita que é preciso considerar as diferenças geográficas. Principalmente pelo fato de o crescimento do PIB estar fortemente relacionado ao aumento dos gases de efeito estufa, o que comprometeria o compromisso mundial de limitar o aumento da temperatura média global em 2°C acima dos níveis pré-industriais. Para o economista francês (2017), no contexto do desenvolvimento sustentável é “muito mais importante encontrar emprego para um maior número de pessoas do que fazer crescer o PIB”.

Entre as questões da preservação ambiental e ao mesmo tempo assegurar o desenvolvimento de todas as pessoas, Giraud (2020) defende a implantação de uma economia mais inclusiva e abrangente. Segundo ele (2020), “nenhum discernimento coletivo verdadeiramente frutífero pode ser feito sobre tais questões fundamentais até que aqueles que são relegados às periferias da nossa sociedade não possam tomar parte ativa delas”.

Acrescenta Giraud (2020): “esse desafio é espiritual e político”. Exige uma transformação da perspectiva individual e “uma reforma das estruturas sociais”, para que se operacionalize a distribuição mais igualitária e a inclusão daqueles que são marginalizados pelo sistema dominante.

Conforme explica o mesmo autor, o movimento de *enclosures* tratou de cercar as florestas, pastagens e rios, que antes eram bens comuns, obrigando os camponeses a migrarem para as áreas urbanas à procura da sobrevivência.

Sem esse êxodo rural, a revolução industrial nunca teria surgido. Assim, desde o início, foi a privatização dos bens comuns que produziu e incentivou aquelas formas desumanas de trabalho assalariado que conhecemos há três séculos (GIRAUD, 2020).

Dessa forma, o autor acredita que uma renda básica “quebraria essa lógica perversa”. Ao mesmo tempo, lembra ele, converge com o pedido do Papa Francisco por um “salário universal”. Para o economista francês (2020), ela seria advinda, principalmente, da exploração de bens comuns globais, como o petróleo, até da tributação sobre um “mal comum”, como os resíduos. E ele garante que há abundância suficiente que possibilite uma vida digna para aqueles que vivem na escassez.

Saindo-se um pouco do espectro econômico, Bagetti (2018, p. 63) declara que sociedades sustentáveis atuam como “sujeitos para definir os seus padrões de produção e de consumo, o seu bem-estar a partir de sua cultura, de seu processo histórico, de suas funções próprias e de seu ambiente natural”. Para o mesmo autor, essa estratégia é um movimento de base, “de baixo para cima”, diferentemente do desenvolvimento sustentável, cujo foco é o desenvolvimento, pensado “de cima para baixo”.

Bagetti (2018) considera a Permacultura, concebida por Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970, como o primeiro movimento em direção a uma Sociedade Sustentável ocorrido no planeta. Conforme o autor (2018, p. 53-54), Permacultura “é um sistema de planejamento e manejo baseado em princípios éticos, ecológicos, sociais, econômicos e de convivência testados e aplicados para o desenvolvimento de ambientes humanos sustentáveis”. Nesse modo de organização da sociedade, tudo é pensado e desenhado de forma interdisciplinar e integrada, em harmonia com a natureza, visando a sustentabilidade ecológica e a autossuficiência. Trata-se de uma transição, da adoção de novos valores, que constituem o paradigma da ecologia profunda (objetivos não materiais, sustentabilidade, recursos finitos, necessidade básica, pequena escala), em contraste ao paradigma social dominante (objetivos materiais, recursos naturais ilimitados, consumismo, grande escala) (BAGETTI, 2018).

Seja através de uma reorganização/reestruturação, baseada em novos valores e princípios éticos, ou do consumo consciente, a natureza do desafio demanda ações urgentes e imprescindíveis. O quadro 3 destaca os conceitos trazidos à reflexão acerca de uma sociedade sustentável no decorrer deste item.

**Quadro 3 - Diferentes conceitos sobre Sociedade Sustentável**

Autor	Conceito
MORIN (2003)	Pressupõe um pensamento complexo, sensível, que leva em conta as liberdades, autonomias individuais, ao mesmo tempo que exige participações comunitárias. Pressupõe indivíduos com consciência ecológica e antropológica (que compreendam sua relação com a biosfera e sua condição terrestre), cientes da finitude dos recursos naturais e da finitude humana. Que empreendam essa consciência, seu pensamento e sua técnica para compreender e melhorar, não para dominar.
PORTILHO (2005)	Escolhas individuais de consumo consciente são relevantes na transição para uma sociedade sustentável.
LATOUCHE (2006, p. 6; 2012)	“Sair da economia”. Repensar a dominação da economia sobre o resto da vida. Repensar os valores da “sociedade do crescimento”, cujo valor supremo é a acumulação. É preciso haver mais cooperação e altruísmo, transformando as relações com a natureza, agindo como jardineiros e não predadores. “Concepção dos “Oito “R”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, relocar, redistribuir, reduzir, reutilizar, reciclar. Estes oito objetivos interdependentes são capazes de desencadear uma dinâmica que tende para uma sociedade autónoma de sobriedade serena, convivial e sustentável”.
LIMA (2017, p. 164)	“Mais do que pensar e praticar uma Economia Verde dever-se-ia pensar e praticar uma Sociedade Verde, que seja inclusiva tanto no sentido de acolhimento das diversas dimensões da sustentabilidade quanto no sentido da integração de todos os cidadãos e seres vivos”.

BAGETTI (2018, p. 63)	Sociedades sustentáveis atuam como “sujeitos para definir os seus padrões de produção e de consumo, o seu bem-estar a partir de sua cultura, de seu processo histórico, de suas funções próprias e de seu ambiente natural”. Foco na sociedade; movimento de baixo para cima.
GIRAUD (2020)	Sociedade sustentável pressupõe uma economia mais inclusiva e distribuição mais igualitária. Implantação de uma renda básica, com justiça socioambiental. “Esse desafio é espiritual e político. Requer uma conversão do olhar individual de cada um de nós e uma reforma das estruturas sociais”.

Fonte: elaborado pelo autor com base nas referências citadas.

Pelos conceitos abordados, chega-se ao entendimento de que uma sociedade sustentável é aquela composta por cidadãos conscientes de sua condição de ser natural e terrestre, e cientes de sua responsabilidade para com os outros e com a natureza. É aquela que promove o ser, o desenvolvimento humano, a solidariedade, a cooperação, o bem viver e o bem cuidar.

Diante do exposto, parece haver um consenso de que a sociedade atual não é sustentável. E isso exige mudanças nas respostas frente às grandes questões globais, sintetizadas pelo alcance da sustentabilidade, compreendida no seu inteiro teor, no conjunto de seus pilares ou esferas. As concepções convergem para um ponto de partida comum: conscientizações individuais que se transformam em mobilizações coletivas na busca por um bem comum.

## 2.2 Responsabilidade socioambiental e o contexto organizacional

O conceito do binômio responsabilidade socioambiental ainda parece bastante nebuloso. Ora é descrito como responsabilidade social corporativa (RSC), ora como responsabilidade social empresarial (RSE). Geralmente, é entendido como a já conhecida responsabilidade social empresarial com as questões ambientais adicionadas (GODOY, 2020; VEIGA, 2010).

Utilizando-se da tradição analítica para iniciar a elucidação do conceito, o primeiro termo do binômio responsabilidade socioambiental remete à responsabilização das empresas e organizações sobre a forma como elas atuam. Não

só em como produzem ou prestam serviços, ou se cumprem a legislação, mas como elas se colocam no mercado (quanto às questões sociais e ambientais, no caso específico), se são éticas e responsáveis na condução dos seus negócios e transparentes na sua interação com os públicos interno e externo (MASCARENHAS; BARBOSA, 2019; NOVO, 2019; BUSCH; RIBEIRO, 2009).

Já o segundo termo do binômio, para Veiga (2010), é uma emergência dialética. Emergência, pois, sim, é urgente, dada a criticidade dos efeitos negativos protagonizados contra a natureza, por exemplo (pegada ecológica). Mas também, e principalmente, porque emerge da complexa interação do social com o ambiental, constituindo-se, assim, em um novo elemento, com propriedades e características próprias. O autor cita, entre outros, o exemplo da água, cuja fórmula molecular, a união de dois gases (hidrogênio e oxigênio), não transmitiria, por sua vez, nenhuma sensação de umidade. Porém, em um copo com milhares de moléculas de água interagindo, a propriedade do novo elemento poderia ser perfeitamente sentida.

Para o mesmo autor (2010), desenvolvimento sustentável não tem sentido se pensado sob a tradição analítica, pois existe uma contradição histórica entre desenvolvimento e sustentabilidade, entre cultura e natureza, e, assim, entre social e ambiental. Dessa forma, num movimento dialético, grosso modo, a antítese confronta a tese, formando-se a síntese. Os termos social e ambiental se modificam quando se unem, complementam-se, inter-relacionam-se num sistema complexo, dinâmico e não linear como a realidade, formando a totalidade socioambiental, que é maior que a soma das partes.

Nesse sentido, então, o termo socioambiental pode ser concebido como um elemento resultante da interação do social com o ambiental num ambiente complexo, em um sistema em constante transformação, de forma dialética. Pois enquanto interagem, há interferência, realimentam-se, interagem novamente, afetam-se e, dessa maneira, os polos tornam-se condicionantes um do outro. Assim sendo, não é mais possível analisá-los separadamente, podendo o elemento emergido somente ser compreendido através do pensamento dialético. Conforme expressa Veiga (2010, p. 106), essa construção socioambiental se dá por uma relação metabólica:

Essa noção de metabolismo socioambiental capta aspectos fundamentais da existência dos seres humanos como seres naturais e físicos, que incluem as trocas energéticas e materiais que ocorrem entre os seres humanos e seu meio ambiente natural. De um lado, o metabolismo é regulado por leis



naturais que governam os vários processos físicos envolvidos. De outro, por normas institucionalizadas que governam a divisão do trabalho, a distribuição da riqueza etc.

Essa compreensão do termo socioambiental exposta acima, ao mesmo tempo que pretende escapar do reducionismo, busca abarcar a integralidade e interdependência da realidade concreta. Nesse sentido, parece convergir com a assertiva de Elkington (2012), de que o desafio dos negócios do século XXI é integrar a prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social.

Elkington (2012), apontado como o criador do conceito dos três pilares da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), conhecidos como os três P (*Profit, Planet, People*)<sup>6</sup>, afirma que as empresas estão no comando dessa transição cultural global para a sustentabilidade, e refutar esse desafio é correr o risco de extinção. Entretanto, ele alerta que a sustentabilidade não é atingida quando somente a organização se adequa.

Ao contrário, ela deve ser definida para um sistema econômico-social-ecológico completo, e não para as suas partes. [...] Mesmo as melhores empresas, ..., serão sustentáveis somente quando as instituições e mercados ao redor tiverem sido reprojatados a fim de suportar e promover sustentabilidade (ELKINGTON, 2012, p. 73-74).

Os movimentos por maior consciência ambiental, social e sustentabilidade refletem-se em todas as esferas do desenvolvimento humano. Ativistas, organizações da sociedade civil e consumidores exercem pressão significativa para que as empresas incorporem esses conceitos em suas atividades (FARIA; SAUERBRONN, 2008; MORAES, 1998; SANTOS, 2014).

Essa maior conscientização da sociedade, mormente em mercados mais maduros, instiga as empresas a levarem os conceitos socioambientais para sua estratégia e para as práticas organizacionais, objetivando a sustentabilidade na interação do mundo dos negócios com a sociedade. O surgimento de organizações utilitárias de responsabilidade socioambiental em seus empreendimentos permite novas formas de planejar e administrar. Sob a ótica da responsabilidade socioambiental, estas devem contemplar compromissos com o espaço social e ambiental que a empresa ocupa (NOVO, 2019; SANTOS, 2014).

---

<sup>6</sup> Traduzindo-se do inglês, *Profit* = lucro, *Planet* = planeta; *People* = pessoas, formando os pilares econômico, ambiental e social, respectivamente.

Diz respeito à necessidade de revisar os modos de produção e padrões de consumo vigentes de tal forma que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, mas ponderando-se os impactos sociais e ambientais consequentes da atuação administrativa da empresa (NOVO, 2019).

Para melhor compreensão da evolução do conceito de responsabilidade socioambiental, dada a diferenciação apontada anteriormente por Veiga (2010) quanto à concepção socioambiental, entende-se por oportuno apresentar os conceitos de responsabilidade social, responsabilidade ambiental e então, responsabilidade socioambiental. Assim, bem como para distinguir sobreposições observadas, esses conceitos serão abordados nos itens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3.

### 2.2.1 Responsabilidade Social

No âmbito da responsabilidade social nas organizações, alguns acontecimentos se destacaram na história brasileira em relação a sua implementação. A publicação da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas em 1965, por exemplo, representou o marco histórico do início da utilização explícita da expressão responsabilidade social no Brasil. A Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE) passou a entender que a empresa era responsável pelas questões sociais, que poderia contribuir para o bem comum, para uma ordem social mais justa, e que essa dimensão deveria ser incorporada à estratégia dos negócios (MORCELLI e ÁVILLA, 2016; FREY e FREY, 2004; ADCE, 1965).

Outro destaque, segundo Froes e Melo Neto (2001 *apud* FREY e FREY, 2004), foi a criação do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE) em 1981, organização não governamental sem fins lucrativos, que concretizou a institucionalização da responsabilidade social empresarial no Brasil. A participação do sociólogo Herbert de Souza à frente do IBASE em 1997 foi decisiva para um movimento de conscientização, a fim de que fosse incorporado o Balanço Social à prática empresarial, como forma de evidenciar a responsabilidade e atitude cidadã das empresas com a sociedade.

Busch e Ribeiro (2009) assinalam também a criação do Instituto Ethos, no final da década de 1990, como fruto de movimentos reivindicadores por maior contribuição das instituições e empresas no desenvolvimento social. Entendeu-se melhor o papel das empresas, de como suas atividades e políticas afetavam a sociedade.

Esse papel foi salientado por Drucker (1984), citado por Morcelli e Ávilla (2016, p. 19), ao escrever que “responsabilidade social ocorre em razão de a organização ser bem-sucedida, inserida num mercado em que cresce a necessidade de ser socialmente responsável, visando minimizar os problemas sociais”.

Nessa linha, Srour (2018, p. 231) parece ir um pouco além, considerando a responsabilidade social como um compromisso das organizações para com o bem-estar do público interno e externo. E constitui-se em transformar parte dos lucros da empresa em “ganhos sociais”, visando a qualidade de vida de todos os públicos de interesse e a preservação do planeta.

O conceito de responsabilidade social foi evoluindo historicamente, acompanhando o contexto cultural. Baseando-se na relação da empresa com os demais públicos, sob a ótica “Para quem a empresa deve ser responsável?”, Ashley (2019) elaborou a figura 2 abaixo.

**Figura 2** - A partir de 1970: tendências históricas do conceito da RSC



Fonte: Ashley (2019, p. 6).

Conforme explica Godoy (2020), a filantropia foi a maneira incipiente de práticas no sentido de uma preocupação mais social da empresa. As ações eram pontuais, em forma de doações, sendo relacionadas a assistencialismo e caridade.

Ashley (2019, p. 12) define essa prática como uma “abordagem pós-lucro”, sendo “uma conduta de benevolência de negócios e política de relações com a comunidade”.

Já a “abordagem pré-lucro”, segundo Ashley (2019, p. 12), vem cada vez mais ganhando espaço, e é caracterizada por “políticas e práticas para a sustentabilidade de todo o processo de negócio da empresa, avançando para sua responsabilidade também nas relações negócio/sociedade/Estado/natureza”. Dada a exposição das empresas a um mercado globalizado, sujeitas a críticas e pressões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social foi sendo percebida como estratégica e como forma de obter vantagem competitiva (GODOY, 2020; ASHLEY, 2019).

Nesse sentido, e de forma abrangente, Godoy (2020) acredita que responsabilidade social consiste em ações praticadas voluntariamente pela organização para contribuir na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar coletivo, numa sociedade mais justa e com um ambiente mais limpo.

É nesse contexto de evolução histórica, com avanços na abrangência das visões acerca do tema, que Ashley (2019, p. 5) conclui que “a empresa socialmente responsável é aquela que está atenta para lidar com as expectativas de seus *stakeholders* atuais e futuros, na visão mais radical de sociedade sustentável”.

O quadro abaixo destaca os conceitos trazidos para elucidar os entendimentos sobre responsabilidade social.

**Quadro 4 - Conceitos de Responsabilidade Social**

<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>
Drucker (1984, <i>apud</i> Morcelli e Ávilla, 2016, p. 19)	A responsabilidade social ocorre em razão de a organização ser bem-sucedida, inserida num mercado em que cresce a necessidade de ser socialmente responsável, visando minimizar os problemas sociais.
Srour (2018, p. 231)	Compromisso das organizações para com o bem-estar do público interno e externo. E constitui-se em transformar parte dos lucros da empresa em “ganhos sociais”, visando a qualidade de vida de todos os públicos de interesse e a preservação do planeta.
Ashley (2019, p. 5)	“Empresa socialmente responsável é aquela que está atenta para lidar com as expectativas de seus <i>stakeholders</i> atuais e futuros, na visão mais radical de sociedade sustentável”.

Godoy (2020)	Consiste em ações praticadas voluntariamente pela organização para contribuir na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar coletivo e para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo.
--------------	---

Fonte: elaborado com base nos autores citados.

Para que uma empresa atue com responsabilidade social, ela deve agir com ética e transparência, pautando esses valores nas suas relações com sociedade, Estado e natureza. Esse comportamento trará benefícios tanto à comunidade e meio ambiente, quanto ao próprio negócio, traduzindo-se em retornos positivos (GODOY, 2020; ASHLEY, 2019).

É necessária uma postura realmente comprometida da empresa, para que o título de “socialmente responsável” venha a ser ostentado com louvor, pois nada adianta sustentar ações sociais como “bandeiras” da empresa se seu ambiente corporativo não é saudável (ROBERTO, 2003, p. 176).

Nesse sentido, faz-se necessário não só verificar a coerência das atividades organizacionais também em relação ao ambiente interno da empresa - e não apenas a sua explicitação mediante códigos de ética. Mas observar a atuação corporativa para que se veja manifestada, de fato, a responsabilidade social, e não somente perante certificações, incorrendo no chamado *greenwashing* (aparente responsabilidade, não efetiva). Certificações essas, aliás, que cada vez mais proporcionam credibilidade e distinção junto à sociedade (BUFONI; MUNIZ; FERREIRA, 2009; ARCIONI; MESQUITA, 2007).

Existem diversas normas e diretrizes que visam orientar as empresas a se adequarem à responsabilidade social. Também certificações que garantem a conformidade das ações empresariais em relação à conduta socialmente responsável. Alguns dispositivos são destacados pela literatura (ASHLEY, 2019; BUFONI; MUNIZ; FERREIRA, 2009; GODOY, 2020; SOUZA; COSTA, 2012):

- Balanço Social (BS): é um demonstrativo dos “impactos recebidos e causados pela entidade em relação à sociedade e ao meio ambiente” (SOUZA; COSTA, 2012, p. 228). Conforme o IBASE (2020?), o BS “reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de

mercado, acionistas e à comunidade”. Segundo o órgão, é também uma forma de difundir as práticas de responsabilidade social corporativa.

- ISO 26000: Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social. A ISO 26000:2010 é uma norma de diretrizes e de uso voluntário; seu propósito é de orientar, não visa a certificação. A norma fornece orientações para todos os tipos de organização, independentemente de seu porte ou localização. A versão em português da norma está na ABNT NBR ISO 26000. Segundo a ISO 26000, “responsabilidade social é a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”, que contribua para o desenvolvimento sustentável, considere as expectativas das partes interessadas, cumpra a legislação, seja consistente com as normas internacionais de comportamento e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (INMETRO, 2020?).
- ABNT NBR 16001 – Responsabilidade social – Sistema de gestão – Requisitos. A NBR 16001 é uma norma de sistema de gestão, passível de auditoria, estruturada em requisitos verificáveis, permitindo que a organização busque a certificação. Essa norma brasileira, teve como base a ISO 26000 - Diretrizes sobre Responsabilidade Social. A NBR 16001 estabelece o que a organização deve fazer, quais requisitos deve cumprir. A Norma é aplicável a todos os tipos e portes de organizações (pequenas, médias e grandes) e de todos os setores (governo, Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas privadas) (INMETRO, 2020?).

Para complementar e abranger a totalidade dos aspectos propostos, em relação às dimensões do desenvolvimento sustentável, o subitem seguinte aborda a esfera ambiental, a responsabilidade ambiental.

## 2.2.2 Responsabilidade Ambiental

Os efeitos danosos causados ao meio ambiente pelo impulso do crescimento econômico desde a revolução industrial e a preocupação com as suas externalidades

assinalam mudança de conduta nas organizações (WWF, 2020; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007). Para Cavalcanti (1997, p. 25), o desenvolvimento “não pode desprezar as relações entre o homem e a natureza que ditam o que é possível em face do que é desejável”.

A necessidade de se cuidar da Casa Comum<sup>7</sup> é fator determinante para que administradores (gestores) busquem práticas responsáveis, contemplando as questões de sustentabilidade. Nessa perspectiva, os novos desafios das organizações pela responsabilidade ambiental exigem novos modelos organizacionais, estratégias que incorporem, além da melhoria da qualidade das relações entre os seres humanos, uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais e a preservação da natureza (GODOY, 2020; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007; SANTOS, 2014).

Para Santos (2014, p. 85), a responsabilidade ambiental “é uma aplicação do princípio do poluidor-pagador”. É derivado de uma relação de causa e efeito, entre dano e atividade originária, conforme está enunciado no Tratado instituído pela Comunidade Europeia e regulada pela Directiva 2004/35/CE<sup>3</sup>. Assim estabelece a Directiva (2004 *apud* SANTOS, 2014, p. 85):

Deve, portanto ser o da responsabilização financeira do operador cuja atividade tenha causado danos ambientais ou a ameaça iminente de tais danos, a fim de induzir os operadores a tomarem medidas e a desenvolverem práticas por forma a reduzir os riscos de danos ambientais.

Os danos ambientais, segundo a Directiva 2006/21/CE (2006 *apud* SANTOS, 2014, p. 85), “são definidos como os danos diretos ou indiretos causados ao ecossistema, assim como a contaminação direta ou indireta dos solos que impliquem um risco importante para a saúde humana”.

Historicamente, face aos incontáveis danos ambientais e constantes denúncias sobre problemas de contaminação do meio ambiente, a sociedade civil passou a organizar movimentos sociais e reivindicar legislação específica sobre o assunto (SANTOS, 2014; QUINTAS; OLIVEIRA, 1995). Para Lima (2013), a responsabilidade para com o meio ambiente é de todos os cidadãos. Segundo ele, a Constituição Federal de 1988 trouxe essa compreensão, além de demonstrar a preocupação trans geracional. O mais importante documento da Legislação Brasileira traz em um de seus capítulos:

---

<sup>7</sup> É como o Papa Francisco I se refere ao planeta na encíclica *Laudato Si*, publicada em 2015.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, cap. VI, Art. 225º, 5/10/1988).

A crescente conscientização da sociedade e a aplicação da teoria dos *stakeholders* demandam um novo posicionamento das organizações para com as questões ambientais. A reponsabilidade ambiental começa a ser vista também como um investimento, como oportunidade, e não como custo ou ameaça (GODOY, 2020).

Neste cenário, um dos maiores desafios deste século, em termos de sustentabilidade para as organizações, refere-se a posturas éticas de administradores, à frente na condução das empresas. Especialmente na utilização de tecnologias mais limpas, e cumprimento à risca das normas ambientais vigentes, para sua proteção e para a garantia de recursos naturais para esta e para as futuras gerações (MAY, 2003 *apud* SANTOS, 2014). A complexidade desse desafio é ponderada por Quintas e Oliveira (1995, p. 2-3) ao tratarem da questão ambiental:

A concepção de que a questão ambiental diz respeito à relação sociedade-natureza, não é suficiente para direcionar um processo de análise e reflexão que permita a compreensão deste relacionamento em toda a sua complexidade. É necessário, ainda, assumir-se que a construção do conhecimento sobre esta relação se realiza sob a ótica dos processos que ocorrem na sociedade. Isto significa que a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura ou seja na esfera da totalidade da vida societária. Contudo, não se está afirmando que o conhecimento do meio físico natural não seja importante para uma compreensão da problemática ambiental. É mais do que importante, é fundamental para se aferirem as implicações da ação do homem no meio natural, para o próprio meio e para o meio social. Afinal, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade.

Dessa forma, como corroboram os autores acima, observa-se, como visto no item 2.2, que a complexidade da realidade concreta é tal que uma abordagem mais abrangente é necessária para a correta leitura das problemáticas propostas. E é imperiosa a mudança de mentalidade e valores, como apontam Hawken, Lovins e Lovins (2007), para uma economia baseada nas realidades biológicas da natureza, que dê importância aos sistemas vivos, que valorize o capital humano e o natural.

Para melhor entendimento e visualização, o quadro abaixo sintetiza as concepções trazidas até aqui acerca da responsabilidade ambiental.



**Quadro 5 - Concepções de Responsabilidade Ambiental**

Autor	Concepção
GODOY (2020); HAWKEN, LOVINS E LOVINS (2007); SANTOS (2014)	Responsabilidade ambiental exige novos modelos organizacionais, estratégias que incorporem, além da melhoria da qualidade das relações entre os seres humanos, uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais e a preservação da natureza.
SANTOS (2014, p. 85)	A responsabilidade ambiental “é uma aplicação do princípio do poluidor-pagador”. É derivado de uma relação de causa e efeito, entre dano e atividade originária.
HAWKEN, LOVINS E LOVINS (2007)	É praticar uma economia baseada nas realidades biológicas da natureza, que dê importância aos sistemas vivos, que valorize o capital humano e o natural.
MAY (2003 <i>apud</i> Santos, 2014).	Responsabilidade ambiental é a utilização de tecnologias mais limpas, e cumprimento à risca das normas ambientais vigentes, para sua proteção e para a garantia de recursos naturais para esta e para as futuras gerações.

Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia citada.

Como se pode observar, além de conceitos de responsabilidade ambiental, são percepções das interligações e interdependência entre as questões ambientais, sociais e econômicas. Assim, uma abordagem mais abrangente e necessária é exposta no próximo subitem.

### 2.2.3 Responsabilidade Socioambiental

O termo responsabilidade socioambiental (RSA), embora bastante utilizado atualmente, ainda não possui um conceito bem definido (GODOY, 2020). Na presente pesquisa, verificou-se que é resultado da incorporação dos conceitos de sustentabilidade e da preocupação com o desenvolvimento sustentável, relacionando-se com a noção de *stakeholders*. Ou seja, refere-se à responsabilidade de uma organização em relação a todos os seus públicos de interesse, interno e externo, no contexto da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sob a ótica de uma ecossocioeconomia (BUSARELLO, 2020; BUSCH; RIBEIRO, 2009; CALIXTO, 2008;

MASCARENHAS; BARBOSA, 2019; NASCIMENTO; MONTENEGRO, 2015; SOUZA; COSTA, 2012).

Assim, de forma pragmática, abrange a multidisciplinaridade das responsabilidades social e ambiental, visando atender a três dimensões, conforme esclarece Godoy (2020, p. 48): “proteção ambiental; apoio e fomento ao desenvolvimento local, regional e global; e estímulo e garantia da equidade social”.

Segundo Godoy (2020), os *stakeholders* são indivíduos ou grupos que possuem interesses diretos ou indiretos, e que são influenciados ou exercem influência em uma empresa. Exemplos são: funcionários, fornecedores, concorrentes, governos, clientes, entidades, comunidade etc. Advém da percepção de que a empresa está inserida em um sistema, com suas interconexões e interdependências.

No contexto do desenvolvimento sustentável, conforme Mascarenhas e Barbosa (2019), a empresa é demandada a agir com mais transparência e ética, a incorporar estratégias e práticas que atentam aos diversos *stakeholders*, ao mesmo tempo em que é exigida a preservação dos recursos naturais em todas as suas atividades, com vistas ao longo prazo.

Para Novo (2019), o conceito de responsabilidade socioambiental compreende as ações das empresas quanto aos impactos ambientais e sociais, “buscando reduzir ou evitar possíveis riscos e danos sem redução nos lucros”. Para ele, trata-se de conquistar credibilidade e boa imagem perante a sociedade, além de vantagem competitiva.

Essa face estratégica da responsabilidade socioambiental, como ferramenta de *marketing*, também é apontada por Godoy (2020). Além de gerar benefícios ao meio ambiente e à sociedade, a empresa pode se utilizar de suas boas práticas e políticas para incrementar sua reputação, adquirir boa imagem, agregando valor em diversas dimensões. Ou seja, apesar do desafio em conciliar todas as esferas da sustentabilidade, adotar princípios sustentáveis é também uma forma de obter boa reputação, legitimidade e vantagem competitiva (BUSCH e RIBEIRO, 2009; GODOY, 2020).

Nesse sentido, existem mecanismos que auxiliam as empresas e entidades a comunicarem suas práticas sustentáveis. Além de relatórios, há certificações e selos, os quais prometem garantir uma conduta socioambientalmente responsável. Além dos

dispositivos citados no item 2.2.1, relacionados à responsabilidade social, destaca-se (BUSCH; RIBEIRO, 2009; BUFONI; MUNIZ; FERREIRA, 2009; GODOY, 2020):

- *Global Reporting Initiative* (GRI): é uma organização internacional independente que fornece diretrizes para a formulação de relatórios de sustentabilidade. Seus padrões são utilizados pelas empresas para comunicarem seus impactos, sendo transparentes e assim, sendo responsáveis por eles (GRI, c2020).
- ISO 14000 – diretrizes para gestão ambiental. No Brasil, a ABNT NBR ISO 14001 define os requisitos para implantação de um sistema da gestão ambiental. Ela auxilia na adequação dos processos das empresas por meio da utilização eficiente dos recursos e da redução da quantidade de resíduos. Proporciona, assim, vantagem competitiva e a confiança das partes interessadas. Essa norma possibilita certificação (ABNT, 2015).
- *Occupational Health and Safety Assessment* (OHSAS) 18000 – Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional. Essa norma internacional possui referencial que auxilia as organizações a estabelecerem políticas e metas de saúde e segurança ocupacional, visando assegurar que os colaboradores de uma organização tenham um ambiente de trabalho saudável e seguro. Esse referencial possibilita formas de avaliação e certificação por uma organização independente. No Brasil, a ABNT certifica Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional pela ISO 45001:2018 PT, que especifica e fornece orientação para seu uso (ABNT, c2020);

Além dos relatórios, normas e certificações citados, com o objetivo de buscar novas formas de gestão, focando em uma sociedade sustentável, Busarello (2020) aponta o surgimento do Movimento B em 2006. Segundo a entidade *B Corporation* (c2020a), as Corporações B buscam mudar a cultura global através da redefinição de sucesso nos negócios, estimulando uma nova economia, mais inclusiva e sustentável<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A letra B vem de *Benefit*, que em português significa benefício. Segundo a declaração de interdependência das *B Corp*, os negócios devem beneficiar a todos. Mais informações em: <https://bcorporation.net/about-b-corps>.

As empresas certificadas pela *B Corporation* equilibram lucro e propósito, utilizando o poder dos negócios para atuarem na redução das desigualdades e níveis de pobreza, na promoção de um meio ambiente mais saudável e comunidades mais fortes, e na “criação de mais empregos de alta qualidade com dignidade e propósito”. Dessa forma, procuram “impactar positivamente funcionários, comunidade e meio ambiente” (*B CORPORATION*, c2020a).

De acordo com a *B Corporation* (c2020b), para a obtenção da certificação *B Corp*, a empresa é avaliada em todo o seu desempenho social e ambiental. É avaliado como o modelo de negócios e as operações impactam trabalhadores, comunidade, meio ambiente e clientes. Segundo a entidade (c2020b), esta certificação comprova que a empresa atende aos mais altos padrões de desempenho desde a cadeia de suprimentos e matérias primas a doações de caridade e benefícios aos funcionários.

Nessa perspectiva, o desempenho socioambiental traduz como a empresa atua e comporta-se frente à complexidade das questões que compreendem o escopo da responsabilidade socioambiental. A definição de Ashley (2019, p. 5), de que “empresa socialmente responsável é aquela que está atenta para lidar com as expectativas de seus *stakeholders* atuais e futuros, na visão mais radical de sociedade sustentável”, parece abarcar as dimensões requeridas pela responsabilidade socioambiental.

Além do exposto, destaca-se que ao conduzir os negócios com ética, transparência, princípios de governança (ASHLEY, 2019; GODOY, 2020), tendo como propósito o benefício de todos, estar-se-á falando em uma empresa socioambientalmente responsável. Dessa forma, a definição macro de Godoy (2020), citada no item 2.2.1, também agrega no entendimento: consiste em ações praticadas voluntariamente pela organização para contribuir na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar coletivo, para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo.

Os conceitos e ideias abordados até aqui são sintetizados no quadro a seguir, para melhor compreensão.

**Quadro 6 - Concepções de Responsabilidade Socioambiental**

Autor	Concepção
BUSARELLO (2020); BUSCH; RIBEIRO (2009); CALIXTO (2008); MASCARENHAS; BARBOSA (2019); NASCIMENTO; MONTENEGRO (2015); SOUZA; COSTA (2012)	Refere-se à responsabilidade de uma organização em relação a todos os seus públicos de interesse, interno e externo, no contexto da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sob a ótica de uma ecossocioeconomia.
GODOY (2020, p. 48)	“Consiste em ações praticadas voluntariamente pela organização para contribuir na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar coletivo, para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo”. Visa atender a três dimensões: “proteção ambiental; apoio e fomento ao desenvolvimento local, regional e global; e estímulo e garantia da equidade social”.
NOVO (2019)	RSA compreende as ações das empresas quanto aos impactos ambientais e sociais, “buscando reduzir ou evitar possíveis riscos e danos sem redução nos lucros”.
ASHLEY (2019, p. 5)	A “empresa socialmente responsável é aquela que está atenta para lidar com as expectativas de seus <i>stakeholders</i> atuais e futuros, na visão mais radical de sociedade sustentável”.

Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia citada.

Observando-se o quadro, é possível perceber as semelhanças e congruências das concepções abordadas neste item e no anterior, responsabilidade social. Assim, verifica-se sua complementariedade e interdependência.

No sentido de relacionar o que foi exposto até o presente momento, o próximo item explora a sustentabilidade no âmbito da construção civil, atividade objeto do presente estudo. Também aborda como a responsabilidade socioambiental está

inserida neste setor. E como já mencionado, suas implicações na sociedade, na natureza e na economia.

### **2.3 Construção civil e sustentabilidade**

A sustentabilidade e a construção civil possuem vínculos estreitos. Os processos de construção e seu produto final, os empreendimentos imobiliários, afetam a sociedade e o meio ambiente, na grande utilização de recursos naturais e energéticos e nas emissões atmosféricas. A sociedade, por sua vez, através de seu consumo consciente, impacta a indústria da construção, seja na exigência pela utilização de energias mais limpas, por padrões construtivos mais sustentáveis, ou por uma melhor relação com a comunidade onde atua (RESENDE, 2013; SINDUSCON-RS, [2016?]).

Com essa preocupação, o Sinduscon-RS ([2016?], p. 3) elaborou o Guia de Sustentabilidade na Construção Civil no Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover a reflexão sobre a sustentabilidade na construção civil e difundir “práticas economicamente viáveis e ambientalmente corretas”. Conforme a mesma entidade, a sustentabilidade só poderá ser totalmente atingida quando for compreendida e planejada desde o início do empreendimento, pela totalidade dos participantes no desenvolvimento de uma construção (arquitetos, engenheiros, cadeia produtiva, clientes etc.). Para tanto, a edificação deverá ser pensada para todo o seu ciclo de vida, do design à edificação, “incluindo seu uso, manutenção e sua reciclagem ou demolição” (SINDUSCON-RS, [2016?], p. 16).

Nesse sentido, a sustentabilidade na construção civil está bastante relacionada com a questão do uso racional dos recursos naturais e a minimização da geração de resíduos durante a construção e uso do edifício. Também, com a conscientização dos colaboradores e usuários quanto à importância destas ações. Assim, sob a ótica da sustentabilidade, um edifício com uma vida útil longa reduziria a retirada de matérias-primas da natureza necessárias para a construção de uma nova edificação. Diminuiria, dessa forma, o impacto da construção civil sobre o meio ambiente (BARBOSA, 2011).

Esse impacto da construção está ligado ao seu processo produtivo, à sua produção. De acordo com Yemal, Teixeira e Nääs (2011), a maioria das escolas de administração aborda a questão da produção, devido à sua importância no meio

empresarial. Além de produzir, é preciso que se produza com o máximo de eficiência, agilidade e qualidade. Nesse sentido, segundo o mesmo autor, a implantação da Produção mais Limpa (PmaisL) agregaria sustentabilidade à produção. A produção mais limpa, segundo o SENAI-RS (2007), visa melhorar a produtividade da empresa, diminuindo custos de matéria-prima, energia e recursos naturais. Dessa forma, com ajustes no processo produtivo, desde pequenas reparações no modelo existente até a aquisição de novas tecnologias, permitiriam redução da geração de resíduos e minimização de emissões.

Para tal implantação, segundo Yemal, Teixeira e Nääs (2011), faz-se necessário uma mudança de atitudes em todos os níveis da empresa, desde a alta gerência até o nível operacional. Assim, o desafio das empresas é colocar no seu planejamento estratégico a produção mais limpa, a qual traz benefícios ambientais, econômicos, dentre outros.

Outra tendência na construção civil, nesse sentido, é a construção enxuta. Baseada nos princípios do *Just in Time*, ela reestrutura o processo construtivo, reduzindo tempo, tornando-o mais efetivo e sustentável. Busca promover a reutilização, redução na geração de resíduos e minimização no consumo de recursos naturais. Dessa forma, traz também benefícios econômicos (OLIVEIRA, WBATUBA e ROSA NETO, 2019).

Para Pereira (2013), a sustentabilidade da edificação também está relacionada com a salubridade dos ambientes. Segundo ele, “o que é sustentável é saudável”, protegendo os usuários, dessa forma, das enfermidades que o ambiente externo pode trazer para dentro das edificações.

De maneira mais ampla, para o Sinduscon-RS ([2016?], p. 5),

o conceito de sustentabilidade deve ir além do empreendimento e da incorporação. Deve estar no contexto da área residencial, do bairro, do município, da escola, do centro de saúde, do comércio e serviços, gerando uma relação com o saneamento básico e impactando em toda a infraestrutura urbana.

Nesse sentido, sustentabilidade envolve todas as ações que uma empresa (construtora, nesse caso) realiza visando o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para que uma empresa seja considerada sustentável socioambientalmente, ela deve adotar atitudes éticas, sem agredir o meio ambiente, bem como colaborar para o desenvolvimento da sociedade.

### 2.3.1 Responsabilidade socioambiental na construção civil

A Responsabilidade Socioambiental, conforme Godoy (2020), consiste em ações praticadas voluntariamente pela organização para contribuir na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar coletivo, para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo. Conforme Côrtes *et al.* (2011), essas ações só acontecem nas empresas onde os dirigentes e empregados acreditam que o sucesso dos negócios e das relações de trabalho, além do atendimento às leis, devem seguir uma conduta ética.

Para o ambiente interno das empresas, entre elas as construtoras, as normas sobre direitos fundamentais no trabalho, como as do Ministério do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), devem balizar uma conduta socialmente responsável. Essas normas regulamentam questões como níveis salariais, jornadas de trabalho adequadas, condições de trabalho decentes, ambiente seguro e higiênico, programas de educação e formação etc. (CÔRTEZ *et al.*, 2011; PEREIRA, 2013).

Segundo Côrtes *et al.* (2011), os códigos de ética e de conduta das empresas também são dispositivos relevantes na condução de uma gestão responsável, pois são considerados como compromissos quanto às consequências sociais de suas atividades. As normas que orientam a gestão com responsabilidade social, como mostradas no item 2.2.1, são, dentre outras, a NBR 16001 e a ISO 26000.

Muitas empresas divulgam suas ações de responsabilidade social através do Balanço Social, que, além de reunir e registrar as informações sobre os programas adotados, proporciona maiores vínculos entre empresa, sociedade e meio ambiente. O Balanço Social pode ser considerado como uma prestação de contas para as partes interessadas.

Do ponto de vista ambiental, por sua vez, segundo Côrtes *et al.* (2011), as empresas líderes não consideram mais os gastos com questões ambientais como custos ou apenas para atender à legislação, mas como investimentos e vantagem competitiva. Algumas, inclusive, utilizam como “*green marketing*”.

Nesse sentido, muitas iniciativas foram criadas, no âmbito da gestão ambiental, com o objetivo de orientar as empresas no desenvolvimento de seus negócios. No setor da construção civil, por exemplo, há as certificações “verdes”, as quais são relacionadas à construção sustentável, como LEED, AQUA e PROCEL.



A LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), mais conhecida no Brasil, é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações, desenvolvido pelo GBC (*Green Building Council*). Este sistema de avaliação possui 4 tipologias, que analisam oito áreas: Localização e transporte, Espaço sustentável, Eficiência do uso da água, Energia e atmosfera, Materiais e recursos, Qualidade ambiental interna, Inovação e processos, e Créditos de prioridade regional. A certificação é conquistada quando todos os pré-requisitos forem cumpridos. O sistema LEED também sugere ações, conhecidas como créditos. As ações são pontuadas, à medida que forem assumidas pelo empreendimento. Assim, conforme a pontuação, que varia de 40 a 110, os níveis de certificação são: Certificado, Silver, Gold e Platinum (GBC BRASIL, c2020).

A AQUA (Alta Qualidade Ambiental), lançada no ano de 2008 no Brasil, é uma adaptação do HQE (*Haute Qualite Environnementale*) europeu para atender as características ambientais do Brasil. Na Europa, foi adotada como ferramenta de avaliação dos critérios de sustentabilidade em edifícios no ano de 2002. No Brasil, a Fundação Vanzolini, que trabalha com a certificação de Sistemas de Qualidade, é quem emite o selo AQUA (CÔRTEZ *et al.*, 2011; SINDUSCON-RS, [2016?]).

No processo de certificação AQUA, as exigências estão divididas em 14 categorias, e estão agrupadas em 4 temas: Meio ambiente (Edifício e seu entorno; Produtos, sistemas e processos construtivos; Canteiro de obras; Resíduos); Energia e Economias (Energia; Água; Manutenção); Conforto (Conforto higrotérmico; Conforto acústico; Conforto visual; Conforto olfativo) e Saúde e Segurança (Qualidade dos espaços; Qualidade do ar; Qualidade da água). Cada categoria é avaliada e recebe graduação nível Base (bom), Boas Práticas (superior) e Melhores Práticas (excelente). Para obter certificado, deverá ter no mínimo três critérios excelentes e, no máximo, sete critérios bons (PEREIRA, 2013; FUNDAÇÃO VANZOLINI, c2015).

Instituído no ano de 2003, o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (PROCEL Edifica) visa promover o uso racional de energia elétrica nas edificações no Brasil, com o objetivo de incentivar a conservação e o uso eficiente dos recursos naturais (água, luz, ventilação etc.). Como já ocorre com eletrodomésticos, o Selo Procel Edifica busca certificar edificações com melhores classificações de eficiência energética em uma dada categoria, que preveem redução de consumo e uso de energias alternativas, estimulando a adoção de ações nesse sentido. Dessa

forma, procura motivar o mercado consumidor a adquirir e utilizar imóveis mais eficientes. Este é um setor de extrema importância, pois o consumo de energia elétrica nas edificações residenciais e comerciais, de serviços e públicas, é bastante significativo, correspondendo a aproximadamente 50% do total da eletricidade consumida no país (CÔRTEZ *et al.*, 2011; PROCELINFO, 2015?; SINDUSCON-RS, [2016?]).

Como visto, todas estas certificações têm como intuito promover a sustentabilidade na construção civil. Com o mesmo propósito, criou-se em 2007 o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS). Entre seus principais objetivos, além de contribuir para a geração e difusão de conhecimento e de boas práticas de sustentabilidade, consta:

coordenar soluções e ações intersetoriais com objetivo de otimizar o uso de recursos naturais, sociais e econômicos, reduzir os efeitos negativos da atividade de construção civil e maximizar seus efeitos benéficos, visando um ambiente mais saudável e uma sociedade mais equilibrada (CBCS, 2020?).

Diante do exposto, percebe-se a existência de efeitos negativos na atividade da construção civil, os quais, muitas vezes, não estão explícitos. São, na verdade, impactos negativos causados pela falta de uma visão mais ampla da atividade, pela falta de planejamento de longo prazo (PEREIRA, 2013; SILVA e POZNYAKOV, 2020).

Nessa lógica, encontram-se os espaços urbanos, enquanto espaços construídos. Na busca por uma cidade sustentável, em última instância, torna-se cada vez mais relevante não só observar os planos diretores e as políticas de meio ambiente, como exceder seus padrões mínimos (NUNES e PAULA, 2016; PEREIRA, 2013). A título de exemplo, respeitar o parcelamento do uso do solo, sua permeabilidade, em um planejamento abrangente, poderá minimizar consequências que, em último grau, estão ligadas a ocorrência de inundações, enchentes, poluição olfativa e proliferação de doenças (NUNES e PAULA, 2016; SILVA e POZNYAKOV, 2020).

Como visto anteriormente, a responsabilidade socioambiental está além do cumprimento das leis. São ações voluntárias e éticas que caracterizam uma conduta socioambientalmente responsável (GODOY, 2020). Dessa forma, é imprescindível que as construtoras persigam um planejamento abrangente e de longo prazo, tenham gestão e controle sobre as edificações, e que a sustentabilidade esteja presente na

concepção, na execução e em todo o ciclo de vida da edificação (SILVA e POZNYAKOV, 2020). Para melhor visualização, o quadro abaixo sumariza os conceitos abordados neste item.

**Quadro 7 - Responsabilidade socioambiental na construção civil**

Autor	Concepção
YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS (2011)	Além de produzir, é preciso que se produza com o máximo de eficiência, agilidade e qualidade. A implantação da Produção mais Limpa (PmaisL) agrega sustentabilidade à produção.
SENAI-RS (2007)	Ajustes no processo produtivo, desde pequenas reparações no modelo existente até a aquisição de novas tecnologias, permitem redução na geração de resíduos e minimização de emissões.
OLIVEIRA; WBATUBA; ROSA NETO (2019)	Promover a reutilização, redução na geração de resíduos e minimização no consumo de recursos naturais. Dessa forma, traz também benefícios econômicos.
SINDUSCON-RS (2016, p. 5)	Sustentabilidade deve ir além do empreendimento e da incorporação. Deve estar no contexto da área residencial, do bairro, do município, da escola, do centro de saúde, do comércio e serviços, gerando uma relação com o saneamento básico e impactando em toda a infraestrutura urbana.
GODOY (2020)	A responsabilidade socioambiental está além do cumprimento das leis. São ações voluntárias e éticas que caracterizam uma conduta socioambientalmente responsável.
SILVA; POZNYAKOV (2020)	É imprescindível que as construtoras persigam um planejamento abrangente e de longo prazo, tenham gestão e controle sobre as edificações, e que a sustentabilidade esteja presente na concepção, na execução e em todo o ciclo de vida da edificação.

Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia citada.

Observando-se o quadro acima, pode-se perceber o que Silva e Poznyakov (2020) também apontam: que apesar de alguns impactos serem inevitáveis, pode-se e deve-se mitigar os possíveis. Atualmente, diversas entidades, setor público e

privado, ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSC), como o CBCS (citado acima), promovem a geração e divulgação de conhecimento, visando trazer a sustentabilidade para a prática, abordando não só novas técnicas e tecnologias, mas também todos os benefícios ambientais, sociais e econômicos de uma perspectiva mais sustentável. Considerando-se que todas as esferas se interligam, que econômico, social e ambiental se inter-relacionam, e que a sociedade é a evolução histórica dessa relação, pode-se dizer que a sustentabilidade está na construção de uma sociedade saudável e na preservação da Casa Comum. E atuar com esta consciência é questão de responsabilidade socioambiental.

### **3 METODOLOGIA**

Para que um conhecimento seja considerado como científico, ele deve ser objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível. Para chegar-se a um conhecimento com estas características, e confiável, é necessário que se utilize de um conjunto de passos e regras, denominado método científico (GIL, 2019). A ciência, portanto, é um conhecimento metódico e rigoroso (SACCOL, 2012).

Este capítulo aborda, dessa forma, os procedimentos metodológicos que foram utilizados nessa pesquisa, considerados os mais adequados aos objetivos propostos. Almeja-se, com a metodologia adotada, obter-se informações assertivas e satisfatórias à presente investigação.

#### **3.1 Delineamento da pesquisa**

A presente pesquisa foi desenvolvida com a utilização do paradigma qualitativo (fenomenológico), do tipo exploratória, com estratégia de estudo de caso.

A pesquisa de caráter qualitativo é caracterizada por Gil (2019) como aquela cujo propósito é estudar experiências vivenciadas pelas pessoas em situações sociais complexas. Este modelo busca descrever a realidade através da lente dos indivíduos, de forma qualitativa, não preocupando-se com mensurações estatísticas. Procura ocupar-se da compreensão da dinâmica social e da análise das interações entre indivíduos e grupos sociais (SACCOL, 2012).

Já as pesquisas do tipo exploratórias, segundo Gil (2019), buscam explicitar as características do problema, tendo como propósito seu melhor entendimento. São utilizadas para definir um problema com mais precisão, formular hipóteses, identificar ou esclarecer as variáveis-chave.

Dessa forma, o presente estudo utilizou a pesquisa de caráter qualitativo, pois, como afirma Saccol (2012, cap. 4), ela é feita quando o alvo de investigação consiste em “situações complexas ou estritamente particulares”. E utilizou-se de pesquisa exploratória, pois vai ao encontro da percepção de Gil (2019): esclarecer melhor o problema e explorar o tema afim de possibilitar a formulação de hipóteses mais precisas e realistas. O que condiz com o objetivo do presente estudo: buscar uma melhor compreensão e análise do caso particular da construtora em epígrafe.

A estratégia de pesquisa utilizada para este trabalho foi o estudo de caso, que é definido por Yin (2001 *apud* SACCOL 2012) como a análise de fenômenos observados dentro de seu contexto real e no momento presente. Essa estratégia de pesquisa é amplamente utilizada nas ciências sociais, bem como na área de Administração, pois permite estudar as pessoas e os processos sociais em seu ambiente natural, sob diversos ângulos (GIL, 2019; ROESCH, 2013).

O método do estudo de caso, segundo Gil (2019, p. 63), tem por objetivo “o estudo profundo e exaustivo de um fenômeno”. Por isso, de forma a atingir um “amplo e detalhado conhecimento” acerca do fenômeno ora investigado em seu contexto real, esta pesquisa utilizou-se do estudo de caso (GIL, 2019, p. 63).

Para alcançar tal propósito, conforme ressalta o mesmo autor (2019), são necessárias diversas fontes de pesquisa. Assim, além das entrevistas, foram utilizadas as seguintes fontes: análise de peças publicitárias, vídeos comerciais, documentos técnicos, notícias e informações dos empreendimentos disponíveis no *site* da construtora, publicações da área de relacionamento com investidores, bem como levantamento bibliográfico. Isso é detalhado no item 3.3.

### **3.2 Unidade de análise e sujeitos da pesquisa**

A unidade de análise foi constituída pela construtora Alpha. Ela atua no segmento da construção civil, possuindo mais de 48 anos de atuação no mercado gaúcho, e é resultado de parcerias com outras empresas do setor. Conta com mais de 500 colaboradores diretos, é certificada com o ISO 9001 e classificada com nível A pelo PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat). Em seu portfólio possui mais de 40 empreendimentos desenvolvidos, sendo mais de 900 mil m<sup>2</sup> construídos (*SITE DA CONSTRUTORA ALPHA, c2021*). No item 4.1 a empresa será melhor apresentada.

Como critério de escolha, buscou-se uma construtora conhecida da Grande Porto Alegre, que possui diversos empreendimentos imobiliários de grande porte executados na capital e região metropolitana. Nesse sentido, buscou-se uma incorporadora com grandes empreendimentos desenvolvidos, por acreditar-se que estes impactam mais o meio, a microrregião onde são implantados. Ou seja, os impactos destes empreendimentos em relação ao tema pesquisado são maiores, sendo mais significativos para o objetivo deste estudo.

Os sujeitos da pesquisa, por sua vez, foram constituídos por um grupo do quadro de funcionários da incorporadora. Compreendeu um funcionário da gerência de um dos segmentos, um engenheiro de campo ou acompanhamento de obra, um colaborador da área administrativa, um coordenador e outro funcionário da área operacional, sem função de liderança. Dessa forma, buscou-se visões diversificadas sobre as atividades e processos estudados da organização, a fim de obter melhor compreensão e análise do problema proposto.

### **3.3 Técnicas de coleta de dados**

A presente pesquisa foi desenvolvida através de levantamento bibliográfico, análise documental, e entrevistas semiestruturadas em profundidade.

O levantamento de natureza bibliográfica, conforme Gil (2019, p. 28), consiste em obter dados “mediante a leitura de livros, artigos de periódicos, anais de eventos e impressos diversos”. No levantamento bibliográfico, como aponta Saccol (2012), o pesquisador utiliza-se de pesquisas já efetuadas e publicações já realizadas como forma de investigar o fenômeno, evento ou tema de seu próprio estudo.

Assim, o pesquisador buscou informações acerca do tema ora estudado em livros, artigos, em revistas científicas especializadas, através de buscas acadêmicas na internet, tanto na biblioteca da Unisinos como no *Google* acadêmico. Também em guias técnicos nos sites dos órgãos, conselhos e associações relacionados ao assunto, como ONU, SINDUSCON, ABNT e CBIC, bem como na biblioteca da universidade, nas bases de dados disponíveis (EBSCO, Portal de Periódicos CAPES).

A análise documental utilizada assemelha-se ao levantamento bibliográfico, porém, estas técnicas diferenciam-se quanto às fontes. Na primeira, utilizam-se como fontes de pesquisa documentos que ainda não foram analisados, como regulamentos, imagens, ofícios, memorandos, entre outros arquivos (SACCOL, 2012). Conforme ressalta Gil (2019), a distinção entre análise documental e levantamento bibliográfico nem sempre é muito clara, visto que a pesquisa em jornais, por exemplo, pode ser considerada bibliográfica. Dessa forma, segundo ele, poder-se-ia considerar a pesquisa bibliográfica como uma pesquisa documental.

Nesse estudo, a análise documental foi realizada sobre os documentos disponibilizados pela organização e localizados no sítio eletrônico da construtora, como: apresentação institucional, estatuto social, plano de ataque de empreendimento

e demais informações e notícias da incorporadora disponíveis no portal eletrônico. Além destes, propagandas dos empreendimentos imobiliários, encartes, *folders* e anúncios virtuais foram utilizados na análise.

Outra técnica de coleta utilizada foi a aplicação de entrevistas em profundidade, utilizando-se de um roteiro semiestruturado. Para Castilhos (2012, cap. 3), a entrevista em profundidade consiste em “um diálogo com o entrevistado, com o objetivo de obter a maior quantidade possível de informações de cada indivíduo”. Esta técnica compreende as seguintes características, segundo o mesmo autor (2012): cerca o problema; não direciona respostas; é repetitiva na hora certa; inclui perguntas do tipo sondagem, utilizadas para aprofundar uma resposta.

Essa entrevista em profundidade seguiu um roteiro semiestruturado, o qual se encontra no apêndice A. Ele foi elaborado com tópicos considerados relevantes para abarcar cada objetivo específico definido. Estes tópicos foram relacionados à sustentabilidade, práticas de responsabilidade socioambiental, impacto ambiental e produção mais limpa, projetos para o entorno do empreendimento e mobilidade urbana, inovação nos métodos construtivos e procedimentos gerenciais, reaproveitamento de resíduos gerados e competitividade. Os entrevistados puderam falar livremente a partir de perguntas do tipo aberta feitas, havendo a inclusão de outras no decorrer do diálogo, conforme necessidade de se obter melhor compreensão a respeito dos temas abordados.

Para a consecução das entrevistas, um primeiro contato foi realizado com uma pessoa conhecida, integrante do quadro de funcionários da incorporadora, a fim de verificar sua disponibilidade e interesse em participar do estudo. Também foi solicitado indicações de outros potenciais entrevistados. Ela se mostrou disposta a participar, prontamente indicando colegas para também colaborarem com a pesquisa. Assim, foi efetuado contato com o primeiro indicado via WhatsApp, informando-lhe sobre o estudo e tema, e rapidamente estava agendada a primeira entrevista. Ela foi realizada através do aplicativo *Teams*, com duração em torno de 54 minutos.

As demais entrevistas, no entanto, não tiveram o mesmo desfecho. Vários contatos foram feitos até que as agendas fossem conciliadas. Também foi necessário acionar outros conhecidos, de círculos de amizade distintos, buscando-se mais participantes dispostos a colaborar com as entrevistas. Alguns indicados mostraram-se interessados, mas não possuíam disponibilidade; e muitas mensagens não tiveram



retorno. Ao todo, então, conseguiu-se efetivar 5 entrevistas, com duração média em torno de 40 min.

Dada a situação pandêmica de COVID-19 e necessidade de isolamento social, todas as entrevistas foram realizadas virtualmente, através do aplicativo *Teams*. A entrevista com menor duração levou 24 minutos e a maior, próximo de 55 minutos. Na de menor duração, o entrevistado localizava-se nas instalações da empresa, em uma obra, havendo bastante barulho e ruído ao fundo, o que, de certa forma, explica a objetividade desse diálogo.

Ao iniciar a entrevista, os objetivos e temática da pesquisa eram novamente explanados, com maior detalhamento. Após ciência e autorização do entrevistado, a conversa começava a ser gravada. Primeiramente, foi solicitado aos entrevistados que falassem um pouco de si, de seu perfil, como sua formação, experiência na área de atuação, tempo de empresa e setor em que trabalhava. Posteriormente, seguiu-se com as perguntas elencadas no roteiro de entrevista, contido no anexo A deste trabalho.

No geral, os entrevistados pareciam estar à vontade para responder aos tópicos instigados. Uma entrevistada não soube responder a uma questão por não fazer parte de seu trabalho, não comprometendo o objetivo proposto. Algumas perguntas pareciam repetitivas, mas buscavam compreender alguns tópicos em momentos diferentes do processo. Além do entrevistado que estava na obra, outra entrevistada estava em horário de trabalho (agendamento sugerido por ela), parecendo digitar em alguns instantes e solicitando licença para responder mensagens no celular durante a entrevista.

As entrevistas foram realizadas no período de 30 de março a 15 de abril de 2021, e propiciaram a obtenção de dados pertinentes ao fenômeno ora pesquisado em seu contexto real, com a exploração através das perguntas abertas efetuadas e adicionais comentários realizados.

Além das entrevistas com o público citado, foram analisadas as propagandas dos empreendimentos imobiliários, encartes, *folders*, *sites*, anúncios virtuais etc.

### **3.4 Técnica de análise dos dados**

A técnica utilizada para a análise dos dados é a Análise de Conteúdo (AC). Segundo Bardin (1995 *apud* Saccol, 2012), a análise de conteúdo busca considerar

os significados das palavras, procura conhecer o que está nas entrelinhas, identificar uma realidade que se apresenta através do conteúdo das mensagens.

Nesse sentido, a análise de conteúdo procura extrair a descrição do conteúdo das falas dos entrevistados, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, a fim de que se possa conhecer o que está sendo falado sobre determinado assunto (ROESCH, 2013; ZILLES, 2012). Assim, como informa Zilles (2012, cap. 4), a análise qualitativa “é, acima de tudo, um trabalho subjetivo de interpretação”. Por isso, é realizada a análise de conteúdo, que consiste, basicamente, em uma leitura e interpretação de textos.

Além de permitir a análise do texto coletado, a análise de conteúdo é uma técnica que possibilita também quantificar a pesquisa qualitativa, buscando informações semelhantes, e que se repetem nas diferentes entrevistas (GIL, 2019; ROESCH, 2013). Esta técnica permite ao pesquisador investigar e explorar em profundidade todas as fontes de informação utilizadas. São analisados os conteúdos das entrevistas realizadas, do levantamento bibliográfico e dos documentos disponibilizados e acessados na internet.

Para a análise do conteúdo, categorias de análise foram criadas, baseadas nos objetivos específicos da pesquisa, cruzando-se o conteúdo das entrevistas com a fundamentação teórica. O quadro localizado no apêndice B relaciona estas categorias com o roteiro de entrevista. As categorias analíticas do presente estudo são:

- 1) O processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha;
- 2) As principais características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora;
- 3) A relação das características identificadas com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- 4) Melhorias na concepção e execução dos empreendimentos visando responsabilidade socioambiental.

Dessa forma, para a análise das entrevistas, as falas dos entrevistados foram primeiramente organizadas em uma matriz, com colunas contendo cada uma das categorias de análise e as linhas contendo cada entrevistado. As respostas das perguntas relacionadas à primeira categoria de análise, por exemplo, foram então colocadas numa coluna, as da segunda, na próxima coluna, e assim sucessivamente. Ao lado de alguns tópicos, de comentários-chave, o ponto exato (minutos e segundos)

da gravação onde se localizam aquelas falas foi inserido, para eventual consulta posterior.

Efetuada essa organização inicial dos dados coletados durante a entrevista, estes foram lidos novamente, por coluna; isto é, os comentários de todos os entrevistados referentes à mesma categoria de análise foram relidos, agrupados. Em seguida, foi realizada a análise de documentos, dos demais materiais disponíveis: notícias, encartes e anúncios dos empreendimentos encontrados no site da construtora, plano de ataque de um empreendimento. Estes foram explorados e relacionados com as falas mais significativas. Algumas pesquisas adicionais acerca de determinados assuntos e normas técnicas foram também realizadas nesta etapa, objetivando subsidiar adequadamente a análise.

Diante disso, numa última etapa, após selecionar as informações contidas em cada grupo de análise, o pesquisador pôde realizar interpretações e inferências sobre o tema e contexto ora estudado, pautando-se pelo referencial teórico contemplado e previamente pesquisado. Assim, a partir das entrevistas com o grupo e da análise documental, entende-se que foi possível verificar o entendimento e percepções daquele público em relação ao problema em epígrafe, possibilitando, assim, a compreensão necessária para a realização da análise e consecução da pesquisa.

### **3.5 Limitações do método e da pesquisa**

A realização de um estudo de caso, segundo Gil (2018), exige bastante tempo e flexibilidade do pesquisador, uma vez que ele deve participar ativamente de todas as etapas. E, não eventualmente, as entrevistas são marcadas em horário mais conveniente para o entrevistado, pois, evidentemente, o interesse é do pesquisador. A adoção deste método, adicionalmente, pode incorrer em subjetivismo na análise e interpretação dos dados, como aponta Gil (2018), visto que apenas um pesquisador é responsável pela coleta e análise do conteúdo.

Sendo assim, é importante destacar que o método de pesquisa utilizado, o estudo de caso, realizado sob caráter qualitativo e exploratório, não é generalizável. Dessa forma, as respostas e impressões obtidas não representam o ponto de vista da construtora, sendo restrito à percepção de um grupo de entrevistados.

A pandemia de COVID-19, conforme já mencionado anteriormente, trouxe um desafio adicional para o pesquisador. A maior dificuldade encontrada foi em conseguir

disponibilidade das pessoas para a entrevista. Diversos contatos foram efetuados, alguns demonstraram interesse, mas havia conflitos de agenda. Outros respondiam as primeiras mensagens, mas no momento de agendar a entrevista não mais retornavam. Também foi solicitado ajuda aos já entrevistados, porém, ou não responderam mais, ou retornaram dizendo que não teriam como contribuir.

Entende-se que nesse contexto, sem precedentes, com trabalho remoto e escolas fechadas, a disponibilidade ficou bastante comprometida. Assim sendo, apesar da flexibilidade do pesquisador e desejo em obter mais entrevistas, e dado o prazo a ser cumprido, o estudo foi realizado com o grupo dos cinco entrevistados.

Apresentado o método utilizado no presente estudo, o capítulo seguinte dedica-se à análise dos resultados, onde são apresentados a unidade de análise e sujeitos da pesquisa, bem como a análise de conteúdo referente à cada categoria estabelecida, visando-se, assim, responder aos objetivos (geral e específicos) propostos.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise de conteúdo do presente estudo, com o intuito de identificar como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha.

Inicialmente serão apresentados a unidade de análise e os sujeitos da pesquisa, bem como o perfil do público entrevistado. Posteriormente, a análise dos resultados, relacionando-os com os conceitos chave abordados nesta pesquisa.

### **4.1 Apresentação da construtora Alpha e dos sujeitos da pesquisa**

O objeto do presente estudo é a incorporadora e construtora Alpha, localizada na Grande Porto Alegre. Como incorporadora, ela é responsável pela viabilização de todo o empreendimento até o momento da comercialização, fornecendo recursos (numerários ou técnicos) para que a obra seja executada e posteriormente vendida. Como construtora, ela efetivamente executa a obra, construindo os edifícios residenciais, comerciais e/ou mistos, bem como os condomínios (IBGE, c2021).

É uma empresa de grande porte, conta com cerca de 600 colaboradores diretos, possuindo estrutura organizacional bem definida. Em seu organograma, há um conselho de administração e um CEO (*Chief Executive Officer*). Abaixo destes, encontram-se um CFO & IRO (*Chief Financial Officer & Investor Relations Officer*, respectivamente), um Diretor Institucional, um Diretor de Incorporação, um Diretor Técnico e de RH e um Diretor Comercial. A figura abaixo ilustra melhor a estrutura.

**Figura 3** - Organograma da incorporadora e construtora Alpha



Fonte: *site* da construtora Alpha.

As áreas envolvidas neste estudo foram a Diretoria de Incorporação e Diretoria Técnica e de Recursos Humanos, as quais compreendem o desenvolvimento dos produtos e execução das obras, respectivamente.

A empresa possui uma história de mais de 48 anos de atuação no mercado gaúcho, integrando atualmente o grupo das maiores incorporadoras do Rio Grande do Sul. Criada na década de 1970, foi a partir dos anos 2000 que a empresa Alpha obteve grande destaque, fazendo parcerias e *joint venture* com outras construtoras, chegando a abrir seu capital na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) recentemente. Ocupa seguidamente o título de *Top of Mind*, sendo uma das marcas mais lembradas do seu setor (*SITE DA CONSTRUTORA ALPHA*, c2020).

A construtora tem se situado nas primeiras posições em volume de lançamentos com Valor Geral de Vendas (VGV) acima de R\$15 milhões, possuindo uma participação de mercado total de cerca de 23% na região metropolitana de Porto Alegre. É responsável pelo desenvolvimento de diversos empreendimentos no estado, tanto residenciais como comerciais e mistos, tendo construído mais de 900 mil m<sup>2</sup>. É certificada com o ISO 9001 e classificada com nível A pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H) (*SITE DA CONSTRUTORA ALPHA, c2021*).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados cinco colaboradores com cargos diversos, de diferentes setores da empresa, a fim de enriquecer o trabalho com visões distintas acerca do tema. O grupo é composto por dois homens e três mulheres, com idades variando entre 24 e 41 anos. Todos possuem formação superior completa ou em andamento. O tempo de empresa varia de 3 a 11 anos, sendo que apenas 1 entrevistada possui menos de 5 anos.

Do conjunto de entrevistados, 3 possuem cargos de liderança. O público majoritariamente feminino se deve às indicações e contatos realizados, não representando, necessariamente, o perfil da empresa. O quadro abaixo sintetiza as características do grupo.

**Quadro 8 - Perfil dos entrevistados**

<b>Identificação na pesquisa</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de empresa</b>	<b>Cargo de liderança</b>
Entrevistado 1	30-40 anos	M	Superior completo	11 anos	Sim
Entrevistado 2	30-40 anos	M	Superior completo	7 anos	Sim
Entrevistado 3	30-40 anos	F	Superior completo	8 anos	Não
Entrevistado 4	20-30 anos	F	Superior em andamento	3 anos	Não
Entrevistado 5	30-40 anos	F	Superior completo	11 anos	Sim

Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados coletados nas entrevistas dão subsídios para responder o objetivo geral desta pesquisa: analisar como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora, bem como os objetivos específicos. Assim, a seguir, são apresentadas detalhadamente as informações obtidas, de forma a analisá-las, juntamente com materiais publicitários e documentos obtidos no *site* da incorporadora, e responder adequadamente a cada um dos objetivos específicos deste trabalho.

#### 4.2 A concepção dos empreendimentos na construtora Alpha

Um empreendimento imobiliário, segundo o CBCS ([2010]), possui um ciclo de vida composto pelas seguintes etapas: Concepção e Planejamento, Projeto, Execução, Comercialização, Uso e Operação, Manutenção e Requalificação. A figura 4 apresenta estas fases.

**Figura 4** - Etapas de um empreendimento



Fonte: CBCS ([2010], p. 19).

A concepção de um empreendimento, segundo a CBIC (2016a) e o SINDUSCON-RS [2016?], começa com o estabelecimento dos requisitos do produto, desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, estrutural e complementares, e escolha

do padrão de acabamento. É nesse momento que são definidos os materiais, equipamentos e sistemas construtivos que serão utilizados. Nesse sentido, a sustentabilidade na construção está intimamente ligada à compreensão e planejamento desde o início do empreendimento, pela totalidade dos participantes no desenvolvimento de um empreendimento (arquitetos, engenheiros, cadeia produtiva, clientes etc.).

Como afirmam Sanches e Fabrício (2009), “a qualidade e eficiência de edificações são resultados diretos das fases de concepção e do processo de projeto de edifícios”. Por isso, a edificação deve ser pensada para todo o seu ciclo de vida, do *design* à edificação, “incluindo seu uso, manutenção e sua reciclagem ou demolição” (SINDUSCON-RS, [2016?], p. 16).

A fim de responder ao objetivo específico que trata da compreensão do processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha, apresentam-se as informações obtidas com os entrevistados, abordando esta etapa da elaboração de um empreendimento.

A fase de concepção, foco deste estudo, começa, segundo os entrevistados, desde a negociação do terreno, com a análise de seu potencial para entrar no banco de terrenos da construtora. Neste momento inicial, é verificado se ele possui algum passivo ambiental, se tem área de preservação permanente (APP); é feita análise do solo para pesquisa de contaminação, verificado necessidade de manejo de vegetação etc. Conforme resume o entrevistado 2, “[...] tudo é feito nessa etapa prévia, né; quando este terreno entra pra dentro de casa, já tá com estas etapas vencidas”.

Sendo aprovado quanto a estes requisitos, analisa-se, então, a viabilidade econômico-financeira do terreno e sua localização, começando-se a elaborar o produto imobiliário. Como descreve a entrevistada 4,

*“[...] o terreno, se aplicando às necessidades que a empresa entende pra um desenvolvimento de um determinado produto, ele entra pro nosso banco de terrenos e daí começa o desenvolvimento do produto, né, primeiramente ele vai pra um estudo de massas, né, com os nossos escritórios de arquitetura parceiros pra entender o que que pode ser desenvolvido ali, e assim que a gente tem esse primeiro estudo, vai pra setor de produto que, então, desenvolve o que realmente vai ser feito no terreno”.*



Dessa forma, na construtora Alpha, estuda-se o que será feito no terreno (quantas torres, qual metragem, área de lazer), o que a região demanda (residencial, comercial, misto). As ideias são passadas para escritórios de arquitetura terceirizados, os quais ficam responsáveis por conceituar e elaborar os primeiros desenhos e projetos dos empreendimentos, enquadrando-os conforme o *briefing* transmitido pela incorporadora, dentro das estimativas de preço teto estabelecidas. A entrevistada 3 contribui:

*“[...] a partir de um determinado terreno, se tem um projeto que, bom, esse projeto acho que caberia no terreno, começam a ver onde é a localização, qual o perfil daquela área, é próximo da universidade, fazer algo que atenda universitários, [...] ah, aqui é longe de tudo, não tem shopping, não tem isso, não tem aquilo, [...] vamos fazer alguma coisa mais estruturada. [...] então começam a fazer esses casamentos, do perfil do terreno com os projetos [...], aí começa a desenvolver, melhorar o projeto”.*

Após estes primeiros projetos serem validados pela diretoria da construtora, o setor de novos produtos, constituído por equipe multidisciplinar, desenvolve o que realmente vai ser feito no terreno (com estudo de mercado, o que a região demanda, o que será bem vendido (residencial, comercial, misto). Tudo sendo balizado por análise de viabilidade econômico-financeira, pois, conforme pondera o entrevistado 1, *“conceber um produto envolve custo, [...] muita aferição de custo”*. A partir de então, imagens, perspectivas eletrônicas, maquetes e materiais comerciais são elaborados para o lançamento no mercado.

Nesta etapa de concepção, segundo o entrevistado 1, explora-se exaustivamente a implantação através de ensaios e simulações de localização das torres, viradas para diversos lados, buscando-se a melhor posição solar, por exemplo. Assim, o empreendimento é pensado de “dentro para fora”, com foco no cliente (posição solar, afastamento entre torres com ampla área de lazer). Conforme o entrevistado 1, *“a gente ensaia muito implantação, né, planta baixa, quantas torres, a torre virada pra um lado, virada pro outro, a metragem, os atributos de planta, enfim, e depois parte pra um refinamento desta concepção pra lançar”*.

As tendências de mercado também são avaliadas neste momento, para que as necessidades ainda estejam vigentes quando da entrega do empreendimento (o que pode acontecer de 2 a 4 anos depois, dependendo do porte do empreendimento).

Outro ponto considerado nessa fase é o *feedback* dos clientes. Uma pesquisa de satisfação é realizada com clientes dos empreendimentos com, no mínimo, 60% de ocupação ou entregues há até 1 ano e meio. Nesta pesquisa são verificados pontos de melhoria, sendo estas informações também utilizadas na concepção de novos empreendimentos.

*“[...] Essa pesquisa a gente faz com nossos clientes, nos nossos empreendimentos [...]. Então a gente tem um questionário bastante amplo, bem detalhado, pra entender o que que funcionou, o que que não funcionou, o que que poderia ser melhor, o que que não agradou, quais são as sugestões. [...] Então a gente escuta o cliente [...] e a gente usa isso como PDCA do nosso processo pra concepção dos nossos novos empreendimentos” (Entrevistado 1).*

Esta prática é recomendada pela CBIC (2016), pois dessa forma se antecipará cenários, minimizando a possibilidade de repetir problemas, o que resulta em melhora na qualidade do projeto.

Ainda durante a fase de concepção, também são solicitadas as licenças de instalação (LI) e licença de operação (LO). Como aponta o entrevistado 3 (06min06s), *“a gente não começa uma obra sem ter LI e LO, não tem, é uma premissa da empresa ter isso. E aí, quando tu tira tua LI, tua já amarra tuas, teus entregáveis junto com o município, né”*. Os entregáveis a que ele se refere são as contrapartidas. Acontece quando a prefeitura (órgãos licenciadores) realiza o estudo de viabilidade urbanística (EVU) do empreendimento, conforme o seu porte. Neste estudo, então, são geradas as contrapartidas, que, segundo todos os entrevistados, são entregues em sua totalidade.

O entrevistado 1 comenta: *“Nós sempre acatamos ali, enfim, e negociamos, se for o caso, em algum ponto, mas sempre entregamos as nossas contrapartidas”*. Salienta-se que, desde o início, arquitetos, engenheiros e biólogos (próprios ou terceirizados) participam do processo, e, dependendo da obra e terreno outras especialidades são acionadas, conforme demanda. Quando questionado sobre a presença da especialidade de biólogos no processo, o entrevistado 2 declarou: *“todos os empreendimentos têm, a gente não faz nenhum empreendimento sem ter”*. Percebe-se, dessa forma, que a empresa busca o apoio de parceiros, especialistas, quando necessário, o que parece demonstrar responsabilidade quanto à questão

ambiental, neste caso. Destaca-se que este aspecto é analisado com mais profundidade na sequência, no item 4.4.

A entrevistada 5, por sua vez, disse não saber descrever o processo de concepção, justificando-se que se tratava de responsabilidade da incorporação (outra diretoria), que a ela caberia a parte da execução. Interessante observar que outras entrevistadas, com menos tempo de empresa e também de setores distintos ao responsável pela concepção, demonstraram possuir algum conhecimento sobre o processo em questão.

Pode-se inferir que a entrevistada 5, com o maior tempo de organização, preferiu se ater a sua área de atuação, pois não tem formação na área de engenharia e já se encontra em um nível mais elevado da sua carreira, com função de liderança. Por outro lado, a entrevistada 3, por exemplo, com menos tempo de construtora, possui formação na área da engenharia e encontra-se no início da sua carreira. Dessa forma, possivelmente se interesse por outras áreas almejando funções diferentes ou ascender na carreira.

Assim, apesar de não comentar especificamente sobre o processo de concepção dos empreendimentos, a contribuição da entrevistada 5 se deu ao afirmar que o plano de ataque<sup>1</sup> chega todo definido, que é pensado todo o ciclo da edificação. Nas palavras da entrevistada:

*“a gente chama de plano de ataque, né, então desde a parte da LI, que é licença de instalação, LO, que é licença de operação, então isso desde lá da frente, ele vem vindo, quando chega pra mim, então, ele já tem toda uma definição [...] e quando for entregar para o cliente né, o que que ele pode também reduzir de custo de água, reduzir de custo de luz, enfim, tem bastante coisa referente a isso assim, né, posterior à entrega” (Entrevistada 5).*

Frente às palavras acima e ao que consta em um plano de ataque visualizado, percebe-se que há um planejamento detalhado de todas as etapas da execução do empreendimento no processo de concepção. No plano de ataque consultado, há desde o “Orçamento”, “Layout do canteiro”, passando por questões de “Segurança do

---

<sup>1</sup> Plano de ataque é um documento contendo diversas informações do empreendimento, como orçamento, características gerais da obra (descrição das unidades e projetos), organograma, layout do canteiro, instalações provisórias, descontaminação do solo, vegetações a remover e preservar, movimentação de terra, fundações, cronogramas, segurança do trabalho, plantão de vendas, contrapartidas, suprimentos e gestão de contratos etc. Objetiva organizar e informar as atividades de execução da obra, fornecendo subsídios para seu planejamento executivo.

trabalho”, até informações sobre as “Contrapartidas”, necessárias para a obtenção do habite-se. Em outras palavras, demonstra seriedade ao acordado com os órgãos licenciadores, indicando responsabilidade socioambiental, o que é desenvolvido no item 4.4.

De seu lado, o entrevistado 2 corrobora com esse aspecto de planejamento para o longo prazo:

*“[...] a gente tem o pensamento a frente lá dos 5 anos de entrega, após o empreendimento, entendeu. [...] desde como a gente vai ser eficiente na execução da obra, [...] depois de utilização e manutenção a gente também faz muito, se pensa no condomínio como um todo, todos os sistemas de manutenção pra que depois ele possa operar sem grande dificuldade”.*

Nesse sentido, a Norma de Desempenho ABNT NBR 15.575:2013 trouxe relação com a qualidade das edificações ao abordar aspectos como expectativa de vida útil, sustentabilidade e manutenção (CBIC, 2016b). Para a sustentabilidade, dimensão que é o foco do presente estudo, são abordados fatores como durabilidade, manutenibilidade e impacto ambiental. Ou seja, a sustentabilidade é diretamente afetada pela qualidade da edificação, a qual está não só no design, nos materiais da fachada e interior, mas em pensar o empreendimento quanto à sua manutenibilidade, na facilidade de operar e manter a edificação em boas condições, e com maior vida útil possível.

Assim, com vistas a atender a estes requisitos, torna-se ainda mais relevante contemplar todo o ciclo de vida da edificação na etapa de concepção dos empreendimentos, planejá-lo desde o início. E a construtora parece possuir essa prática, planejando o empreendimento para as etapas posteriores à entrega da edificação, seja utilizando-se da experiência dos clientes para contribuir e melhorar a concepção (PDCA comentado pelo entrevistado 1), seja na qualidade dos materiais que são utilizados nos empreendimentos, como evidenciado por falas já trazidas acima – tais como: *“se pensa no condomínio como um todo, todos os sistemas de manutenção pra que depois ele possa operar sem grande dificuldade”* (entrevistado 2) – e pelas seguintes falas: *“[...] tanto do emergente, do médio, do alto tem a mesma característica de qualidade. [...] o mesmo fornecedor, que a gente chama, né, que é ‘top’, fazendo alto padrão, ele vai fazer também o emergente e o médio”* (Entrevistada 5).

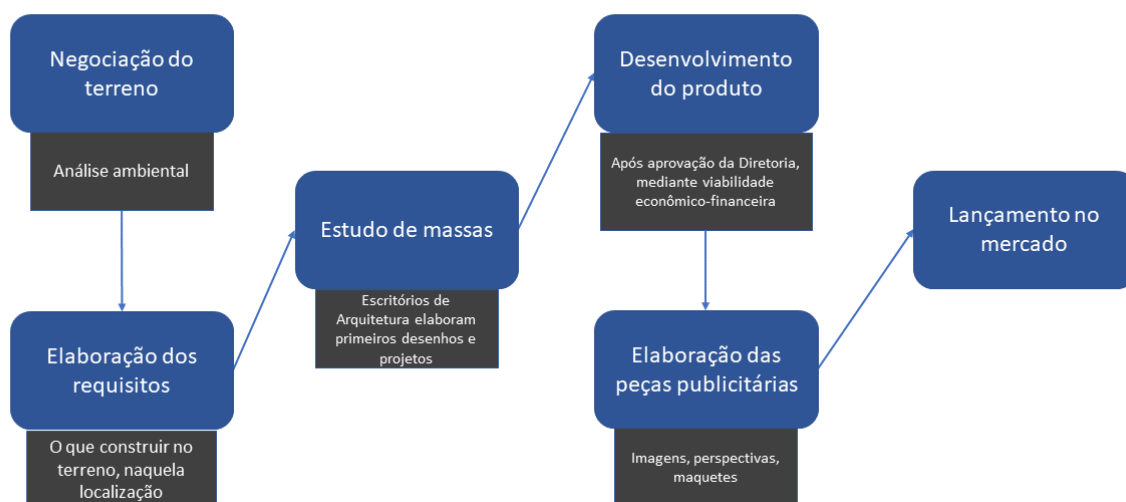
A partir das falas dos entrevistados, suportadas por documentos como o plano de ataque mencionado, entende-se que foi possível compreender o processo de concepção da construtora Alpha. Verifica-se a existência de um planejamento robusto das obras, a execução do empreendimento aparenta ser bem planejada antes de ser iniciada. Tanto a edificação propriamente dita quanto as contrapartidas exigidas constam no plano de ataque consultado (obras de mobilidade urbana, como alargamento de vias, travessia de pedestres, ciclovia etc.).

Destaca-se que estas contrapartidas, isto é, obras/soluções para o entorno, relacionadas aos impactos da implantação do empreendimento, são todas estipuladas pelo órgão competente (prefeituras), restando à empresa atender ao que é exigido em troca do licenciamento. O que, segundo todos os entrevistados, ela sempre cumpre, sendo descrita como “muito correta” quanto a esse aspecto. Ressalta-se que, além do cumprimento das leis, exceder os padrões mínimos da legislação ambiental e planos diretores (NUNES; PAULA, 2016; PEREIRA, 2013) e a realização de ações voluntárias (GODOY, 2020) são apontados nas referências pesquisadas como importantes características de responsabilidade socioambiental.

Em uma primeira análise, a partir do ciclo de concepção de um empreendimento da construtora pesquisada, observa-se que a incorporadora realiza o que é exigido legalmente, não perfazendo entregas para a comunidade afetada por seus empreendimentos de forma espontânea. Isto é, não nesta etapa de concepção e execução. Para além desta fase, os entrevistados apontam a adoção de praças e parques pela empresa como atividade de caráter voluntário, o que será analisado em item posterior, onde as características dos empreendimentos são relacionadas com responsabilidade socioambiental.

Diante do exposto, em consonância à recomendação do SINDUSCON-RS ([2016?]), de que a edificação deve ser pensada para todo o seu ciclo de vida, verifica-se que a quase totalidade do ciclo de vida da edificação é pensado. Não ficou evidenciado se a última fase do ciclo, a reabilitação, restauração ou demolição é contemplada no momento da concepção. Talvez fosse possível identificar a sua existência em consulta ao manual de uso e operação de algum empreendimento, o qual não se teve acesso. A figura a seguir ilustra o processo de concepção na construtora Alpha.

**Figura 5** - Etapas da fase de concepção na construtora Alpha



Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

Com base no que foi visto, e respondendo ao objetivo específico de compreender o processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha, este consiste nas seguintes fases: negociação do terreno (sob análise ambiental); elaboração dos requisitos (o que fazer no terreno, naquela localização); estudo de massas (primeiros desenhos e projetos são feitos por escritórios de arquitetura, após briefing da construtora); desenvolvimento do produto (após aprovação pela Diretoria, setor de Novos Produtos elabora o que realmente será feito, mediante viabilidade econômico-financeira); elaboração das peças publicitárias (imagens, perspectivas, maquetes); e lançamento no mercado.

Depois de conhecer o processo de concepção dos empreendimentos, pode-se agora identificar e explorar algumas das suas principais características. A seguir, a análise é aprofundada através do levantamento das características dos empreendimentos e posterior relação com os aspectos socioambientais.

#### **4.3 Principais características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora Alpha**

Para responder ao objetivo específico de identificar as características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora Alpha, os entrevistados foram indagados a comentar sobre as principais características dos

empreendimentos. Sobre o quê, na opinião deles, traz identidade aos produtos da incorporadora. Da mesma forma, buscou-se conhecer quais os principais valores que a construtora busca entregar aos compradores dos empreendimentos.

Para o entrevistado 1, os empreendimentos da construtora possuem a melhor relação custo-benefício para o cliente, pois seus produtos são pensados e simulados exaustivamente para ter a melhor posição e melhores atributos, como um lazer abundante. Ele salienta que chegam a ter 30 a 40 versões de um empreendimento, buscando o melhor. O entrevistado pondera que o diferencial é realmente o produto, visto que, na sua opinião, prazo de entrega, atendimento e preço são muito semelhantes entre as construtoras do porte da ora estudada.

Através do comentário do entrevistado 1: *“a gente entende que lazer é investimento, não é custo”*, conclui-se que ele considera as áreas de lazer como o principal atributo dos empreendimentos. A importância para este entrevistado fica ainda mais saliente ao comentar que a instalação de placas fotovoltaicas para gerar energia suficiente para suprir todas as áreas comuns seria mais custoso do que entregar a toda a decoração do empreendimento, por exemplo. Assim, percebe-se uma priorização em “encher os olhos” dos clientes, em causar impacto pela estética.

Na mesma linha, tanto o entrevistado 2 quanto a entrevistada 4 igualmente destacam as áreas de lazer como característica principal, considerando as áreas comuns entregues pela construtora muito bem desenvolvidas e bem equipadas.

*[...] as áreas condominiais que a gente trabalha a gente busca também entregar algo muito diferente do que o mercado entrega. [...] tem empreendimento que a gente entrega com lavanderia, com mais áreas de uso comum [...] tem empreendimento com ponto de energia pra carro elétrico” (Entrevistado 2).*

*“Os empreendimentos [...] são muito voltados ao conforto do cliente na questão de lazer, todas as opções de lazer tu tem no teu empreendimento” (Entrevistada 4).*

O entrevistado 2, além de considerar as plantas bem pensadas, destaca que cada empreendimento é único, visando o melhor para o cliente. Segundo o entrevistado, *“difícilmente, cara, a gente tem um empreendimento que é igual ao outro; então o que nos diferencia hoje é tratar cada empreendimento como se fosse único [...] e coloca o que for de melhor nele”*. Outro ponto que o entrevistado 2 destaca é a

localização dos empreendimentos, descrevendo-a como os melhores terrenos do bairro onde atuam.

Pelo exposto até aqui, pela fala dos entrevistados acima, é possível constatar -se a preocupação com o cliente da construtora. Pelos comentários dos entrevistados 1, 2 e 4, busca-se conquistar os clientes por meio de produtos diferenciados e, de forma mais abrangente, visa-se uma fidelização à marca. Da mesma forma, parece haver um aspecto cultural neste sentido, pois os comentários tiveram semelhanças em enfatizar o foco no cliente, no que é melhor para ele. Este discurso comum demonstra uma sintonia, sugerindo a presença de uma cultura organizacional em entregar o melhor produto e a melhor experiência para seus clientes.

Na avaliação do entrevistado 2, como o mercado e as tendências mudam rapidamente, o *“empreendimento que a gente lançou hoje, não pode ter o mesmo acabamento daqui a cinco anos quando a gente for entregar ele, algumas coisas vão ter que ser melhoradas, né, revistas”*. Assim, *“mesmo depois de o empreendimento ter sido vendido, a gente coloca coisas melhores nele ainda”* (Entrevistado 2). A partir destas falas, pode-se questionar a impressão tida acima de foco no cliente, pois também parece estar no produto, ao ter que ser melhorado, colocar coisas melhores ainda. De toda forma, o conceito que começa a transparecer é o de qualidade. Ou seja, “melhor”, utilizado seguidamente, é um superlativo, indica superioridade, denotando qualidade, valor apontado por este entrevistado.

Estes comentários do entrevistado 2, trazidos no parágrafo anterior, transmitem uma ideia de atualização, o que parece ir ao encontro do que a entrevistada 3 comenta. Ao falar sobre a identidade dos empreendimentos da incorporadora, ela os descreve como *“modernos, e ao mesmo tempo simples”*. Para ela, o padrão é sofisticado, mas tem a sua simplicidade, seu conservadorismo, no sentido de que *“se é uma região com muitos prédios altos, não vai conseguir fazer um prédio tão pequeno, tão fora da estrutura do que tem entorno [...], pra não ficar uma coisa tão diferenciada ali”*. Conforme a entrevistada 3, então, os projetos são desenvolvidos de forma a se adequarem à região, respeitando o padrão visual, e a altura dos já existentes, exemplifica ela, indicando relação com sustentabilidade.

Nas falas dos entrevistados, notou-se que todos enfatizam expressivamente a preocupação com o cliente, em buscar entregar um produto que seja desejado por ele, que ele se encante; preocupação em enfatizar que o comprador tenha satisfação



em adquirir e usufruir de um produto da construtora. Ou seja, percebe-se a busca por uma fidelização à marca. Nas palavras do entrevistado 1: *“causar aquele ‘uau’ no cliente quando ele recebe, principalmente”*.

Dessa forma, observa-se que esse foco no cliente parece estar muito voltado à “envelopagem” do produto, à estética, ao momento da entrega. Como apontado anteriormente, o foco poderia estar no produto. No entanto, o entrevistado 1 não comentara sobre manutenibilidade, por exemplo, que impacta diretamente a sustentabilidade da edificação, como destacam Sanches e Fabricio (2008). Segundo eles, a fase de concepção e projetos tem papel fundamental no desempenho da edificação durante todo seu ciclo.

Um bom planejamento da etapa de uso, operação e manutenção de um empreendimento ainda na fase inicial de concepção e projeto do produto, acarretam em um melhor desempenho do edifício e economia de recursos em longo prazo, ou seja, um maior grau de manutenibilidade, diminuindo a necessidade de operações corretivas e o impacto ambiental, contribuindo para a sustentabilidade da edificação (SANCHES; FABRICIO, 2008).

A entrevistada 4, por outro lado, considera a preocupação com o cliente desde recebê-lo bem na entrega do empreendimento, até não causar *“dor de cabeça pro cliente depois”*. A entrevistada exemplifica, dizendo que *“não adianta tu ficar muito feliz recebendo a tua unidade, 100% cheirosinha, limpinha na hora que tu tá pegando as chaves, e no dia seguinte tá entrando água pela tua esquadria”*. Como a própria entrevistada 4 reconhece, não é uma preocupação só com o cliente, é também uma questão financeira da empresa, *“porque toda essa manutenção, ela é custo pra empresa, né”*.

Assim, percebe-se o que a entrevistada 4 e a entrevistada 5 apontam como principal valor entregue aos clientes: a qualidade. Pelas palavras acima, verifica-se a preocupação com a qualidade da execução, com a qualidade dos materiais, o que parece convergir com a citação acima de Sanches e Fabricio (2008). Isto é, um pensamento de mais longo prazo, visando a fase posterior à entrega, de uso, operação e manutenção. E este pensamento fica evidenciado pela seguinte fala:

*“[...] a gente testa os nossos empreendimentos, incansavelmente. Nós fazemos testes de esquadrias, testes de instalações elétricas, testes de instalações hidráulicas, testes de vedação, a gente testa, testa, testa, testa pra que não precise chegar na assistência técnica” (Entrevistada 4).*

Como destaca a entrevistada 5, eles utilizam a mesma característica de qualidade para todos os segmentos, o emergente, o médio e o alto. Como afirma a entrevistada, *“por mais que ele seja médio, mas quando vem pra minha equipe [...] ele nunca vem assim: ai, vamos botar um outro tipo de material, ou alguma coisa inferior [...] Eu sempre atendo como se fosse altíssimo padrão”*. Da mesma forma, a entrevistada comenta que os engenheiros da construtora são treinados para atuar independentemente de qual empreendimento eles estão, alto padrão ou emergente.

Isso, segundo a entrevistada, reforça a qualidade dos produtos da construtora. Há dificuldade em se constatar essa uniformidade no padrão de qualidade nos diferentes segmentos, visto que não houve visita aos empreendimentos nem acesso às especificações de materiais. No entanto, as falas acima da entrevistada 4, de que testam os materiais e a execução incansavelmente, convergem com as da entrevistada 5. Se isso acontece, é um bom indicativo de que a construtora observa diretrizes da norma de desempenho, a NBR 15.575. Ou seja, pautam seus produtos pelas recomendações desta norma técnica, que visa a qualidade.

Nessa linha, verifica-se, novamente, que os entrevistados salientam que planejam e simulam diversas vezes, buscando o que é melhor para o cliente, focando sempre no cliente. Conforme o entrevistado 1, *“a gente ensaia muito implantação, né, planta baixa, quantas torres, a torre virada pra um lado, virada pro outro, a metragem, os atributos de planta”*. Segundo o mesmo entrevistado, *“causar aquele ‘uau’ no cliente quando ele recebe, principalmente”*. Conforme a entrevistada 4: *“a empresa preza muito pelo cliente. Em outro momento, “eu não conheço nenhum empreendimento Alpha que não tenha uma área de lazer que seja 100% completa, acho que essa é uma das nossas maiores identidades hoje” (Entrevistada 4).*

Consultando-se o site da construtora, observa-se a existência de áreas comuns abundantes, como brinquedoteca, salão de festas, espaço gourmet, espaço *fitness*, piscina adulto, piscina infantil, quadra esportiva, *pet place* etc., como mostrado no recorte de um anúncio (figura 6). Características estas que refletem a importância dada ao lazer, à convivência em comunidade, enfim, à qualidade de vida, indicando aspectos de responsabilidade social, de compromisso com o bem-estar do público interno e externo, como aponta Srour (2018).

**Figura 6** - Recorte de anúncio de um empreendimento da construtora Alpha



Fonte: site da construtora Alpha

No entanto, nota-se que há apartamentos de 2 dormitórios, por exemplo, que contam com área de 51m<sup>2</sup>, o que, segundo Sbarra (2017), encontra-se muito próximo da área mínima estabelecida nas normas técnicas. Sob a ótica da acessibilidade, do ponto de vista de um PCD/cadeirante, dificilmente os cômodos poderiam se adaptar às suas necessidades, como aponta o mesmo autor (2017).

Nesse sentido, a utilização da NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – como referência é recomendada para

[...] proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT, [2020]).

A observância desta norma poderia demonstrar uma maior responsabilidade socioambiental na concepção dos empreendimentos, atendendo a seguinte dimensão, como descreve Godoy (2020, p. 48): “estímulo e garantia da equidade social”. Importante destacar que o tema acessibilidade em nenhum momento foi falado pelos entrevistados quando instigados sobre a conduta da empresa em relação à responsabilidade socioambiental.

Diante do exposto, especula-se que a ampla oferta de áreas comuns, de lazer, pode constituir-se como uma forma de compensação pelas mínimas áreas dos apartamentos, nesse caso de empreendimentos considerados como de padrão emergente. Nessa linha, o estudo e simulações exaustivas da implantação poderiam ser motivados por uma maior redução de custo e conseqüente manutenção de boas margens de lucro. Em outras palavras, a responsabilidade socioambiental aqui parece

estar um pouco abalada, visto que se oferta ampla e equipada área comum de um lado, porém o mesmo conforto não se evidencia na unidade autônoma, não garantindo equidade social, como apontado logo acima.

Outro aspecto relacionado ao foco no cliente que se pode refletir está ligado à demanda. A preocupação demonstrada em entregar atributos que a incorporadora acredita que o cliente deseja, no que é demandado, está relacionado, em última instância, ao que venderia bem. Em outras palavras, investe-se no que vende bem. Nesse sentido, como destaca o entrevistado 1, o consumidor, na maioria das vezes, não está disposto a pagar por um empreendimento mais sustentável. Logo, não se investe em sustentabilidade.

No entendimento desse entrevistado, itens de sustentabilidade como o revestimento em pastilhas, por exemplo, que traria mais conforto térmico, reduzindo-se a necessidade de ligar ar-condicionado, faria o valor de um apartamento de cerca de R\$400 mil passar para a casa dos R\$550 mil, exemplifica. A instalação de placas fotovoltaicas, outro item considerado por este entrevistado, também é avaliada como de alto custo, não sendo possível repassar ao cliente. Como possui função gerencial, este entrevistado demonstra ciência dos custos e margens da construtora, e provavelmente possui metas acerca destes aspectos.

Pelo que foi dito pelo entrevistado 1, infere-se que a sua concepção de sustentabilidade está muito ligada a um edifício autossustentável. Isso fica evidenciado pela menção às placas fotovoltaicas (que permitiriam uma autossuficiência energética) e pela seguinte fala: *“o mercado como um todo ainda não tá disposto a pagar o preço pra gente ter empreendimentos 100% autossustentáveis”*.

Dessa forma, pode-se identificar uma visão focada no curto prazo. Para Pereira (2013), a sustentabilidade vem desde a elaboração dos projetos, em planejar a obra com pensamento de longo prazo. Está no uso adequado da água e seu reaproveitamento, no uso de materiais e técnicas que respeitem a natureza, de forma racional, na gestão dos resíduos sólidos (reciclagem e reutilização), na permeabilidade do solo. O mesmo autor destaca que construções sustentáveis tendem a usar materiais e sistemas construtivos com preço mais elevado, porém, estes custos são amortizados ao longo do ciclo de vida da edificação, com redução dos custos de operação e manutenção.

Sanches e Fabricio (2008) também destacam a importância da fase de concepção e projeto, que possibilita pensar o empreendimento de forma a trazer economia ao longo do ciclo de vida. Para tanto, a fase de projeto deve considerar também o projeto para manutenção. Ou seja, na concepção do edifício, considerar aspectos de manutenção trará, entre outros benefícios, menores custos de manutenção futuros, maior produtividade, menor desperdício de materiais, contribuindo assim, com a sustentabilidade.

Já em relação aos valores que se busca entregar aos clientes, além de citar transparência, pontualidade de entrega e satisfação do cliente, a entrevistada 3 comenta: “[...] *ela quer entregar uma história*”. Nessa linha, a entrevistada 4 contribui, ressaltando que “[...] *a gente busca trazer pros clientes algo que seja mais do que uma casa nova, que seja uma experiência*”. Para ilustrar este aspecto, a entrevistada 3 lembra que a área de *marketing* da empresa realiza ações nos condomínios novos para promover a integração dos moradores: “*antes da pandemia [...] a gente levava carrinho de cachorro quente, de algodão doce, fazia como se fosse uma festinha pras pessoas ali do condomínio começarem a se integrar*”.

Um ponto comentado que pode provocar suspeita quanto à qualidade dos empreendimentos refere-se à quantidade de funcionários na assistência técnica. Segundo a entrevistada 3, “*um tempo atrás, tinha um corpo de funcionários muito pequeno, e agora ela tá... triplicou de tamanho em número de funcionários*”. A própria entrevistada, em outro momento, reflete: “*se a assistência técnica tem muita demanda, é por que as obras tão tendo algumas falhas de execução*”. Dessa forma, questiona-se, será que a empresa triplicou o número de empreendimentos para triplicar o quadro de funcionários da assistência técnica, ou começaram a ter mais problemas? Essas falhas seriam de execução, de materiais ou de concepção?

Outro valor apontado foi a confiança, no sentido de garantia de entrega, de entregar algo de qualidade. Esse destaque feito pela entrevistada 5 parece vir de sua própria relação com a empresa, com seu trabalho, visto que atua num segmento em que possibilita ver as coisas acontecerem. Como ela fala em outro momento, “*tudo passa por mim*”. Em outro ponto, comentando sobre sustentabilidade, ela destacou que fez um trabalho com fornecedores “*pra ser a coisa verdadeira*” e realmente cuidar do meio ambiente. Ou seja, parece demonstrar segurança em relação ao que é feito e deseja transmitir essa confiança.

Diante do exposto, observa-se, nas falas dos entrevistados, muitas características e valores em comum, como mostrado no quadro 9 abaixo.

**Quadro 9** - Principais características e valores mencionados

<b>Identificação</b>	<b>Características</b>	<b>Valores</b>
Entrevistado 1	<b>Áreas comuns</b> e lazer abundantes	Encantamento; <b>satisfação</b>
Entrevistado 2	Produtos bem pensados; <b>áreas comuns</b> bem equipadas	<b>Qualidade</b> ; <b>satisfação</b>
Entrevistado 3	Produtos sofisticados, mas simples	Transparência; <b>satisfação</b> ; experiência marcante
Entrevistado 4	<b>Áreas comuns</b> e lazer bem equipadas	<b>Qualidade</b> ; experiência marcante
Entrevistado 5	Padrão de qualidade	<b>Qualidade</b> ; confiança

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

O destaque nas características tangíveis dos empreendimentos foi para as áreas comuns, de lazer, consideradas bem desenvolvidas, abundantes e bem equipadas. Mesmo este estudo não sendo quantitativo, observa-se que 60% dos entrevistados apontaram estas áreas de lazer como um dos principais atributos dos empreendimentos, como por exemplo a entrevistada 4: *“eu não conheço nenhum empreendimento Alpha que não tenha uma área de lazer que seja 100% completa, acho que essa é uma das nossas maiores identidades hoje”*.

A característica mencionada apenas uma vez foi a de produtos com padrão sofisticado, mas com sua simplicidade. O entendimento aqui, baseado também em outros comentários desta entrevistada, parece designar um aspecto de sobriedade visual dos empreendimentos. O que pode ser evidenciado pela seguinte fala:

*“[...] então a Alpha tem esse nível mais conservador em questão de impacto mesmo, visual, ela gosta de coisas mais refinadas, digamos assim [...] que seja adequado pra região, né. Porque se é uma região com muitos prédios altos, não vai conseguir fazer um prédio tão pequeno, tão fora da estrutura*

*do que tem entorno [...], pra não ficar uma coisa tão diferenciada ali” (Entrevistada 3).*

Logo adiante ela conclui: *“o padrão da Alpha é um padrão sofisticado, mas na minha opinião, assim, simples”* (Entrevistada 3). Talvez essa opinião diferenciada dos demais se deva ao fato de ela não trabalhar na área técnica e não ter formação em engenharia ou arquitetura. Mas sua experiência de mais de 7 anos na empresa e atuação com pessoas pode ter refinado a sua percepção.

Em relação aos valores entregues, verifica-se que, em último grau, todos mencionam qualidade e satisfação do cliente, seja pelo encantamento, causando um “uau” no cliente na hora de receber o produto, seja proporcionando uma experiência marcante. Nesse sentido, observa-se que o slogan da incorporadora transparece nas falas dos entrevistados, indicando, de certa forma, o que é comentado pela entrevistada 3:

*“A empresa é muito preocupada nesta questão de envolver o funcionário em tudo. [...] eu tenho que cuidar do meu cliente interno pra cuidar do cliente externo. Então os nossos funcionários precisam estar satisfeitos, ter amor à empresa, vestir a camiseta, ter o sentimento de pertencimento, pra poder passar essa energia boa pro cliente [...]. E isso existe!”* (Entrevistada 3).

Pelo exposto até aqui e por esta última fala da entrevistada 3, pode-se perceber uma uniformidade de discurso, todos os entrevistados parecem estar no mesmo compasso, buscando entregar o melhor produto e a melhor experiência ao cliente. Nota-se, assim, um aspecto cultural, conotando a presença de uma cultura organizacional voltada para seus clientes.

Nesse sentido, as características e valores apresentados acima sugerem uma atuação com responsabilidade socioambiental. No item a seguir, essa relação é examinada.

#### **4.4 A relação dos empreendimentos com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental**

Conhecidas as características dos empreendimentos, esta etapa da análise objetiva relacioná-las com os aspectos vinculados à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Dessa forma, busca-se chegar ao propósito maior

deste estudo: identificar como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha.

Aos entrevistados foi solicitado, primeiramente, que discorressem sobre sustentabilidade na construção civil. Como visto anteriormente, algumas características de sustentabilidade na construção civil, segundo Barbosa (2011), Oliveira, Wbatuba e Rosa Neto (2019), SENAI-RS (2007) e SINDUSCON-RS (2016) são:

- Pensar o empreendimento desde a concepção, desde o início do planejamento, para todo o seu ciclo de vida (concepção, edificação, uso, manutenção, bem como sua reciclagem ou demolição) e por todos os participantes (arquitetos, engenheiros, cadeia produtiva, clientes etc.);

- Uso racional dos recursos naturais, minimização da geração de resíduos e emissões durante a construção e uso do edifício, ajustando o processo produtivo, implantando uma produção mais limpa (PmaisL) e/ou Construção Enxuta (baseada nos princípios do *Just in Time*).

A sustentabilidade, segundo o entrevistado 1, é algo extremamente pertinente, mas ainda está condicionada pela demanda de mercado. Na visão dele, sustentabilidade é custo, e é impossível repassar este custo ao cliente atualmente. Dessa forma, ele acredita que ainda depende da disposição do cliente em pagar para ter um empreendimento mais sustentável. E, na maioria das vezes, o cliente não está disposto a pagar, afirma. Então, segundo ele, a empresa não investe em itens de sustentabilidade, como placas fotovoltaicas, pela questão custo, pois não conseguem repassar. Ele informa que possuem programas de resíduos em canteiros, reservatórios para captação de água da chuva, utilizam lâmpadas *led* e torneiras temporizadas nas áreas comuns, buscam fornecedores sustentáveis, mas, para ele, tudo isso é paliativo. Dessa maneira, considera os empreendimentos parcialmente sustentáveis, visto estar condicionado à aceitação do mercado.

Para este entrevistado, uma força de lei não resolveria, pois, se a empresa fosse obrigada por uma legislação a entregar os itens comentados, por exemplo, esse custo seria repassado ao cliente e, dessa forma, os imóveis iriam para outro patamar de preço e a dinâmica econômica seria outra. “*Acaba sendo, de fato, uma relação econômica*”, afirma o entrevistado 1. Assim, recorre-se a Latouche (2006), ao avaliar que é preciso repensar a dominação da economia sobre o resto da vida. Repensar os



valores da “sociedade do crescimento”, cujo valor supremo é a acumulação. É preciso haver mais cooperação e altruísmo, transformando as relações com a natureza, agindo como jardineiros e não predadores.

Nesse sentido, é importante ressaltar que todas as obras realizadas no entorno dos empreendimentos, como abertura de ruas, ampliação de vias, compensação de vegetação, rede pluvial, ou seja, as contrapartidas, são determinadas e exigidas pelo órgão licenciador e/ou pela prefeitura. Isto é, são exigências legais, conforme o porte do empreendimento.

Da mesma forma, o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), comentado por uma das entrevistadas, é um documento exigido por lei para garantir que os resíduos tenham uma destinação final ambientalmente adequada. E, juntamente com o atendimento das contrapartidas, é necessário para a emissão do habite-se. Com isto, pode se especular que, se muito do que é realizado de forma sustentável é oriundo de dispositivos legais, continuaria o sendo se não fosse por força regulatória?

Destaca-se também, como bem observa o entrevistado 1, a questão de o cliente estar disposto a pagar por sustentabilidade. *“O cliente ainda não tem essa visão de longo prazo, ele fica muito no curto prazo, na sua prestação”* (Entrevistado 1). Observando-se o cenário atual, é possível inferir que, na verdade, não se trata de disposição, de vontade, mas sim de condição de pagar. O poder aquisitivo da massiva parcela da população é tal que, em última instância, essa escolha, de fato, não existe; lhes é usurpada, no mesmo sentido das privações de liberdade a que se refere Sen (2010).

Outro ponto a relacionar se refere à preocupação em entregar o melhor para o cliente, como destacado no item anterior. Percebe-se uma conexão com entregar algo, entregar algo de mais qualidade, algo a mais. Isto é, algo deve ser recebido. Nesse sentido, entregar mais equipamentos, itens com valor agregado (como painéis fotovoltaicos) parece se inserir melhor na lógica de consumo do que entregar menos (menos resíduos, menos água gasta, economia de materiais etc.). Significa dizer que existem aspectos de sustentabilidade que não aparecem, que não são vistos pelo comprador. Logo, não causariam o “uau”, como mencionado pelo entrevistado 1, citado anteriormente.

Dessa forma, pode-se perceber nesta situação uma relação com o consumo a que Portilho (2005) se refere, quando consumir se torna um ato político. Ou seja,

mudando-se o padrão de consumo, fazendo-se escolhas de consumo mais sustentáveis, pode-se avançar rumo à sustentabilidade (PORTILHO, 2005). Nesse sentido, a consciência de que pode haver uma entrega com menos itens, mas mais sustentável, favoreceria a demanda por sustentabilidade.

Conforme Oliveira, Wbatuba e Rosa Neto (2019), a sustentabilidade, diferentemente de custo, busca também trazer economia através de uma construção enxuta, promovendo a reutilização, redução na geração de resíduos e minimização no consumo de recursos naturais. E isso vai ao encontro do comentado pelo entrevistado 2 quando, ao falar sobre sustentabilidade, afirma que trabalham com alvenaria racionalizada, ou seja, previamente definidas (*kanban*), consumo de água reduzido pelo aproveitamento das chuvas e reutilização das madeiras utilizadas na obra. Ele salienta que sempre procuram melhorias nesse sentido. Diz que podem melhorar, mas acredita que ainda estão à frente de outras construtoras.

A evidência da comparação estabelecida resta prejudicada, pois não se trata aqui de um estudo comparativo. Logo, outras construtoras não foram pesquisadas. Entretanto, no *site* da construtora é possível encontrar referência à sustentabilidade, onde dizem que inovações em seus processos e sistemas construtivos promovem a redução de impactos ambientais, indo também ao encontro das demais dimensões que a sustentabilidade abrange: sociais e econômicas. Conforme o site: “A Alpha é uma empresa preocupada com a responsabilidade social e ambiental. Investimos cada vez mais na construção de empreendimentos mais sustentáveis e numa parceria consciente com a sociedade”. Nas ações de melhorias adotadas, é citado no site: “Alguns dos materiais adotados para reduzir os impactos ambientais em uma obra: PEX, sensor de presença, PPR, canteiros modulados e chapa reciclada, sistema de ar condicionado VRF, modulação de alvenaria”.

Nessa linha, a entrevistada 5 comenta que há preocupação com minimização de resíduos, reciclagem e reutilização. Fala que reutilizam bastante coisa, como escoras, para que não precisem comprar e botar fora depois. Afirma que conversam com fornecedores, negociam a devolução de resíduos para reciclagem e reutilização, como fornecedores de tintas e portas, que, por exemplo, vêm cheias de papelão e isopor. Ela conclui que “é um custo [...] mas se a gente já consegue desde o início, da concepção, já consegue pensar nisso, acaba que ele é absorvido. [...] Planejamento pra que já saia com essa ideia”.

Observa-se, pelas falas da entrevistada 5, que sua experiência condiz com Silva e Poznyakov (2020) e SINDUSCONRS (2016) quando defendem os benefícios e a importância da fase de concepção do empreendimento, e reforça a posição de Yemal, Teixeira e Nääs (2011) a respeito da relevância do planejamento. Um exemplo de destinação de resíduos, nas palavras da entrevistada:

*“[...] a gente descobriu coisa [...] madeira, [...] sobra muita madeira, depois que é usado, que não consegue mais ser reutilizado, de falar com as empresas que utilizam a serragem pra esquentar um forno [...] então a gente acabou buscando e descobrindo que isso é muito válido” (Entrevistada 5).*

Outro ponto em prol da sustentabilidade destacado pela entrevistada 5 é o transplante da vegetação, o replantio das árvores retiradas dos terrenos. Ela ressalta: *“[...] tudo passa por mim. Então eu te digo assim, que é verdadeiro mesmo, tirou x árvores daqui [...]. Isso a empresa tem muito de, esse conceito, sabe. E todo mundo abraça”.*

Por outro lado, a entrevistada 4 afirma que ainda há bastante espaço para melhorias no sentido de um processo produtivo mais limpo, enxuto, mais sustentável. Segundo ela, há reuso de água da chuva, reutilização de materiais, os resíduos vão para descartes licenciados, mas ainda não existe uma cultura de reaproveitamento, de redução de consumo. Ela diz ainda ver muito desperdício de material (madeira, prego) no canteiro de obra. Para ela a certificação ajudou, mas como não são em todas as obras, não se criou um padrão de construção sustentável. Conforme a entrevistada,

*“a redução do lixo, madeira [...] só vai acontecer quando as equipes que trabalham com madeira se conscientizarem que elas precisam ter um reaproveitamento maior e não fazer picote [...] e jogar na caçamba quando [...] estiver incomodando. Pregos, eu vejo tanto prego no chão, e aquele prego é enterrado lá, ele vai ficar lá” (Entrevistada 4).*

Diante disso, observa-se que há espaço para avanços nos processos para torná-los mais sustentáveis. A começar por treinamentos e pela conscientização dos colaboradores e usuários quanto à importância em reduzir a retirada de matérias-primas da natureza, do uso racional dos recursos naturais e da minimização da geração de resíduos durante a construção, como aponta Barbosa (2011). Silva e

Poznyakov (2020, p. 36) suportam: “a ampliação do conhecimento e a divulgação da importância e métodos aos trabalhadores durante a execução colaboram para a diminuição dos impactos gerados”.

Nesse sentido, a fala da entrevistada 3 evidencia a necessidade de divulgação do conhecimento quando ela diz que, na prática, poderia haver mais projetos de sustentabilidade, que poderiam ser mais difundidos. A entrevistada 5 corrobora: *“ah, todo mundo já tá sabendo... Não, é difícil, a gente tem que não desistir”*.

Pelo exposto até aqui, baseado na análise das falas e relação com a teoria citada, depreende-se que tanto na concepção quanto na execução a sustentabilidade não é priorizada. Há carência de métodos e técnicas sustentáveis, os quais deveriam ser definidos na concepção e planejamento. Também não se constata uma cultura de sustentabilidade na execução.

Aos entrevistados, também foi perguntado o que, na opinião deles, seria responsabilidade socioambiental. Para alguns autores como Godoy (2020), Silva e Poznyakov (2020), Nunes e Paula (2016) e Pereira (2013), responsabilidade socioambiental são ações voluntárias e éticas, e está em ir além da legislação, exceder os padrões mínimos dos planos diretores e das políticas de meio ambiente. As construtoras devem ter um planejamento abrangente e de longo prazo, e a sustentabilidade deve estar presente na concepção, na execução e em todo o ciclo de vida da edificação. A título de exemplo, respeitar o parcelamento do uso do solo, sua permeabilidade, em um planejamento abrangente, poderá minimizar consequências que, em último grau, estão ligadas a ocorrência de alagamentos e enchentes, poluição olfativa e proliferação de doenças.

Para o entrevistado 1, a responsabilidade socioambiental está na *“necessidade de um pensamento alinhado com as responsabilidades que o impacto de cada empreendimento tem na sociedade como um todo”*. Por sua vez, o entrevistado 2 considera que é entregar o empreendimento em determinado bairro com menor impacto possível, tanto econômico quanto ambiental. Se houver impacto econômico, que seja positivo. Ele desenvolve, citando o seguinte exemplo:

*“fazer um empreendimento que não tenha um muro extenso na frente [...] se tu botar um muro extenso tu bota uma zona que tem pouca segurança, então tu faz um Mall de lojas, [...] algo que fique aberto, que fique iluminado. Ali então tu tá melhorando o entorno e não piorando ele colocando um muro”*.

O entrevistado 2 sintetiza da seguinte forma: *“fazer o que tu precisa, trazendo uma melhoria pro entorno”*.

O entendimento dos entrevistados 1 e 2 demonstram convergência com a ideia geral do conceito trazida por Godoy (2020), onde responsabilidade socioambiental consiste em ações praticadas voluntariamente pela organização para contribuir na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar coletivo, para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo.

O exemplo do muro também foi trazido pela entrevistada 4 ao ser estimulada a comentar sobre o que era projetado e executado para o entorno dos empreendimentos: *“não são mais empreendimentos com muros [...] justamente pra essa questão de segurança da rua. [...] A gente vem enxergando muito esses espaços de entrada dos nossos empreendimentos conversando com o entorno”*.

Esses exemplos e comentários refletem o que foi verificado sobre os conceitos de responsabilidade socioambiental (BUSCH; RIBEIRO, 2009; BUSARELLO, 2020; CALIXTO, 2008; GODOY, 2020; MASCARENHAS; BARBOSA, 2019; NASCIMENTO; MONTENEGRO, 2015; SOUZA; COSTA, 2012): que se refere à responsabilidade de uma organização em relação a todos os seus públicos de interesse, interno e externo, no contexto da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sob a ótica de uma ecossocioeconomia. Primeiramente porque o entendimento dos entrevistados converge com a teoria, ou seja, há uma consciência socioambiental. Também porque os exemplos conotam impacto positivo quando o empreendimento passa a conversar com o entorno, atingindo o público externo e não se fechando em si mesmo. Além disso, há referência a questões sociais (segurança) e econômicas (lojas). Nesse sentido, então, constata-se a presença de uma responsabilidade socioambiental.

Importante alertar que todas as dimensões devem ser observadas, ambiental, social e econômica. Conforme a entrevistada 4, existe preocupação ambiental, todos os estudos são feitos corretamente, acompanhados por biólogos, os transplantes de vegetação são feitos com todo o cuidado, com responsabilidade. Quanto ao lado social, a entrevistada considera expressivo, comenta que há uma boa relação com a vizinhança, que contatam avisando que a obra está começando, que deixam canais de atendimento disponíveis para qualquer inconveniente, ou seja, prezam pelas pessoas do entorno.

No mesmo sentido, a entrevistada 5 comenta que a empresa possui várias ideias para a cidade, que prezam pelos cidadãos, que procuram cuidar da cidade, arrumando lugares abandonados, cuidando de praças. A adoção de diversas praças é o exemplo que todos os entrevistados comentam. A construtora adota na cidade de Porto Alegre, de forma voluntária, várias praças, revitalizando-as e prestando manutenções para que a população usufrua destes espaços.

Percebe-se que isso ocorre. É possível observar placas da construtora em parques e praças conhecidas na cidade, anunciando a sua adoção. No *site* da incorporadora também constam diversas notícias comunicando essas ações, além de uma página sobre responsabilidade socioambiental, onde eles informam o programa de adoção de praças.

Constata-se, igualmente, que esses pontos adotados estão localizados, em sua ampla maioria, em bairros considerados nobres. Em locais que residem ou transitam pessoas com relevante poder econômico, que podem figurar como potenciais clientes.

Dessa forma, verifica-se que a empresa utiliza a face estratégica da responsabilidade socioambiental, como ferramenta de *marketing*, apontada por Godoy (2020), onde, além de gerar benefícios ao meio ambiente e à sociedade, a empresa pode se utilizar de suas boas práticas e políticas para incrementar sua reputação, adquirir boa imagem, agregando valor em diversas dimensões. Além da adoção de praças, há a colocação de letreiros em pontos estratégicos da cidade, que remetem à marca da construtora.

Assim, ressalta-se que, apesar do desafio em conciliar todas as esferas da sustentabilidade, adotar princípios sustentáveis é também uma forma de obter boa reputação, legitimidade e vantagem competitiva (BUSCH; RIBEIRO, 2009; GODOY, 2020). Novo (2019) também traz esse aspecto: trata-se de conquistar credibilidade e boa imagem perante a sociedade, além de vantagem competitiva. Isto foi comentado pelos entrevistados, principalmente pelo entrevistado 1, referenciando a boa imagem, a credibilidade da marca, o nome a zelar no mercado, o que faria com que a empresa atuasse de forma ética, com uma conduta socioambientalmente responsável.

Como visto, diversos pontos acima puderam ser relacionados com as ideias e conceitos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental trazidos pelo levantamento bibliográfico. O quadro a seguir sintetiza os pontos identificados.

**Quadro 10** - Manifestações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental

Sustentabilidade	Responsabilidade socioambiental
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de etapas posteriores à execução (operação e manutenção);</li> <li>• simulações e ensaios exaustivos de implantação;</li> <li>• programas de resíduos em canteiros;</li> <li>• reservatórios para captação de água da chuva;</li> <li>• utilização de sensor de presença, lâmpadas <i>led</i> e torneiras temporizadas nas áreas comuns;</li> <li>• alvenaria racionalizada, paredes previamente definidas;</li> <li>• reutilização das madeiras utilizadas na obra;</li> <li>• transplante de vegetação, replantio das árvores retiradas dos terrenos;</li> <li>• fornecedores sustentáveis, que descartam adequadamente resíduos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta abundante de áreas de lazer, promovendo qualidade de vida;</li> <li>• estímulo à convivência em comunidade;</li> <li>• empreendimento “conversa” com o entorno, impactando questões sociais (segurança) e econômicas (lojas);</li> <li>• preocupação ambiental, todos os estudos são feitos com acompanhamento de biólogos;</li> <li>• boa relação com vizinhança do empreendimento, contatam avisando que a obra está começando, deixam canais de atendimento disponíveis para qualquer inconveniente;</li> <li>• adoção de espaços públicos (praças), revitalizando-os e prestando manutenções.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

A distinção entre sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, mostrada no quadro 10, é feita apenas com fins pedagógicos, para melhor visualização e compreensão. Pois, conforme já discutido anteriormente, entende-se que são temas interdependentes, visto que atitudes sustentáveis demonstram responsabilidade socioambiental.

Diante do exposto, verifica-se que é possível responder ao objetivo específico proposto, chegando-se ao entendimento de que, quanto às suas características, os empreendimentos podem ser considerados parcialmente sustentáveis. Conseqüentemente, embora a empresa possua ações de responsabilidade socioambiental, existe espaço para avanços. Isto é explorado no próximo item.

#### 4.5 Sugestões de melhorias identificadas pelos entrevistados

Como exposto acima, os entrevistados trouxeram exemplos e experiências oriundas de sua atividade e da atuação da empresa em relação à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Da mesma forma, apesar de a maioria considerar os empreendimentos sustentáveis e todos afirmarem que a empresa atua com responsabilidade socioambiental, os entrevistados teceram comentários sobre melhorias que poderiam ser implementadas visando sustentabilidade e, conseqüentemente, avanços em relação à responsabilidade socioambiental.

Do lado da sustentabilidade, fica evidente, pelas falas da entrevistada 4 trazidas acima, como ver muito prego no chão e desperdício de madeira, que há espaço para os 3 R (redução, reutilização e reciclagem) na execução dos empreendimentos, convergindo, nesse sentido, com Latouche (2006) e sua Concepção dos “Oito “R””: reavaliar, reconceituar, reestruturar, relocar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar. Segundo o autor (2006), estes oito objetivos interdependentes são capazes de desencadear uma dinâmica que tende para uma sociedade mais sustentável.

A entrevistada 4 sugere, então, que uma padronização nos processos de execução poderia auxiliar na diminuição de desperdícios. Nessa linha, a entrevistada 5 lembra que mais obras com selo de qualidade ajudariam nesse aspecto, pois dessa forma não ficaria só na “*vontade*”, não teria como “*sair da linha*”. Logo, a adesão de mais empreendimentos a selos de qualidade, sustentáveis, configuraria outra sugestão.

Do mesmo modo, fica evidenciado a necessidade de conscientização e treinamento. Não só de implementar uma cultura de reaproveitamento, de gestão de resíduos, mas de disseminar esse pensamento e prática para todos os setores e todos os trabalhadores. E as falas da entrevistada 3 salientam essa lacuna, quando ela sugere que a empresa deveria manter e estimular pequenos projetos, que estejam sempre presentes, como redução de papel e coleta seletiva, exemplifica, para cultivar um hábito ecologicamente correto internamente.

De seu lado, o entrevistado 1, apesar de considerar os empreendimentos como parcialmente sustentáveis, acredita que seria através de incentivos fiscais ou econômicos que melhoraria muito a questão socioambiental, visto que muitos aspectos construtivos que impactam positivamente custam caro, como revestimento



em pastilha e instalação de placas fotovoltaicas. Pois, indiretamente, explica ele, diminuiria necessidade de ar-condicionado, trazendo redução no consumo de energia, contribuindo assim para empreendimentos mais sustentáveis.

Os conceitos de responsabilidade socioambiental abordados no decorrer do presente trabalho deixam claro que apenas cumprir a legislação não significa ser responsável socioambientalmente. É preciso ter ética e transparência na condução dos negócios, tendo como propósito o benefício de todos (AHSLEY, 2019; GODOY, 2020). Caso contrário, pode vir a configurar *greenwashing* (BUFONI; MUNIZ; FERREIRA, 2009).

Na percepção da entrevistada 5, a empresa tem uma “*cabeça aberta*”. Ela argumenta dizendo que a empresa “*dá oportunidade para as pessoas darem ideias e ela abraça essa ideia*”. Logo, parece plausível inferir que as sugestões apresentadas neste estudo, propostas pelas entrevistadas e entrevistados, poderão ser avaliadas e ponderadas pela empresa. O quadro a seguir sintetiza estas proposições.

**Quadro 11** - Sugestões de melhorias identificadas pelos entrevistados

Sugestões à empresa	Sugestões ao poder público
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padronizar os processos de execução, visando redução de desperdícios (redução, reutilização e reciclagem);</li> <li>• Implementar treinamentos e conscientização de todos os funcionários sobre sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;</li> <li>• Promover e difundir programas internos, como redução no uso de papel e coleta seletiva, para cultivar hábito ecologicamente correto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver incentivos fiscais para compra e instalação de materiais e equipamentos que confirmam sustentabilidade ao empreendimento.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

Como visto, apesar de a maioria dos entrevistados considerarem os empreendimentos sustentáveis e de todos julgarem a empresa como socioambientalmente responsável, sugestões e oportunidades de melhoria emergiram

no decorrer do processo. Melhorias que cabem tanto à empresa como ao poder público. De qualquer forma, favorecer a sustentabilidade, buscando condutas socioambientalmente responsáveis e, assim, promover a transição para uma sociedade sustentável é algo válido em todos os sentidos e direções.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da fundamentação teórica, constatou-se o agravamento histórico dos desequilíbrios sociais e econômicos e a contínua degradação do meio ambiente (LATOUCHE, 2012; MORIN, 2003; WWF, 2020). Ao mesmo tempo, movimentos globais foram emergindo, conscientes da necessidade de mudanças nas relações do ser humano com seus semelhantes, com a natureza e, dessa forma, com as atividades econômicas. Isto é, com a necessária e urgente transição para uma sociedade mais sustentável, mais justa, mais inclusiva, que promova o bem-estar coletivo (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007; PORTILHO, 2005; SACHS, 2008; SANTOS, 2014; SEN, 2010; QUINTAS; OLIVEIRA, 1995).

Diante deste cenário, e dada a dimensão dos diversos impactos causados pelas empresas, tanto nas esferas social, ambiental, quanto econômica, elas possuem papel relevante nesta transição. Primeiro porque possuem condições financeiras e poder político para modificarem suas atividades, incorporando os conceitos de desenvolvimento sustentável (BUSCH; RIBEIRO, 2009). Segundo, porque o modo como muitas delas atuaram e ainda atuam, com base no capitalismo convencional ou industrial, supervalorizando lucro monetário em detrimento das pessoas e do meio ambiente, promovendo consumo desenfreado, é responsável pela degradação ambiental e social (ELKINGTON, 2012; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007; MORIN, 2003). Assim, a forma de gestão e conduta organizacional foi estimulada e demandada a ser repensada, de forma a incluir a responsabilidade socioambiental em seu planejamento estratégico, em sua atuação.

Neste sentido, a construção civil, além de constituir-se em atividade relevante para o desenvolvimento econômico e social, também é apontada como grande geradora de impactos ambientais, quer seja pelo consumo de recursos naturais, pela modificação da paisagem ou pela geração de resíduos (YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS, 2011). A maioria dos materiais utilizados na construção civil tem alto impacto ambiental, seja na sua produção ou transporte (OLIVEIRA; WBATUBA; ROSA NETO, 2019).

Com base no exposto, a importância desta pesquisa reside em tomar conhecimento deste contexto e processo. Tudo isso para atender ao objetivo geral desta pesquisa, que é analisar como a responsabilidade socioambiental se manifesta

na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha. E para subsidiar o pesquisador a atingir este objetivo, foram estabelecidos quatro objetivos específicos, que demandam reflexões em relação a cada um deles.

Quanto ao primeiro objetivo específico, seu propósito foi compreender o processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha. Entendeu-se necessário verificar como o processo se dava, o que era analisado, ponderado, priorizado; quais profissionais participavam, o que era pensado e planejado, tanto para o empreendimento em si, como para o entorno.

Após a análise das entrevistas e do plano de ataque de um empreendimento, verificou-se que existe um planejamento robusto de todas as etapas da construção do empreendimento, porém não ficou bem evidenciado se a última fase do ciclo de vida de uma edificação é também pensada. Isto é, não foi possível constatar se a fase de restauração ou demolição é planejada desde o início, desde a concepção. Não se localizou referência a esta etapa.

É possível concluir que o processo de concepção da construtora Alpha consiste nas seguintes fases: negociação do terreno (sob análise ambiental); elaboração dos requisitos (o que fazer no terreno, naquela localização); estudo de massas (primeiros desenhos e projetos são feitos por escritórios de arquitetura, após briefing da construtora); desenvolvimento do produto (após aprovação pela Diretoria, setor de Novos Produtos elabora o que realmente será feito, mediante viabilidade econômico-financeira); elaboração das peças publicitárias (imagens, perspectivas, maquetes); e lançamento no mercado.

Já o segundo objetivo específico buscou identificar as características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora. Dessa forma, conhecendo-se as principais características dos empreendimentos, aquelas que determinam a identidade da incorporadora, bem como os principais valores que se busca entregar aos clientes, tornou-se possível estabelecer relações com a responsabilidade socioambiental. Desta análise, constatou-se, pelas falas do grupo entrevistado e documentos constantes no site, que a empresa prioriza as áreas comuns, áreas de lazer de seus condomínios, procurando promover o convívio social, em comunidade, visando entregar qualidade de vida aos seus clientes, bem como à cidade onde possui maior presença (capital gaúcha). Assim, é possível concluir que a

empresa estudada possui práticas que indicam uma conduta socioambientalmente responsável.

O terceiro objetivo específico procurou relacionar, então, as características identificadas nos empreendimentos com aspectos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Primeiramente, entendeu-se necessário compreender o significado de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental para os entrevistados. Verificou-se que a concepção de sustentabilidade está interligada à responsabilidade socioambiental, de maneira que a maioria entende que os empreendimentos são sustentáveis, pois destinam os resíduos corretamente, reutilizam materiais, há reuso de água da chuva, replantio de vegetação. Mas ainda ocorrem desperdícios, ainda existe espaço para melhorias, seja na geração de resíduos e reutilização de materiais. Assim, compreendem que a responsabilidade é afetada pelos impactos ambientais, sociais e econômicos gerados pela construção de um empreendimento. E que o menor e melhor impacto tem efeito positivo na responsabilidade socioambiental.

Nesse sentido, concluiu-se que os empreendimentos, com exceção do que possui selo de qualidade ambiental, são parcialmente sustentáveis. Da mesma forma, a empresa possui atitudes que demonstram uma conduta socioambientalmente responsável, sendo tida pelo grupo como muito correta e que sempre cumpre as legislações, o que é determinado. No entanto, também há espaço para avanços em relação às dimensões social e ambiental, seja promovendo equidade e acessibilidade, ou aumentando sua atuação em relação aos 3 R (redução, reutilização, reciclagem).

O quarto e último objetivo específico buscou explorar eventuais sugestões do grupo analisado no que tange a melhorias na concepção e execução dos empreendimentos, visando as questões socioambientais. Para a empresa, emergiram questões relacionadas à promoção de mais programas de reciclagem, treinamentos e conscientização, bem como estimular a criação de hábitos mais sustentáveis no ambiente de trabalho, visando influenciar ações mais abrangentes como a execução do empreendimento.

Para além da empresa, houve sugestão para o estabelecimento de incentivos fiscais, visando amenizar o alto custo de equipamentos, materiais e soluções de energia limpa apontadas como sustentáveis. Dessa forma, a inclusão de placas

fotovoltaicas e revestimentos nas edificações não elevaria tão significativamente o valor dos empreendimentos aos consumidores.

A partir dos resultados encontrados foi possível responder à questão problema desse trabalho: **como a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e na execução dos empreendimentos imobiliários da construtora Alpha?**

Assim, conclui-se que a responsabilidade socioambiental se manifesta na concepção e execução dos empreendimentos através da escolha dos terrenos, na forma como os projetos se inserem na paisagem já existente, no pensamento focado no cliente, nas exaustivas simulações da implantação, no planejamento robusto das etapas da edificação, inclusive das contrapartidas exigidas para a emissão do habite-se, na qualidade dos materiais e equipamentos utilizados, no desenvolvimento de amplas áreas de lazer e na promoção do senso de comunidade dos usuários. Além disso, manifesta-se na atuação da incorporadora na adoção de espaços públicos, como praças, performando a recuperação, revitalização e manutenção destes ambientes, promovendo a qualidade de vida através da prática de esportes e atividades de lazer.

Frente às reflexões proporcionadas por este estudo, cabe destacar que a sustentabilidade está diretamente relacionada a um pensamento de longo prazo. Apesar de ser um tema de urgência, dados os impactos explorados neste estudo, e o caráter finito dos recursos naturais e sua íntima interligação com as dimensões social e econômica, sustentabilidade requer tempo, seu resultado não é visto em curto prazo. Assim, além de saber se o comprador está disposto a pagar a mais por sustentabilidade, é preciso saber se ele se identifica com o longo prazo. Esses seriam itens interessantes a serem acrescentados no questionário que a construtora aplica a seus clientes para receber *feedback* de seus produtos (conforme falado pelo entrevistado 1).

Além disso, é preciso promover a conscientização desse consumidor, do cidadão, também das construtoras, da importância deste pensamento. Como visto nesta pesquisa, o ciclo de vida da construção é longo e seus efeitos são diversos. Assim, também é imprescindível que os atos de consumir e produzir sejam pautados pela reflexão, pela sensibilidade de analisar consequências, ou seja, sob uma lógica de responsabilidade socioambiental.

Nesse sentido, relacionando consumo, demanda e valor dos empreendimentos sob um pensamento socioambientalmente responsável, à indústria da construção civil cabe investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando conceber materiais, sistemas construtivos, técnicas, métodos, enfim, que propiciem uma construção mais sustentável. Obviamente, a facilidade em argumentar o alto custo e a baixa demanda por produtos sustentáveis é bastante atraente. Mas sair desta zona de conforto é necessário.

Ressalta-se que o exposto foi constatado com base no relato do pequeno grupo entrevistado e de informações veiculadas no site da incorporadora. Outrossim, apesar do relevante envolvimento da incorporadora com a cidade e com os espaços públicos, sugere-se à empresa a adoção de praças e áreas públicas em bairros menos nobres, onde há carência de ambientes destinados a lazer e entretenimento, visto que crianças/residentes não tem acesso a clubes particulares e a estruturas semelhantes ao que se pode encontrar nos condomínios desenvolvidos pela construtora.

No que diz respeito a novas pesquisas nesta área, sugere-se que sejam realizados estudos com arquitetos e engenheiros que efetivamente projetam os espaços, de forma a verificar o que estes profissionais contemplam em suas primeiras concepções. Da mesma forma, pesquisar o outro lado; a percepção dos clientes/consumidores dos empreendimentos em relação à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental também se percebe relevante. Ainda, sugere-se estudos focados na norma de desempenho NBR 15.575, em como ela é aplicada. Igualmente pertinente seria um estudo quantitativo, pesquisando-se o custo de um empreendimento sustentável e seu reflexo no longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Senado debate desenvolvimento social, ambiental e econômico sustentável. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/05/senado-debate-desenvolvimento-social-ambiental-e-economico-sustentavel>. Acesso em: 30 set. 2020.
- AGENDA 2030. Plataforma Agenda 2030. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF, 2020?. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 30 set. 2020.
- AKTOUF, Omar. **A Administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade Social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, [s.l.], n. 4, p. 35-70, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1573>. Acesso em: 01 out. 2020.
- ARCIONI, Wagner Alexandre; MESQUITA, José Marcos Carvalho de. A Responsabilidade Social nas Organizações: Percepções e Realidade. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 1-17, ago./dez. 2007. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/196>. Acesso em: 16 out. 2020.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (org.). **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios: (des)construindo limites e possibilidades**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131839/>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT lança revisão da ABNT NBR 9050 de Acessibilidade**. São Paulo: ABNT, [2020]. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imprensa/releases/6974-abnt-lanca-nova-versao-da-abnt-nbr-9050-de-acessibilidade>. Acesso em: 08 maio 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Introdução à ABNT NBR ISO 14001:2015**. São Paulo: ABNT, 2015. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- B CORPORATION. **About B Corps**. [S.l.], c2020a. Disponível em: <https://bcorporation.net/about-b-corps>. Acesso em: 09 set. 2020.
- B CORPORATION. **Certification**. [S.l.], c2020b. Disponível em: <https://bcorporation.net/certification>. Acesso em: 09 nov. 2020.



BAGETTI, Vilmar. **Soluções para as crises**: sociedades sustentáveis: permacultura e bambu. Santa Maria: O Autor, 2018.

BARBOSA, Patrícia Bruder. **Manutenção de edificações**. Da intenção de projeto ao uso do edifício: a Busca da Excelência Profissional. Programa de Aperfeiçoamento Profissional, Fascículo 5, CREA-PR. Curitiba, 2011.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço**. Cadernos IHU ideias, São Leopoldo, n. 286 ,v. 17, ano 17, 2019.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **A escassez na abundância capitalista**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

BRAGA, Raphael Brasileiro. O foco na estrutura básica: pressupostos para uma sociedade justa segundo John Rawls. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 113-121, jul./dez. 2009. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3516/1/2009\\_Art\\_RBBraga.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3516/1/2009_Art_RBBraga.pdf). Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade Socioambiental**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2020?. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel.html>. Acesso em 02 Ago. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, n. 157, dez. 2006.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, 1987. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do desenvolvimento sustentável, *In*: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 15-21. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129023744/cavalcanti1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BUFONI, André Luiz; MUNIZ, Natiara Penalva; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. O processo de certificação socioambiental das empresas: o estudo de caso do certificado “empresa cidadã”. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 2, p. 19-38, Jun. 2009. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/714>. Acesso em: 03 Set. 2020.

BUSARELLO, Mônica Tatiana Bunese. Gestão com responsabilidade socioambiental: o caso das empresas B. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**. Criciúma, v.6 n.1, p. 112-130, 2020.

BUSCH, Susanna E.; RIBEIRO, Helena. **Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos**. INTERFACEHS- Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, 2009. Disponível em: [http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/08/1\\_ARTIGO\\_vol4n2.pdf](http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/08/1_ARTIGO_vol4n2.pdf). Acesso em: 25 ago. 2020.

CALIXTO, Laura. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 123-147, jul/set. 2008. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/363>. Acesso em: 9 nov. 2020.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC).

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Boas práticas para entrega do empreendimento desde a sua concepção**. Brasília, DF: CBIC, 2016a. Disponível em: [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Boas\\_Praticas\\_Para\\_Entrega\\_Do\\_Empreendimento\\_Desde\\_a\\_Sua\\_Concepcao\\_2016.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Boas_Praticas_Para_Entrega_Do_Empreendimento_Desde_a_Sua_Concepcao_2016.pdf). Acesso em: 01 maio 2021.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Informativo Econômico**. Brasília, DF, 01 set. 2020. Disponível em: [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2020/09/informativo\\_economico\\_pib\\_2\\_trim\\_20.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2020/09/informativo_economico_pib_2_trim_20.pdf). Acesso em: 09 set. 2020.

CASTILHOS, Rodrigo. Pesquisa Exploratória. *In*: ZILLES, Fernanda (org.). **Pesquisa Mercadológica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012. Não paginado. (Coleção EAD).

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4. ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CÔRTEZ, Rogério Gomes *et al.* Contribuições para a sustentabilidade na construção civil. **Sistemas & Gestão**, v. 6, n. 3, p. 384-397, 2011. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/V6N3A10/V6N3A10>. Acesso em: 01 set. 2020.

DELGADO, Guilherme. Existem alternativas ao totalitarismo de mercado. **IHU On-Line**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, n. 537, ano 19, p. 20-28, 10 Jun. 2019. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao537.pdf>. Acesso em: 25 Out. 2020.

ECOASSIST. Sustentabilidade – a palavra da década. [S.l.], c2019. Disponível em: <https://ecoassist.com.br/sustentabilidade-a-palavra-da-decada/>. Acesso em: 30 set. 2020.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade**: canibais com garfo e faca. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda., 2012.

FAGGION, Gilberto Antônio. **Gilberto Faggion apresenta o Programa Sociedade Sustentável**. [São Leopoldo]: IHU, 5 ago. 2016. 1 vídeo (1 min 17 s). Publicado pelo canal Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XPbo--lH7xk>. Acesso em: 02 out. 2020.

FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 7-33, Jan./Fev. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 set. 2020.

FREY, Irineu Afonso; FREY, Marcia Rosane. A Responsabilidade Social Empresarial na Gestão dos Negócios no Contexto dos Processos Econômico-organizacionais do Desenvolvimento Regional. In WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (Org.). **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. **Certificação AQUA-HQE em detalhes**. São Paulo: Fundação Vanzolini, c2015. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/aqua/certificacao-aqua-em-detalhes/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

GBC Brasil. **Compreenda o LEED**. Barueri, 2017. Disponível em: <https://www.gbcbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Compreenda-o-LEED-1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 10 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GIRAUD, Gaël. Contra o mito do aumento do PIB. Artigo de Gaël Giraud. **IHU On-Line**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 08 Jan. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/563735-contra-o-mito-do-aumento-do-pib>. Acesso em: 29 out. 2020.

GIRAUD, Gaël. Uma “renda universal”. A proposta do Papa Francisco. Artigo de Gaël Giraud. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 18 Jun. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600083-uma-renda-universal-a-proposta-do-papa-francisco-artigo-de-gael-giraud>. Acesso em: 27 out. 2020.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Sustainable Development**. [S.l.], c2019. Disponível em: [https://data.footprintnetwork.org/?\\_ga=2.108083586.1017996630.1623092105-407576520.1599852968#/sustainableDevelopment?cn=all&type=earth&yr=2016](https://data.footprintnetwork.org/?_ga=2.108083586.1017996630.1623092105-407576520.1599852968#/sustainableDevelopment?cn=all&type=earth&yr=2016). Acesso em: 09 set 2020.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **About GRI**. [S.l.], c2020. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GODOY, Sara Gurfinkel Marques de. **Governança corporativa e responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020. *E-Book*. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=BJzeDwAAQBAJ&pg=GBS.PT127>. Acesso em: 17 out 2020.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

HENDERSON, Hazel. **Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades**. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, n 58, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)**. Rio de Janeiro: IBGE, c2021. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PIB Brasil e Construção Civil**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>. Acesso em: 27 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE (INMETRO). **Responsabilidade Social**. [S. l.], 2020? Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/). Acesso em: 03 nov. 2020.

KOPELKE, André Luiz; BOEIRA, Sérgio Luís. Reflexividade e Criticidade no ensino de graduação em Administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, vol. 10, n.1, p. 78-95, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441745203011>. Acesso em: 23 out. 2020.

LATOUCHE, Serge. O desenvolvimento é insustentável. **Cadernos IHU em formação**, São Leopoldo, ano 2, n. 7, 2006.

LATOUCHE, Serge. **O decrescimento e o sagrado**. Cadernos IHU ideias, São Leopoldo, ano 10, n. 168, 2012.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento: Por que e como? *In: Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Marseille: IRD Éditions, 2012. Disponível em: <http://books.openedition.org/irdeditions/19992>. Acesso em 17 set. 2020.

LIMA, André. O grande desafio desse século: migrarmos para uma economia mais 'amigável' com o meio ambiente. Entrevista especial com André Lima. **IHU On-Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 19 Out. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/524822-entrevista-especial-com-andre-lima>. Acesso em: 17 out. 2020.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Do desenvolvimento sustentável à economia verde operam-se avanços ou retrocessos? *In*: OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de *et al.* (org.). **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017, p. 142-168. Disponível em: <https://www.uces.br/educs/livro/cidadania-meio-ambiente-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 17 set. 2020.

LOUREIRO, Solange Maria; DO VALLE PEREIRA, Vera Lúcia Duarte; JÚNIOR, Waldemar Pacheco. A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na educação em engenharia. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 306-324, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231163174.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Gestão de recursos humanos sustentável e responsabilidade socioambiental: Uma agenda para debates. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 59, n. 5, p. 353-364, Set./Out. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902019000500353&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902019000500353&lng=pt). Acesso em: 03 Set. 2020.

MORAES, Edmundo Carlos de. A Construção do Conhecimento Integrado Diante do Desafio Ambiental: Uma Estratégia Educacional. *In*: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p.34-54.

MORCELLI, Aier Tadeu; ÁVILA, Lucas Veiga. **Responsabilidade social**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2016.

NASCIMENTO, Lucélia Lima; MONTENEGRO, Ludmilla Meyer. Responsabilidade Socioambiental: uma revisão teórica com foco nas práticas socioambientais. **Revista Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 116-146, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/viewFile/23415/19670>. Acesso em: 09 nov. 2020.

NOVO, Benigno Núñez. Responsabilidade Socioambiental. *In*: DIREITONET. [S.l.], 12 jul. 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11152/Responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 17 set. 2020.

NUNES, Hikaro Kayo de Brito; PAULA, Jorge Eduardo de Abreu. Construção Civil e percepção socioambiental: estudo de caso junto aos agentes envolvidos em uma área de expansão urbana da zona Sul de Teresina/PI. **Revista Equador (UFPI)**, Teresina, vol. 5, n. 3, p. 181-198, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/4978>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Karine Albring de; WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner; ROSA NETO, Emitério da. Desenvolvimento sustentável na Construção Civil: o caso de uma construtora do noroeste do estado do RS. **IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, 2019.

ONU. **Trabalho Escravo**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/position-paper-trabalho-escravo.pdf>. Acesso em: 24 Out. 2020.

PEREIRA, Bráulio José. Sustentabilidade: um desafio para engenharia. **Revista Techoje**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [http://www.techoje.com.br/site/techoje/artigos\\_autor/artigos/1693](http://www.techoje.com.br/site/techoje/artigos_autor/artigos/1693). Acesso em: 28 ago. 2020.

PROCEL Info. **Edificações**. Brasília, DF, 2015? Disponível em: <http://www.procelinfo.com.br/main.asp?TeamID={82BBD82C-FB89-48CA-98A9-620D5F9DBD04}>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. New York: PNUD, 2019. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf). Acesso em: 25 out. 2020.

PURVIS, Ben; MAO, Yong e ROBINSON, Darren. *Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins*. **Sustainability Science**, Tokyo, n. 14, p. 681–695, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>. Acesso em: 19 out. 2020.

QUINTAS, José Silva; OLIVEIRA, Maria José Gualda. **A Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília, IBAMA, 1995. Doc. Mimeo. Disponível em: <https://docplayer.com.br/84760340-A-formacao-do-educador-para-atuar-no-processo-de-gestao-ambiental-jose-silva-quintas-maria-jose-gualda-oliveira.html>. Acesso em: 02 out. 2020.

RESENDE, Augusto César Leite de. A responsabilidade socioambiental das empresas da construção civil à luz do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável e os seus reflexos nos empreendimentos imobiliários. **Revista Direito e Justiça: reflexões sociojurídicas**, [S.l.], v. 13, n. 21, p. 111 - 128, nov. 2013. Disponível em: [http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito\\_e\\_justica/article/view/1238/561](http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/1238/561). Acesso em: 09 set. 2020.

ROBERTO, Aline A. As possibilidades de incentivos governamentais ao investimento social privado. *In: Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. v. 3.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492572/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SACCOL, Amarolinda (org.). **Metodologia de pesquisa em administração: uma abordagem prática**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012. Não paginado. (Coleção EAD).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. São Paulo: Paulus, 2017.

SANCHES, Iara DelArco; FABRICIO, Marcio Minto. A importância do projeto na manutenção de HIS. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GESTÃO E ECONOMIA DA CONSTRUÇÃO*, 6., 2009, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/arquitec/lara/Importancia.pdf>. Acesso em: 09 maio 2021.

SANCHES, Iara DelArco; FABRICIO, Marcio Minto. Projeto para Manutenção. *In: WORKSHOP BRASILEIRO–GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS*, 8., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/arquitec/lara/Workshop.pdf>. Acesso em: 09 maio 2021.

SANTOS, Márcia Oliveira. Responsabilidade Ambiental na Organizações: a busca pelo diferencial competitivo. **Revista de Iniciação Científica Cairú**, Salvador, v. 1, n. 0, p. 82-101, jun. 2014.

SBARRA, Marcelo. Dimensionamento de ambientes no novo Código de Obras (2017). *In: MARCELO Sbarra - Arquitetura & Ensino*. [Rio de Janeiro], 29 set. 2017. Disponível em: <https://marcelosbarra.com/2017/09/29/dimensionamento/>. Acesso em: 08 maio 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Victor Augusto Azevedo Coelho; POZNYAKOV, Karolina. Controlando os Impactos Ambientais e Sociais da Construção Civil Através de Medidas Mitigadoras. **Revista Boletim do Gerenciamento**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 14, p. 30-39, maio 2020. Disponível em: <https://nppg.org.br/revistas/boletimdoGerenciamento/article/view/421/259>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDUSCON-RS). **Guia de Sustentabilidade na Construção Civil no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SINDUSCONRS, [2016?].

SOBREIRO, Saulo Abel Ramos. Estudo de tecnologias para sistemas de Big Data. 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/11936>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SOUSA, Rafaela. Sustentabilidade. *In*: BRASIL Escola. [Goiânia], c2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sustentabilidade.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

SOUZA, Júlia Alves e; COSTA, Thiago de Melo Teixeira da. Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade. **Revista Organizações em Contexto**. São Bernardo do Campo, v. 8, n. 15, p. 213-238, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=85464385&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 3 set. 2020.

SPADOTTO, Aryane; BARBISAN, A. O.; DALLA NORA, D.; LOPES TURELLA, E. C.; DE WERGENES, T. N. Impactos ambientais causados pela construção civil. **Unoesc & Ciência - ACSA**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2011.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156333/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *United Nations Conference on Sustainable Development. The future we want (outcome of the Conference)*. 20-22 jun. 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNITED NATIONS. *Promote Sustainable Development*. [S.l., 2020a?]. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/what-we-do/promote-sustainable-development/index.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

UNITED NATIONS. *What is sustainable development? [S.l., 2020b?]*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>. Acesso em: 25 set. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB), Centro de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Sustainability in Debate / Sustentabilidade em Debate**. Brasília, DF, 2020?. Disponível em: [https://cds.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=53&Itemid=672](https://cds.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=672). Acesso em: 30 set. 2020.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **Living Planet Report 2018: Aiming Higher**. Grooten, M. and Almond, R.E.A. (Eds). Gland: WWF, 2018. Disponível em: [https://c402277.ssl.cf1.rackcdn.com/publications/1187/files/original/LPR2018\\_Full\\_Report\\_Spreads.pdf](https://c402277.ssl.cf1.rackcdn.com/publications/1187/files/original/LPR2018_Full_Report_Spreads.pdf). Acesso em: 09 set 2020.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **Living Planet Report 2020: Bending the curve of biodiversity loss**. Almond, R.E.A., Grooten M. and Petersen, T. (Eds). Gland: WWF, 2020. Disponível em: <https://livingplanet.panda.org/en-US/about-the-living-planet-report>. Acesso em: 11 set 2020.



YEMAL, J. A.; TEIXEIRA, N. O. V.; NÄÄS, I. A. Sustentabilidade na construção civil. *In*: INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION, 3., 2011, São Paulo. **Cleaner Production Initiatives and Challenges for a Sustainable World**. São Paulo: ACPN, 2011. p. 1-10. Disponível em: [http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/6B/8/Yemal\\_JA%20-%20Paper%20-%206B8.pdf](http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/6B/8/Yemal_JA%20-%20Paper%20-%206B8.pdf). Acesso em: 11 set. 2020.

ZILLES, Fernanda (org.). **Pesquisa Mercadológica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012. Não paginado. (Coleção EAD).

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivos Específicos	Pergunta	Autores
a) Compreender o processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha;	1. Descreva o processo de concepção dos empreendimentos, como ele acontece.	BARBOSA (2011); NUNES; PAULA (2016); PEREIRA (2013); SANCHES; FABRÍCIO (2009); SINDUSCON-RS (2016).
	2. Quais especialidades (profissionais) participam deste processo?	
	3. Qual o papel de cada um? Algum ou alguns destes papéis se mostra(m) mais relevante(s)?	
	4. Para você, quais são as principais etapas, os aspectos mais relevantes deste processo?	
	5. Neste processo, todo o ciclo de vida da edificação é pensado? (uso, manutenção, reforma).	
	6. Há algum planejamento para os impactos diretos e indiretos da implantação (ambientais, sociais, econômicos, de mobilidade, p. ex.)?	

b) Identificar as características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora Alpha;	7. Quais são as principais características dos empreendimentos da construtora? O que dá identidade aos seus empreendimentos?	PEREIRA (2013); SILVA; POZNYAKOV (2020); SINDUSCON-RS, (2016); YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS (2011)
	8. Quais os principais valores que se busca entregar ao cliente dos empreendimentos?	
	9. O que é projetado e executado para o entorno do empreendimento (impactos)?	
c) Relacionar as características identificadas nos empreendimentos com os aspectos vinculados à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;	10. Para você, o que é sustentabilidade no contexto da construção civil?	ASHLEY (2020); GODOY (2020); NUNES; PAULA (2016); PEREIRA (2013); SINDUSCON-RS (2016); SILVA; POZNYAKOV (2020); YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS (2011).
	11. O que você poderia comentar sobre alguns aspectos de sustentabilidade, como o uso racional dos recursos naturais, construção enxuta? As etapas pós-entrega são planejadas?	
	12. Você considera os empreendimentos sustentáveis? Justifique.	
	13. Para você, o que é responsabilidade socioambiental?	
	14. Abordando alguns aspectos de responsabilidade socioambiental, a legislação ambiental e plano diretor são cumpridos na sua exigência mínima? (Parcelamento do solo, por exemplo). Existe “preocupação” com impactos da implantação?	

	<p>15. Você considera que as atividades da empresa, desde a concepção até a entrega dos empreendimentos demonstram uma conduta socioambientalmente responsável? Justifique.</p>	
	<p>16. Para você, quais características da concepção e execução dos empreendimentos impactam mais significativamente (positiva ou negativamente) a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental?</p>	
<p>d) Sugerir, se for o caso, melhorias na concepção dos empreendimentos em relação às questões socioambientais.</p>	<p>17. Em relação à sustentabilidade dos empreendimentos, você teria alguma sugestão de melhoria na sua concepção e execução?</p>	<p>ASHLEY (2020);          BUFONI; MUNIZ;          FERREIRA, 2009);          GODOY (2020);          LATOUCHE (2006);</p>
	<p>18. Em relação aos impactos socioambientais dos empreendimentos, você teria alguma sugestão de melhoria na sua concepção e execução?</p>	

Fonte: elaborado pelo autor.

### APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Objetivos Específicos	Pergunta	Autores	Categoria de Análise
a) Compreender o processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha;	1. Descreva o processo de concepção dos empreendimentos, como ele acontece.		O processo de concepção dos empreendimentos da construtora Alpha
	2. Quais especialidades (profissionais) participam deste processo?		
	3. Qual o papel de cada um? Algum ou alguns destes papéis se mostra(m) mais relevante(s)?	BARBOSA (2011); NUNES; PAULA (2016);	
	4. Para você, quais são as principais etapas, os aspectos mais relevantes deste processo?	PEREIRA (2013); SANCHES; FABRÍCIO (2009);	
	5. Neste processo, todo o ciclo de vida da edificação é pensado (uso, manutenção, reforma)?	SINDUSCON-RS (2016).	
	6. Há algum planejamento para os impactos diretos e indiretos da implantação (ambientais, sociais, de mobilidade)?		

b) Identificar as características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora Alpha;	7. Quais são as principais características dos empreendimentos da construtora? O que dá identidade aos seus empreendimentos?	PEREIRA (2013); SILVA; POZNYAKOV (2020); SINDUSCON-RS, (2016); YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS (2011);	As principais características dos empreendimentos desenvolvidos e executados pela construtora;
	8. Quais os principais valores que se busca entregar ao cliente dos empreendimentos?		
	9. O que é projetado e executado para o entorno do empreendimento (impactos)?		
c) Relacionar as características identificadas nos empreendimentos com os aspectos vinculados à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;	10. Para você, o que é sustentabilidade no contexto da construção civil?	ASHLEY (2020); GODOY (2020); NUNES; PAULA (2016); PEREIRA (2013); SINDUSCON-RS (2016); SILVA; POZNYAKOV (2020); YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS (2011).	A relação das características identificadas com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
	11. O que você poderia comentar sobre alguns aspectos de sustentabilidade, como o uso racional dos recursos naturais, construção enxuta? As etapas pós-entrega são planejadas?		
	12. Você considera os empreendimentos sustentáveis? Justifique.		
	13. Para você, o que é responsabilidade socioambiental?		
	14. Abordando alguns aspectos de responsabilidade socioambiental, a		

	<p>legislação ambiental e plano diretor são cumpridos na sua exigência mínima? (Parcelamento do solo, por exemplo). Existe preocupação com impactos da implantação?</p>		
	<p>15. Você considera que as atividades da empresa, desde a concepção até a entrega dos empreendimentos demonstram uma conduta socioambientalmente responsável? Justifique.</p>		
	<p>16. Para você, quais características da concepção e execução dos empreendimentos impactam mais significativamente a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental?</p>		
<p>d) Sugerir, se for o caso, melhorias na concepção dos empreendimentos</p>	<p>17. Em relação à sustentabilidade dos empreendimentos, você teria alguma sugestão de melhoria na sua concepção e execução?</p>	<p>ASHLEY (2020); BARBOSA (2011); GODOY (2020);</p>	<p>Melhorias na concepção e execução dos empreendimentos relativas à</p>

em relação às questões socioambientais.	18. Em relação aos impactos socioambientais dos empreendimentos, você teria alguma sugestão de melhoria na sua concepção e execução?	NUNES; PAULA (2016); PEREIRA (2013); SILVA; POZNYAKOV (2020); SINDUSCON-RS (2016); YEMAL; TEIXEIRA; NÄÄS (2011).	responsabilidade socioambiental.
---	--	--	----------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor.